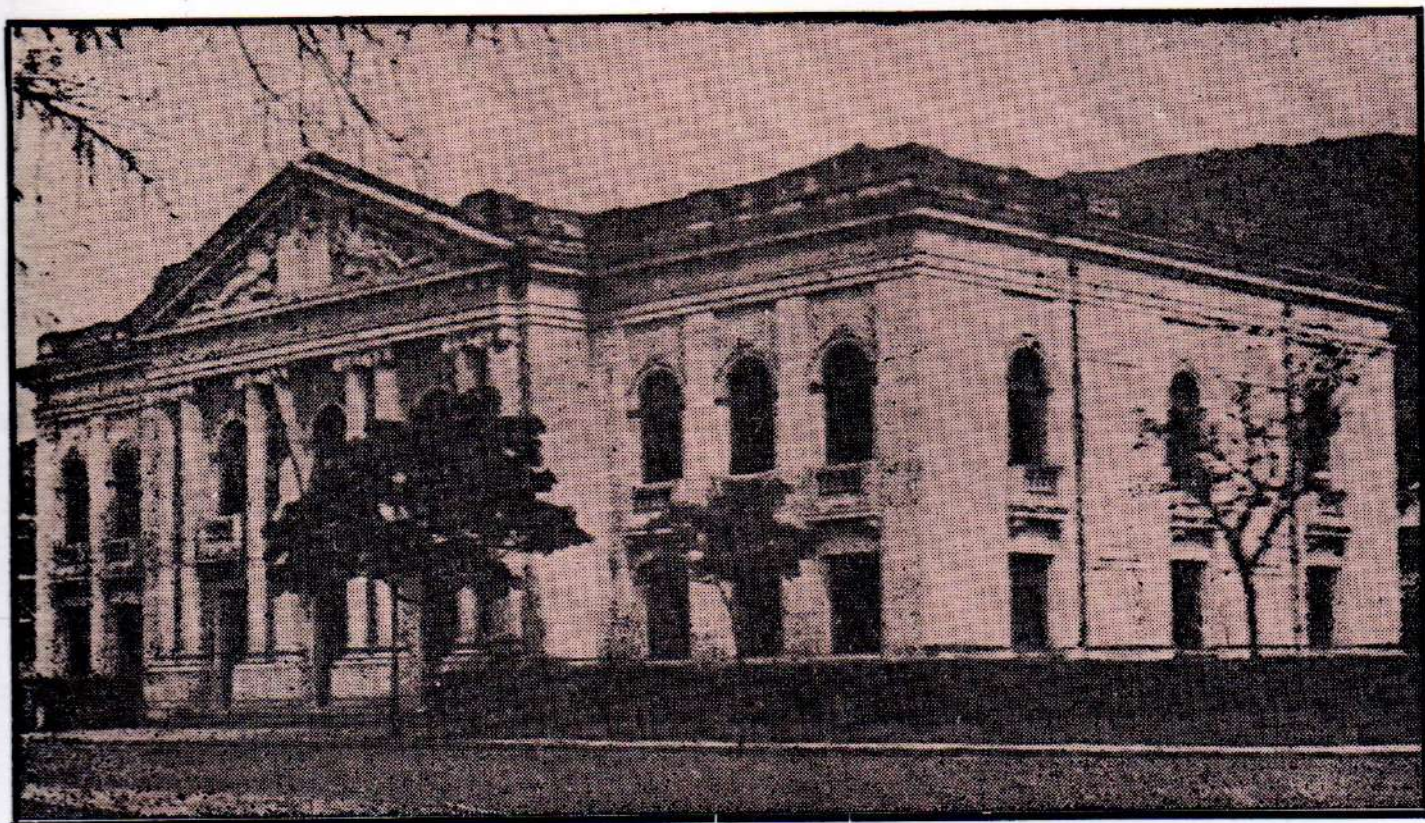


# PATRONOS

— DA —

## Academia Fluminense de Letras



— 1975 —



PATRONOS  
— DA —  
Academia Fluminense  
de Letras



1975

Composto e impresso na  
GRAFICA EDITORA LA CAVA SANTOS  
Rua Zuleika Brasil Silva, 1 - Fonseca  
Niterói — Estado do Rio



## INTRODUÇÃO

*Neste volume especial, não se pretende apresentar a bio-bibliografia completa dos patronos da Classe de Letras da Academia Fluminense de Letras. Mas apenas dar sucintas notícias dos fluminenses ilustres que, pela inteligência, pela cultura e pela dedicação à causa pública mereceram constar da lista. As cadeiras, em número de 48 (tantos eram os municípios do Estado do Rio, em 1917, data da criação da Academia) deveriam ser ocupadas por um representante de cada município. A impossibilidade no cumprimento desse desejo dos fundadores, levou logo a primeira diretoria a aceitar maior número de candidatos das cidades mais próximas, incluindo elementos do antigo Distrito Federal.*

*Recorreu-se, não raro, a dados biográficos já publicados na Revista, a publicação da imprensa não assinadas, ao acadêmico-fundador ocupante da cadeira n.º 1, Dr. Salomão Cruz, e ao jornalista Antônio Pimentel, que se dedica a pesquisas bio-bibliográficas.*

*Especialmente aos que procuram, na Secretaria da Academia Fluminense de Letras, informações sobre personalidades fluminenses, que são em grande número, esta modesta coletânea.*

ALBERTINA FORTUNA BARROS



## Histórico sucinto da Academia Fluminense de Letras

Já em 1906, três visionários — Epaminondas de Carvalho, Joaquim Peixoto e Quaresma Júnior pensaram em criar, em Niterói, uma Arcádia Fluminense. Por volta de 1916, torna à baila o mesmo sonho, que só começou a tomar corpo após freqüentes reuniões na saleta forrada de vermelho — *le chambre rouge* — do Cartório Peixoto. Resolveu-se fosse colocada uma lista de adesões. E, dos 72 inscritos, dois nomes se retiraram logo que foi iniciada a cobrança das mensalidades, desistindo de pertencerem à Academia, “a despeito de terem assinado do seu próprio punho a respectiva lista de sócios”. Dos demais, apenas 28 *aspirantes* pagaram os seis mil réis por semestre... Foram organizadas duas comissões julgadoras das obras dos candidatos às cadeiras. Da 2.<sup>a</sup> comissão, fazia parte Oliveira Viana, que em carta se recusou a aceitar a incumbência, por motivos particulares. E as eleições se realizaram sem mais delongas pela assembléia geral. Na sessão de 14 de julho de 1918, foram sufragados os 40 imortais. A data foi escolhida porque, no momento em que o mundo inteiro vibrava pela vitória da democracia, a Academia deveria estar presente também com uma nota de idealismo político. Foi enviado a Paul Claudel, ministro da França no Rio de Janeiro, um telegrama “em homenagem à data gloriosa da libertação dos povos”. E outorgado a Ruy Barbosa, líder da democracia no Brasil, o paraninfado da novel Instituição Cultural Fluminense. A delegação incumbida de transmitir ao ilustre brasileiro a deliberação foi recebida no palacete da rua de São Clemente, às vinte horas e meia do domingo seguinte à data da reunião.

A instalação da Academia Fluminense de Letras se realizou a 11 de agosto de 1919, justamente na data centenária da Vila Real da Praia Grande. Discurso sintético e de talento, pronunciou, nesse ato, o Dr. Cortes Júnior. O primeiro Presidente, Dr. Belisário de Souza, não compareceu e foi substituído por Joaquim Peixoto. A 4 de dezembro de 1920, foi



eleita a nova Diretoria, sob a presidência do cônego Olímpio de Castro. Novas direções se imprimem e “os fundadores se comprometiam a elogiar os seus patronos, lendo os trabalhos em cerimônias públicas”. “Como decorrência instituiu-se a 5 de janeiro de 1921 que fossem previamente saudados os acadêmicos que fizessem o elogio dos patronos” — escreve Lacerda Nogueira, Vol. X da REVISTA.

Na noite de 30 de dezembro de 1920, Cortes Júnior fez o elogio do seu patrono — Euclides da Cunha, com brilhante discurso, no Teatro Municipal da cidade, hoje João Caetano, outrora Santa Teresa. Também as antigas instalações do Juri de Niterói foram emprestadas várias vezes para servir nas cerimônias da Academia. E também a tribuna da Relação, de onde falaria o acadêmico.

Até que a Lei n.º 2.162, de 7 de novembro de 1927, promulgada pelo Presidente do Estado do Rio, Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré, veio instalar a Academia Fluminense de Letras “no corpo central do pavimento superior do edifício da Biblioteca Pública do Estado”.

Durante os cinqüenta anos de existência, a A.F.L. tem tido como Presidentes: Epaminondas de Carvalho (provisório). Belisário de Sousa, logo substituído por Joaquim Peixoto. Cônego Olímpio de Castro (1920). Epaminondas de Carvalho (1922). Quaresma Júnior (de 1923 a 24, reeleito para o biênio 25-26). Em 26/28, volta Olímpio de Castro. Carlos Maul é eleito para o biênio 1928/30. Daí por diante, ocuparam a Presidência Tomé Guimarães, Figueira de Almeida, Horácio Campos, Silva Araújo, Alberto Fortes, que muito fizeram em prol da instituição.

Ao completar 50 anos de existência, a 22 de julho de 1967, a Academia tinha como Presidente uma das mais prestigiosas figuras da intelectualidade fluminense, o advogado, jornalista, tribuno consagrado, deputado Alberto Francisco Torres, que muito elevou o nome da maior entidade cultural do Estado do Rio de Janeiro. Sucedeu-o na Presidência o digníssimo intelectual e escritor, expoente da Justiça do Trabalho no Brasil, o Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, que assegurou à instituição um quadriênio pleno de notáveis realizações, reeleito que foi para o biênio 1972-1974. Deve-se-lhe a idéia do lançamento deste Livro dos Patronos e de outro, prestes a ser editado, com a bio-bibliografia dos Acadêmicos.

## T R A S L A D O

### LEI N.º 2.162, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1927

O povo do Estado do Rio de Janeiro, por seus representantes, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — O Governo instalará a Academia Fluminense de Letras no corpo central do pavimento superior do edifício da Biblioteca Pública do Estado, que será para esse efeito convenientemente adaptada.

Art. 2.º — *A administração da sede, que será privada da Instituição, competirá à sua diretoria, cabendo a sua conservação à Biblioteca.*

Art. 3.º — Para o custeio do expediente e auxílio à publicação da sua revista, o Governo subvencionará a Academia com a importância de Cr 7.200\$000 anuais em quotas de 600\$000.

Art. 4.º — O Governo poderá solicitar da Academia, em assuntos que se relacionem, pareceres que se tornarem necessários.

Art. 5.º — A Academia Fluminense de Letras apresentará anualmente à Secretaria do Interior e Justiça, relatório sintético do movimento literário estadual, bem assim, a da sua atividade social.

Art. 6.º — Ficam abertos os necessários créditos, revogadas as disposições em contrário.

Mande, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução desta lei competirem, que a executem a façam executar e observar fiel e inteiramente como nela se contém.

Publique-se e cumpra-se em todo o território do Estado.  
Palácio do Governo, em Niterói, a 7 de novembro de 1927.  
Feliciano Pires de Abreu Sodré - Arnaldo Tavares.



## PATRONOS DA CLASSE DE LETRAS

### *Cadeira n.º 1 — ALBERTO SILVA*

Nascido em Sete Pontes, na Vila de São Gonçalo, em 20 de agosto de 1862, ALBERTO JOSÉ DE PAULA E SILVA, filho do Dr. Francisco José de Paula e Silva e de D. Firmina Craveiro de Paula e Silva, cursou as primeiras letras no Laranjal, Estação de Alcântara. Continuou os estudos no Colégio Briggs, em Niterói. E foi terminá-los na Corte, no Colégio Pedro II.

Seu idealismo (pois, abertamente, professava idéias republicanas) levou-o à exoneração do cargo de 4.º oficial do Tesouro Nacional, cargo que ocupava por concurso. E a 15 de novembro de 1889, ao lado de José do Patrocínio e Quintino Bocaiúva, ergue a bandeira republicana na fachada do Edifício de *A Cidade do Rio*, um dos jornais liberais da época.

Alberto Silva ocupou vários cargos burocráticos. Foi também Inspetor Escolar e Diretor do Grupo Escolar Barão de Macaúbas.

Poeta inspirado, como seus amigos contemporâneos, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Emiliano Pernetá, Emílio de Menezes, Antônio Lamago, Alberto de Oliveira, Guimarães Passos, Coelho Neto, Rodrigo Otávio, Oscar Rosas, Artur de Azevedo, Raul Pompéia, B. Lopes, Paula Ney e outros, era, além disso, admirável pintor de quadros panteístas. Dominava perfeitamente o latim, o francês, o italiano e o espanhol.

Foi jornalista, ardoroso defensor da escravatura e da forma de governo republicana. Professor de desenho, no Ginásio Fluminense, lecionou também taquigrafia e contabilidade.

Suas obras foram: *Matinais*, publicada em 1885, com muitos elogios da crítica; *Nômades* e *Sedentárias*, publicação póstuma — Imprensa Nacional, em 1914, com as *Últimas Poesias Líricas, Sonetos e Poemas*, escritos entre 1885 - 1903.



Ficou inédita uma epopéia que se prende à formação de nossa nacionalidade.

Dentre os sonetos de maior repercussão, foi escolhido, por Laudelino Freire, para figurar nos *Sonetos Brasileiros*, o seguinte:

### OS BOIS

No sereno verdor perpétuo da campina,  
Onde, ao pino do sol, dormem como pedrouços,  
Eles, plácidos, vêm, de colina em colina.  
Rasgando os ervaçais com os longos arcabouços,

Logo todo o listão do rio se carmina  
De luz; quedam-se além os últimos retouços.  
O florido beiral das rochas se ilumina,  
Por entre o ramalhar dos chifres dos colossos.

E o silêncio se estende amplíssimo. Erradios  
Vultos, montes, currais, tudo brilha e flutua,  
Tudo se esbate e esvai em longos murmurios.

Um suave palor enche a planície nua...  
E, no côncavo azul dos seus olhos sombrios,  
Como a curva do céu, fulge o disco da lua.

Há em São Gonçalo um Grupo Escolar com o nome de Alberto Silva, falecido a 31 de maio de 1912, no Bairro do Fonseca, em Niterói.

Ao ser fundada a Academia Fluminense de Letras, *Alberto José de Paula e Silva* foi escolhido, por unanimidade, para patrono da cadeira n.º 1, da Classe de Letras, ocupada atualmente pelo poeta e escritor de escol, Salomão Cruz.

### Cadeira n.º 2 — ALBERTO DE OLIVEIRA

Difícil saber algo mais do que se contém nos inúmeros estudos em torno do homem e do poeta ALBERTO DE OLIVEIRA.

Nascido aos 28 de abril de 1857, no Palmital de Saquarema, e falecido aos 19 de janeiro de 1937, seu nome se encontra entre os patronos da Classe de Letras da Academia Fluminense de Letras (fundada em 22 de julho de 1917), incluído quando da revisão no quadro patronímico.

Nunca é demais lembrar o papel de Alberto de Oliveira no parnasianismo, trazido da Europa nas malas de seu irmão Artur de Oliveira, como presente vindo de Paris. A leitura de *Le Parnasse Contemporain* passou a ser a coqueluche do momento. E não há dúvida de que um dos mais fiéis parnasianos, entre nós, foi justamente Alberto de Oliveira, capaz de, como nenhum outro, captar a alma das coisas.

É um velho paredão, todo gretado,  
Roto e negro, a que o tempo uma oferenda  
Deixou num cacto em flor ensangüentado  
E um pouco de musgo em cada fenda.

Serve há muito de encerro a uma vivenda.  
Protegê-la e guardá-la é seu cuidado.  
Talvez consigo esta missão compreenda,  
Sempre em seu posto, firme e alevantado.

Horas mortas, a lua o véu desata,  
Solta o colar; a solidão se estrela  
Toda de um vago cintilar de prata;

E o velho muro, alta a parede nua,  
Olha em redor, espreita a sombra e vela  
Entre os beijos e lágrimas da lua.

Mas também sabia o poeta, em quadros plenos de impassibilidade, verdadeiramente parnasianos e, por outro lado, sempre ternos, sempre amorosos, comover o leitor:

A bela grega Hermé, que vai cativa,  
Não chora, não, — o olhar, porém, lhe vêde:  
Vereis que dele amor brota e deriva,  
Amor que a prende na inefável rede.

Quando o deserto vem e a vista o mede  
Tão grande, Hermé, que à voz dos mais se esquiva,  
“Dá-me de beber que eu tenho sede”,  
Diz ao que perto tem, que amor lhe aviva.



Filho da mesma terra, o prisioneiro,  
Belo como ela, — em roda olha o caminho.  
Água não vê, mas chora, e o derradeiro

Pranto lhe dá a beber na mão tomado...  
E ela, ao sorvê-lo: “Inda é melhor que o vinho  
Bebido em grego ciato dourado”.

A cadeira de ALBERTO DE OLIVEIRA foi ocupada pelo escritor Phocion Serpa que, na solenidade de 26 de abril de 1957, fez brilhante conferência sobre o PRÍNCIPE DOS POETAS BRASILEIROS, publicada na REVISTA DA ACADEMIA FLUMINENSE DE LETRAS, volume x, dezembro de 1957.

Com o falecimento de Phocion Serpa, passou a ocupar a cadeira n.º 2 o poeta Walfrido Faria, que faleceu em 1974.

Cadeira n.3 — ALBERTO TORRES

ALBERTO DE SEIXAS MARTINS TORRES nasceu na Província do Rio de Janeiro, na fazenda da Conceição, em Porto das Caixas, em 26 de novembro de 1865. E faleceu na manhã de 29 de março de 1917, após terrível sofrimento. O jornal *O Paiz*, assim registrou sua morte: "... Foi elle o homem extraordinario que nos ultimos annos de sua vida, tão intensamente vivida na propaganda e na execução do regimen republicano, adquirida uma esplendida cultura e o espirito amadurecido na experiência dos factos, conseguiu realizar um typo até agora raro no Brazil intellectual. Porque elle foi um sociologo agudissimo e um pensador, na mais completa e nobre accepção que essa palavra possa ter”.

Filho do magistrado, mais tarde Senador da República, dr. Manuel Martins Torres e de D. Carlota de Seixas Torres, matriculou-se no Colégio do dr. Menezes Vieira, notável educador que não cessava de falar do seu pequeno discípulo com muito amor e entusiasmo.

Aos 11 anos, Alberto Torres pronunciou notável discurso numa manifestação ao Visconde do Rio Branco, que chegava de uma viagem à Europa. Aos 14, matriculou-se na Escola de Medicina, com licença especial, obtida mediante decreto do Governo do Império. Abandonou a Medicina. E, aos 16 anos, seguiu para São Paulo, para matricular-se na Faculdade de Direito. Aos 20 anos já era líder da mocidade nas campanhas políticas e sociais que agitaram os últimos anos do Império: a abolição e a proclamação da República. Com Luís Murat, João Ribeiro, Xavier da Silveira e outros, fundou, em São Paulo, o *Centro Abolicionista*. Fundou também a folha republicana *Ca Ira* e, com Figueiredo Coimbra, *A Tarde*. Quando cursava o terceiro ano de Direito, transferiu-se para a escola do Recife, onde completou o seu curso, em 1886, aos 21 anos de idade. Transferiu-se para o Rio, onde abriu banca de advogado, e se alistou nas campanhas abolicionista e republicana, escrevendo na imprensa ou discursando na tribuna. Colaborou na *Revista Moderna*, de Luís Murat, onde escrevia “Notas Políticas”. Na *Semana* e na *Gazeta da Tarde*, de Ferreira Menezes e Patrocínio. No *Correio do Povo*, com Lopes Trovão e Sampaio Ferraz, e na coluna republicana da *Gazeta de Notícias*.

Em 1889, fundou o *Clube Republicano de Niterói*, quando passou a realizar conferências e a organizar o partido pelo interior da Província.



Na primeira legislatura constitucional republicana, foi Alberto Torres eleito deputado federal. E “a sua passagem pela Câmara foi das mais brilhantes e fecundas. Os mínimos detalhes que se relacionavam com a formação política, econômica e social do Brasil mereceram do seu elevado espírito o mais acurado estudo. Esboçavam-se na sua mentalidade os primeiros contornos do estudo”.

Aos 29 anos foi Ministro da Justiça, no Governo de Prudente de Moraes. E, no período de 1 de janeiro de 1898 a 31 de dezembro de 1900, exerceu Alberto Torres o cargo de Presidente do Estado do Rio de Janeiro. Depois de lutar com todos os embaraços opostos, pelas circunstâncias e pelos artifícios da politicagem, à execução do seu programa, pretendia abandonar a carreira política. Mas, reconhecendo os méritos e os serviços prestados pelo ilustre fluminense, o Presidente Campos Sales nomeia-o Ministro do Supremo Tribunal, em junho de 1900, quando Alberto Torres tinha 35 anos. Sua ação no Tribunal foi acentuada. Nele foram reconhecidas, não só as suas possibilidades como político e como administrador, mas também se descobriu e se reconheceu o jurista, o homem de lei, o homem de pensamento.

Em 1909, Alberto Torres se aposentou. Em 1911, toma posse no Instituto Histórico como sócio honorário. E, logo após, nesse mesmo ano, em agosto, apresenta a proposta de fundação de uma associação destinada a fazer o estudo dos problemas gerais e permanentes da nação e da sociedade brasileira, e que seria denominada Universidade Brasileira. Como fosse difícil converter em realidade essa idéia, no Instituto Histórico, resolveu Alberto Torres tomar a si tal empreendimento. E passou a examinar, sozinho, todos os grandes males e problemas sociais, políticos e econômicos e a propor soluções para todos eles. O resultado de seus estudos se resume nas duas obras: *O Problema Nacional Brasileiro* e a *Organização Nacional*. Em 1913, publica *Le Problème Mondial*. Seu último livro publicado foi *As fontes de vida no Brasil*, de 1915. É desse mesmo ano o artigo publicado no *Estado de São Paulo*, sob o título — “A defesa Nacional e o serviço militar obrigatório”, em dezembro.

Alberto Torres foi filósofo, sociólogo, cronista de jornal, jurista atilado, estadista de alto descortínio, orador entusiasmado e juiz modelar. Mas, além de tudo isso, era também poeta. E aí vão os seguintes versos extraídos do livro *Alberto Torres e a sua obra*, de autoria de A. Sabóia Lima:

## A ÚLTIMA BÊNÇÃO

A plúmbea cabeleira arremessada aos ventos,  
Rasgando o inquieto oceano em dois tapetes brancos,  
Corta o imenso vapor, em largos movimentos,  
O marulhento mar que geme nos seus flancos.

Súbito, um grande abalo, um tremor, uns arrancos,  
Abrem de popa a proa os fortes vigamentos;  
Rebenta a água raivosa entre os quartos estancos,  
Despedaça o navio em múltiplos fragmentos.

“É o naufrágio! É a morte!” exclamam vozes loucas,  
Transidas de terror; e centenas de bocas,  
Neste grito a miséria e a cólera condensam.

“É o Céu! a Redenção!” diz uma voz serena;  
Da crista de uma vaga um sacerdote acena  
Sobre o trágico oceano uma última bênção.

O único ocupante da cadeira n.º 3 foi o jornalista, polemista, *Carlos Maul*, um dos grandes defensores de Casimiro de Abreu, como homem e como poeta, e falecido em 1972.



Nascido em Magé, passou seus primeiros anos em São Fidélis, depois em Mangaratiba, Paraíba do Sul, Monte Verde e Petrópolis, localidades em que seu pai, como professor primário, esteve lecionando.

Em Petrópolis, escreveu, no *Arauto*, suas primeiras crônicas e a novela intitulada *D. Juan*. Frequentou a Faculdade de Medicina, mas não terminou o curso por falta de recursos. Exerceu a função de Inspetor de Alunos do Asilo dos Meninos Desvalidos. E, sentindo de perto, no exercício dessa função, as vicissitudes da vida, procurou, quando legislador, melhorar as condições dos asilados. Colaborou em vários órgãos da imprensa da Capital do Império: no *Novidades*, na *República*, na *Tribuna*, na *Gazeta da Tarde*, no *Correio do Povo*, no *Jornal do Comércio*, na *Imprensa* e, em várias fases, em *O País*. Quando, aos 25 anos, era superintendente de Imigração na Europa, procurou, em Paris, onde residia, esclarecer e defender, pela imprensa, o governo de Floriano. Foi, além de jornalista, político, deputado e senador da capital do país. No parlamento, desempenhou importante papel como relator do orçamento.

Pela sua conferência sobre *A dor*, e pelos numerosos trabalhos esparsos que deixou, pode-se aquilatar da sua admirável cultura.

Destacamos: *História da Revolta* (em defesa de Floriano), *A Presidência Campos Sales*, *Discurso fora da Câmara*. Escreveu em francês: *La République Brésilienne* e *Finances Brésiliennes*.

Nas colunas da *Tribuna*, protestou violentamente contra a exoneração de Salvador de Mendonça do cargo diplomático que exercia em Washington, clamando veementemente, por justiça ao velho batalhador da proclamação da República no Brasil.

Alcindo Guanabara, fulgurante inteligência, é patrono da cadeira n.º 4 da Academia Fluminense de Letras, cujo 1.º ocupante foi o fluminense Alceste Fróis. Atualmente, ocupa-a o Desembargador Cumplido de Sant'Anna.

Quando mais acirrada andava a campanha abolicionista, que tanto empolgou o espírito dos brasileiros, dois homens de caráter varonil e opiniões irredutíveis defenderam seus pontos de vista opostos no Parlamento Nacional. De um lado, era Joaquim Nabuco, respeitável figura, de voz riquíssima de modulações e loqüacidade invejável, a pugnar pela libertação dos escravos. Do outro lado, era o deputado fluminense Domingos de *Andrade Figueira* a combater, por todos os meios e com todas as forças, a precipitação com que se pretendia o abolicionismo.

Ambos, viris, eruditos, brilhantes, combativos, seguros, valentemente argumentavam da Tribuna.

Não que Andrade Figueira fosse escravista. Ele próprio, espontaneamente, dera alforria aos escravos que recebera por herança. Mas, jurisconsulto e patriota, sensato e consciente, enfrentava toda a impopularidade a que se expunha, certo de que grande mal adviria à organização econômica do País, se os acontecimentos se desencadeassem (como se desencadearam realmente), arrastados pelo alude das paixões, pelo ódio que se levantava contra o senhor de escravos, contra o capitão do mato, contra a mancha negra que cobria o Brasil.

Entretanto, ninguém ousou desrespeitar aquele homem corajoso, imperturbável, que sozinho lutava na Câmara dos Deputados, afrontando, com todas as protelações possíveis, a impaciência da multidão que esperava, ansiosa, a assinatura imediata da lei.

Advogado eminente, político honesto e franco, jornalista sensato, orador eloqüente, diplomata, doutor em Direito, jurisconsulto à romana e, além de tudo isso, grande humorista, Andrade Figueira previa as conseqüências das apressadas leis da abolição dos escravos.

E só por isso, por amor à terra brasileira, ao progresso do Brasil, retardou-a quanto lhe foi possível. Até que o exército passou a negar-se a captar os fugitivos e o povo a clamar pela liberdade dos negros. E a abolição se fez a 13 de maio de 1888.

Para Andrade Figueira, a Pátria estava sempre acima dos regimes políticos. E isso comprovou ele quando colaborou, já no regime republicano, na elaboração do nosso Código Civil.



Clóvis Bevilaqua, seu adversário em idéias políticas, considerava-o “o campeão do direito em vigor”.

Nascido em Itaguaí, município fluminense, a 5 de outubro de 1834, foi deputado provincial e geral em várias legislaturas.

Foi também Presidente da Província e Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro Plenipotenciário em Montevideu e Conselheiro de Estado.

Pelo prestígio de que gozou em toda a sua vida e pelos trabalhos que lhe deve a Nação Brasileira, Andrade Figueira foi escolhido patrono da cadeira n.º 5, da nossa Academia Fluminense de Letras.

Ocuparam-na, primeiro, o acadêmico Henrique Castrioto, substituído por Abel Magalhães. Com o falecimento deste último, foi eleito o Promotor Público Edmo Rodrigues Lutterbach.

Cadeira n.º 6 — ANTONIO AGUIAR

A 11 de junho de 1861, nasceu, na Vila de Sapucaia, Província do Rio de Janeiro, o menino ANTONIO, filho de José de Souza Aguiar e Maria Augusta de Aguiar.

Aos cinco anos de idade ficou órfão. Mas as saudades de sua mãe acompanharam-no durante toda a vida.

Eu não tenho vivido. Se é viver  
Ter-se a alma enlutada desde o berço,  
No véu lacrimajante da orfandade;

.....  
Cinco anos eu tinha! É tão precoce  
Essa idade infantil, p'ra que se perca  
O ANJO tutelar — que os tíbios passos  
Da infância insciente, carinhoso,  
Ampara, desvelado e sempre terno  
E sempre sorridente e prazenteiro!

.....  
Nessa hora festiva adormeceu  
Para sempre serena e sorridente  
No seio desleal da Natureza,  
Prendendo-me entre os braços mortuários  
E legando-me o último suspiro  
No beijo derradeiro e sempre doce.  
— Entre tanta amargura que hei libado,  
Meus lábios infantis chamaram — Mãe!

.....  
Aos nove anos de idade, começou Aguiar os seus estudos primários. Matriculou-se, mais tarde no Pedro II e, em 1880, terminou o Curso de Humanidades.

Em 1881, passou a freqüentar a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de onde saiu graduado em 1887, depois de defender tese sobre CLOROSE.

Sua vida literária, começou-a na Faculdade de Medicina. Escreveu, na *Gazeta Acadêmica*, sonetos, elegias, trabalhos em versos e em prosa, inclusive contos muito apreciados pelo poder de imaginação do seu autor, pela perfeita estrutura, simplicidade e elegância de linguagem.

Dedicou-se também às traduções.

De Homero, traduziu os dois primeiros cantos da *Iliada*, em versos alexandrinos rimados.



Essa tradução, diretamente do grego, foi publicada em *A SAPUCAIA*, modesto hebdomadário da pacata cidade fluminense, cujo nome provém da perfumosa árvore que aghalhava, à margem direita do Paraíba, os tropeiros cansados, em busca do Porto de Piedade, em Magé.

Antônio Aguiar não foi, porém, somente poeta, contista ou tradutor. Foi também competente médico, pesquisador insaciável da cura do beriberi e da morfêia.

Empregou os seus melhores dias, desde a juventude, no combate dessas terríveis moléstias, em vários hospitais. Além disso, chegou a um processo de tratamento do beribéri com os melhores resultados.

Após uma vida plena de canseiras e desilusões, morre Antônio Aguiar, aos 55 anos de idade, na própria cidade onde nascera. Sempre modesto, bondoso e trabalhador, deixou aos pósteros uma obra imperecível e um nome glorioso.

Jonatas Botelho e Ramon Alonso foram os primeiros ocupantes da cadeira n.º 6, da Classe de Letras.

Cadeira n.º 7 — AZEREDO COUTINHO (Bispo)

Azeredo Coutinho é patrono da cadeira n.º 7.

Na Paróquia de Santa Rita, termo de Campos dos Goitacás, nasceu, a 8 de setembro de 1742, o primogênito do casal Sebastião da Cunha Rangel Coutinho e Isabel Sebastiana Rosa de Moraes.

O menino foi estudar em terras portuguesas, onde, depois de cursar as aulas da Universidade de Coimbra, recebeu o título de bacharel em Direito Canônico. Um ano mais tarde, já *Doutor*, passou a exercer o cargo de Deputado do Santo Ofício de Lisboa.

Versado em ciências naturais, dedicou também grande parte de sua vida aos estudos políticos, sociais e econômicos. A ele e ao Visconde de Cairu deve-se a criação, em Portugal e no Brasil, dos estudos comerciais e econômicos.

Não obstante a complexidade do seu talento poliforme, jamais se descuidou dos trabalhos da sua igreja. D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho foi sacerdote exemplar e modelo de Bispo.

Conhecedor profundo da escravidão, publicou *Análise sobre a justiça do comércio de resgate dos escravos na costa da África*, obra em que discrimina perfeitamente a questão moral e religiosa, e a questão político-econômica do problema. Esse trabalho mereceu tradução em Londres e em Paris, tal a ótima impressão que causou na Europa, principalmente na Inglaterra.

Na Academia Real das Ciências de Lisboa, em discurso muito elogiado, Azeredo Coutinho teve reconhecido o seu talento de economista, ao tratar da questão das minas no Brasil. Esse discurso foi publicado em 1814 em Portugal.

Outras obras do egrégio bispo foram ainda: *Informações, com excelente esclarecimento do estado político, comercial, financeiro e literário de Pernambuco, e a apresentação de bases para um novo sistema de ensino primário e secundário*, em 1808; *Ensino Canônico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, traduzido para o francês.

Economista notável, sociólogo eminente, provou também sua competência como administrador, no Governo da Capitania, ao substituir, interinamente, a D. Tomás José de Melo.



No púlpito, era orador inflamado pelos clarões da fé religiosa; na tribuna, tocado pela força da fé cívica e patriótica, externava como nenhum outro o seu acendrado amor à terra em que nascera.

Sagrado bispo de Pernambuco em 25 de janeiro de 1796, foi suceder, a 19 de março de 1802, ao bispo de Miranda e Bragança. Em Olinda, foi o fundador do Seminário de Nossa Senhora da Graça. E aí, por alvará de 22 de março de 1796, conseguiu fosse doado à mitra, a igreja e o colégio que pertenceram aos jesuitas, com todas as pertenças.

Azeredo Coutinho foi exemplo de dedicação à Igreja, às ciências e às Letras. E soube conduzir seu rebanho no bom caminho da Igreja e da Pátria. Além de muitas incumbências de alta responsabilidade que lhe foram atribuídas pelo Governo e pelo Clero, o povo fê-lo deputado às Cortes de Lisboa pelo Rio de Janeiro. Não chegou, porém, a exercer o mandato, por ter sido colhido pela morte a 12 de setembro de 1821.

A cadeira n.º 7 da nossa Classe de Letras teve, até hoje, dois ocupantes: *Olympio de Castro* e *Arnaldo Nunes*.

#### Cadeira n.º 8 — AZEVEDO CRUZ

Tudo no olvido cai, tudo fenece,  
"Banco das Cismas", tudo cai no silêncio!  
Teu nome hoje é vazio de sentido,  
a nova geração não te conhece!

Eras outrora o nosso confidente  
O parnaso da Roda, a nossa Ermida!  
"Banco das Cismas", quanto sonho ardente  
Desfeito em fumo no correr da vida.

O Banco das Cismas, em Campos, às margens do Paraíba, é hoje quase lenda. E lenda que Azevedo Cruz, panteísta de rara idealização, de forte exaltação nervosa, poeta do amargor e da saudade, gravou para sempre no livro da vida de Campos.

Dotado de real talento, Azevedo Cruz, que ao morrer pediu à esposa nunca deixasse sair em livros seus versos esparsos em jornais, não se deixou arrastar pelas correntes literárias dos seus antecessores ou dos seus contemporâneos.

Por esse tempo, o romantismo estava sendo sepultado; o naturalismo estava nos seus albores, com Luís Guimarães e Machado de Assis que introduziu na poesia brasileira o sentimento do *trágico quotidiano*; o simbolismo erguia-se, impreciso; os nefelibatas armavam-se para a luta; os impressionistas embandeiravam-se. Os *insubmissos* de Coimbra, insurgiam-se contra tudo e contra todos.

Azevedo Cruz, moço ardente e cheio de esperanças, deixou-se, em alguns passos, levar pelo simbolismo. Mas seu espírito, em que o amor e o orgulho tinham acentuado poder, sofria, sofria muito por ser mulato, filho de escrava. Por isso, sua obra se mostra liberta de influências, iluminada apenas pelo acendrado amor à terra natal, às saudades e aos seus sonhos. Andrade Muricy o considera "prógono decidido" do simbolismo. Realmente o poema "Mors Sancta", por exemplo apresenta características do simbolismo. Mas, só o amor à terra campista fê-lo escrever:

Ó Paraíba, ó mágica corrente  
soberana dos prados e vergéis!  
Por onde passas, como um rei do Oriente,  
Os teus vassallos vêm beijar-te os pés.

Talvez chorasse o velho poeta se lhe fosse possível tornar a ver as águas do rio que lhe rolava *dentro do peito*:

(tu, rio, és meu irmão, tu também penas!)



Choraria talvez a amargura dolorida das águas sujas, sangradas. Mas exultaria também quando visse o trabalho ingente da “mágica torrente” que faz correrem as línguas de aço, como serpes de fogo, incandescentes, a estorcer-se na ânsia de iluminá-las, como “a fogo de artifício”. Cantor das belezas do Paraíba, do morro Itaoca, do Banco das Cismas, João Antônio de Azevedo Cruz, filho de Joaquim Antônio de Azevedo Cruz e da escrava Constantina Cruz, nasceu a 22 de julho de 1870, na freguesia de Santa Rita da Lagoa de Cima, Município de Campos. Os preparatórios, tirou-os no Liceu de Humanidades de Campos. Estudou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mas terminou o curso, em 1895, na Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi colega de Alphonsus de Guimaraens. Trabalhou nos jornais *A República*, *A Gazeta do Povo* e no *Monitor Campista*. E colaborou também na Imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Foi Deputado Estadual, advogou em Campos e faleceu como Chefe de Polícia, em Friburgo, a 22 de janeiro de 1905, entre

Rimas vãs e hemoptises...

Seu corpo veio repousar no cemitério público da sua

Campos, formosa, intrépida amazona  
do viridente plaino Goitacás.

na sua

.....terra natal, ninho de amores,  
urna de encantos, pérola do sul!

O nome de Azevedo Cruz traz logo à mente o poema *Amantia Verba*. Mas sua obra, embora pouco extensa, mesmo porque só viveu 35 anos, abrange: — “Teus olhos”, publicada aos 17 anos do poeta, no jornal de Campos *A Aurora*.

— *Sonho*, publicada em 1943 pela Coeditora Brasília (Cooperativa) do Rio de Janeiro, na rua 13 de Maio n.º 44-A. São poesias escolhidas e representam a “Profissão de Fé”, que o poeta não conseguiu divulgar em 1901. Prefaciou-a Aurino Maciel, da Academia Pernambucana de Letras. E a Federação das Academias de Letras do Brasil, a cuja iniciativa se deve a edição de *sonho*, incluiu na comissão que selecionou as poesias, o nome do poeta de Campos, Manuel Joaquim da Silva Pinto, como relator. Nessas sessenta produções não foi incluído o poema recitado pelo poeta nos funerais do Marechal Floriano, de quem era incondicional admirador. A tal ponto que, na Revolta da Armada, serviu no Batalhão Acadêmico de São Paulo, chegando ao posto de Tenente. Desse poema, que se encontra no Vol. 1 do *Panorama do*

*Movimento Simbolista Brasileiro*, por Andrade Muricy — Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1952 — extraímos a 1.ª e a 6.ª quadras:

Deixai passar o Grande Morto!  
Deixai passar, deixar passar...  
Sereno vai, sereno e absorto  
Vai a enterrar, vai a enterrar!

Talhem no bronze a sua Imagem  
E o Monumento seja tal  
Que caiba os Preitos e a Homenagem  
Deste assombroso funeral!

Um dos seus mais belos sonetos, infelizmente truncado na edição citada de *Sonho*, é este:

MINHA SENHORA

o amor

degenerou, por fim, numa palavra falsa,  
e hoje já não é mais uma alucinação;  
tudo o que o doura e o veste e o transfigura e o realça  
da fantasia vem, nunca do coração!

É uma frase feliz no delírio da valsa,  
uma chama no olhar, um aperto de mão...  
um capricho, uma flor, uma luva descalça  
que alguém deixou cair e que se ergue do chão!

Disse-lhe isto e esperei. Um silêncio aflitivo,  
longo e soturno como os torvos pesadelos,  
pairou no espaço como um ponto sobre um i!

Dormi; quando acordei vi-me enterrado, vivo,  
dentro da noite má dos seus negros cabelos,  
em cuja cerração corre que me perdi!...

(De uma revista da época)

Em homenagem ao mais querido poeta campista, a Academia Fluminense de Letras reservou-lhe a cadeira n.º 8, cujo primeiro ocupante foi Homero Pinho.

Cadeira n.ª 9 — B. LOPES

Nascido em Boa Esperança, município de Rio Bonito, em 1859, morreu BERNARDINO DA COSTA LOPES no Rio, a 18 de setembro de 1916, legando-nos, além dos CROMOS e dos HELENOS, talvez suas melhores obras, PIZZICATOS, BRAZÕES e SINHÁ — FLOR.



B. Lopes “cantou os hábitos aristocráticos, ele que muitas vezes se viu passar de barba à nazareno, chapéu acabado, gravata borboleta enorme, calças bombachas, na sua indumentária reles de funcionário pobre”.

CROMOS é maravilha de quadros singelos e delicados. São miniaturas de cores suaves, perfeitamente combinadas, pintadas com graça e técnica impecável:

A casa daquela gente  
Tem nas vidraças da frente  
Forros azuis de metim.  
É branca como um jasmim!

Quando o sol tinge o poente,  
Vai de bengala ao jardim  
Um velhote impertinente,  
De roupa clara, de brim.

Enxota os pintos e clama  
Contra quem pisa na grama,  
Xinga as crianças, cruel!

Por encontrá-las adiante  
Pondo no lago ondeante  
Embarcações de papel.

Mas B. Lopes não pintava apenas quadros da vida cotidiana.

Extraordinário paisagista, teria sido dos maiores pintores da natureza, se continuasse a versejar como no seguinte soneto:

Pitangueiras, arriando, carregadas  
— Esmeralda e rubim que a luz feria —  
Cintilavam, em pleno meio — dia,  
Na argêntea praia de um fulgor de espadas.

Sob o largo frondel eram risadas,  
Toda uma festa, um chalro, a vozeria  
De um rancho alegre simples que colhia  
Moças — frutas, e moços — namoradas.

Em cima outro aluvião, por todo o mangue,  
De sanhaços, saís e tiês — sangue,  
Policromia musical da mata.

E através da folhagem miúda e cheia,  
Bordava o sol, ao pino, sobre a areia,  
Um crivo de oiro num sendal de prata.

Alto, moreno, forte, não mostrava, no seu rosto másculo, na sua fisionomia dura, a delicadeza da alma.

Empertigado malandrim pachola,  
De polainas, monóculo e bombachas,  
Mandou pôr nas botinas meia sola  
E abandonou de vez Porto das Caixas

Assim o tratava EMILIO DE MENEZES que não o via com bons olhos.

B. Lopes era epilético. Diz-se que morreu em consequência de uma queda na repartição. Sua vida real estava longe de tudo o que sonhava: Por isso, comprazia-se em transfigurar a pobreza cobrindo-a do manto purpúreo do seu bovarismo, sempre com o guarda — sol de “foulard” amarelo, julgando-se talvez um

.....dos DÂNDIS de alta roda  
De vidro ao olho e mão impelcada;  
Duque do esporte e fino talhe à moda,  
Lapela em flor...

Na Academia Fluminense de Letras, ocuparam a cadeira B. Lopes: OLAVO BASTOS e MAURÍCIO DE LACERDA.

A 20 de setembro de 1963, foi recebido, na cadeira n.º 9, em sessão solene, o acadêmico LYAD DE ALMEIDA, poeta de inteligência das mais brilhantes em nosso meio, eleito por unanimidade.



No ano de 1857, nasce, no município de Araruama, BELISÁRIO AUGUSTO SOARES DE SOUSA, filho do conceituado médico e chefe político do Partido Conservador do Império, Dr. Francisco Manuel Soares de Sousa.

Muito cedo, começou o menino Belisário Augusto a frequentar o curso primário no Colégio de Santo Agostinho. O de preparatórios foi concluído no Liceu Niteroiense.

Aos quinze anos, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; mas recebeu grau, sempre com extraordinário brilho, na Faculdade da Bahia.

O exercício da profissão, iniciou-o em Niterói onde prestou concurso para a cadeira de psiquiatria, com alta classificação.

A política o seduzia, porém. E, a tal ponto, que não pôde furtar-se ao acolhimento que lhe deram os chefes do Partido Conservador.

É eleito deputado à Assembléia Provincial. E passa a ocupar, entre os seus pares, lugar de destaque como orador correto, fluente e elegante. Suas orações encantavam pelos admiráveis torneios de frases. Além disso, sua palavra levava a persuadir sempre, quer ao discutir atos da administração, quer pura e simplesmente, ao discorrer sobre problemas de caráter político.

A República encontrou-o com o nome feito em luta constante contra a situação liberal dominante. Por isso mesmo, resolveu afastar-se, por algum tempo, das atividades políticas. Ia desaparecendo o Partido Conservador, já quase todo definitivamente aliado aos republicanos históricos, quando, então, no governo do Dr. Francisco Portela, se formou a primeira oposição republicana.

E Belisário Augusto é novamente convocado pelos seus antigos companheiros, PAULINO DE SOUSA, CASTRIOTO, FRÓIS DA CRUZ, SILVA JARDIM, PEDRO LUIZ, MIGUEL DE CARVALHO, O BARÃO DE MIRACEMA, NILO PEÇANHA e outros.

Eleito deputado pelo 1.º distrito à Constituinte Estadual, formou um só bloco com Alberto Torres, Alcebíades Peçanha, José de Queirós, Marcelino Coelho. O ilustre fluminense trabalhou sem parar, até a promulgação da 1.ª Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em 1892.

BELISÁRIO é eleito, em várias legislaturas, Deputado Estadual.

Em 1893, elege-se Deputado à Câmara Federal. Quando, no tempo de Floriano Peixoto, a República vai precisar da convocação imediata de todas as inteligências bem formadas, Belisário Augusto ressurgue na tribuna parlamentar com todo o seu talento, com toda a sua eloquência, para dar incondicional apoio ao defensor da ordem no Brasil.

Em 1902, afasta-se outra vez do panorama político, para voltar, em 1910, embora sem o vigor primitivo, como integrante de uma das duas Assembléias do Estado do Rio de Janeiro — justamente a que apoiava no governo ao Dr. Alfredo Backer.

Homem de notável saber, irradiava, inclusive, extraordinária simpatia. E seus discursos eram ouvidos na Câmara por amigos e por oposicionistas, com igual prazer — até mesmo quando o excesso do álcool lhe subia um tanto à cabeça. Nada lhe toldava a inteligência ou lhe tirava a vivacidade, a eloquência ou o acendrado amor à terra em que nascera. “A sua vida particular foi sempre o reflexo de seus elevados sentimentos” — diz um dos seus biógrafos. “Ele não tinha inimigos, não possuía desafetos. A sua bonhomia em tudo aparecia, não abrigando um sentimento descortês ou de ódio”.

A 5 de julho de 1912, faleceu aquele que deixou nos Anais da Câmara da República, em diversas legislaturas, o testemunho inequívoco da superioridade do seu espírito, do poder dos seus conhecimentos e do seu trabalho incansável em prol do progresso e da ordem no Brasil. O 1.º ocupante da cadeira de Belisário Augusto foi o Dr. Epaminondas de Carvalho. O 2.º, o Dr. Paulino Neto.



Filho de Niterói (1837), o nome de Benjamin Constant Botelho de Magalhães está ligado a toda a coletividade brasileira pelo seu devotamento à Pátria. Tomou grau de bacharel (1860) e de doutor em Matemática (1890). Admirável pela profundidade dos seus conhecimentos, exercia o Magistério com muito carinho, fazendo, de cada aluno, um amigo. Homem devotado à família e de invulgar honradez, Benjamin Constant, na galeria dos maiores vultos da nossa história, se destaca como dos mais atuantes na vida política do Brasil.

Seu pai, o português naturalizado Leopoldo Magalhães, foi professor e oficial reformado da Marinha. Sua mãe, a riograndense Bernardina de Magalhães, enviuvou quando o filho Benjamin contava 15 anos. E o quase-menino passou a arrimo de família — mãe, irmão e irmã.

Estudaria na Escola Militar, ao mesmo tempo que lecionaria aos colegas, para poder viver. Mesmo assim, teve de interromper várias vezes o estudo. Foi com muita dificuldade que terminou o Curso do Estado Maior de 1.ª Classe e passou ao Curso de Engenharia Civil, na antiga Escola Central. De 1863 a 1865, freqüentou o Observatório Astronômico. E sua vida gira sempre em torno do militarismo:

— Assentou praça em 1.º de abril de 1852.

— Foi alferes — aluno em 1855, confirmado em 1856.

— Em 1860, foi promovido a tenente. Passou em 1866 a capitão. Nesse ano de 66, foi servir no 1.º corpo do exército de operação, na guerra contra o Paraguai. Voltou em 68 e passou a praticar no Observatório do Curso Superior da Escola Militar.

— Major em 1875.

— Tenente-coronel do Estado Maior de 1.ª classe em 1880. Em janeiro de 1890, foi aclamado Brigadeiro, pelos serviços prestados à República, em nome da Nação, pelo Exército e pela Armada.

— Em 1874, é lente interino da 1.ª cadeira do 1.º ano da Escola Militar. Em 1884, passa a lente efetivo.

— Membro da Comissão de Revisão dos Regulamentos das Escolas Militares e das de Tiro, no Rio Grande do Sul, em 1888.

— Em 1889, é nomeado lente da 1.ª cadeira do 1.º ano da Escola Superior de Guerra. Não obstante os seus altos conhecimentos de matemática e a sua comprovada prática no magistério, Benjamin Constant foi sete vezes preterido na nomeação, mesmo aprovado em concurso.

Por isso, ao dar-se mais uma vaga de cátedra, na Escola Militar, não vacilou o bravo soldado em dizer: “Será mais fácil puxar uma carroça na rua, para ganhar a subsistência, do que entrar eu novamente em concurso”.

Benjamin Constant foi Diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Fundador e 1.º Diretor, como também Professor de Mecânica, da Escola Normal do Rio de Janeiro. Conta-se que, convidado pelo Imperador para lecionar aos príncipes, repreendeu-os em aula, em voz alta, por mostrarem-se os meninos mal educados.

D. Pedro II censurou os netos. Mas a Imperatriz desculpou-os...

Foi o bastante para que o professor se retirasse dizendo: “Se precisarem de mim, mandem-me chamar. Para a aula não volto mais”.

A altivez do chefe espiritual da Revolução de 89 foi sempre notada, desde os seus verdes anos, na Escola Militar. Na Tribuna ou na Cátedra, nada temia. E falava abertamente sobre o seu sonho de republicano.

Um dia, após inflamado discurso, recebeu dos alunos a seguinte mensagem: “Mestre! Sede o nosso guia em busca da terra da promessa, o solo da liberdade”.

Quando, ao lusco-fusco do segundo reinado, surgem no espírito do soldado brasileiro, as primeiras desconfianças quanto à autoridade moral da monarquia, os oficiais, ofendidos, humilhados por atos do governo de Pedro II, resolvem convocar o Clube Militar. Reunido a 9 de novembro de 1889, Benjamin Constant, na Presidência, tudo ouviu e encontrou uma única solução: proclamar a República.

Procurou demover Deodoro da Fonseca. E conseguiu, a 15 de novembro de 1889, que a República fosse proclamada no Brasil.

Foi muito grande a atuação de Benjamin Constant nesse momento histórico, não só incentivando os jovens alunos a se tornarem republicanos, como, e principalmente, exercendo acentuada influência nos primeiros atos da República Brasileira.



Devem-se à inspiração dele os atos referentes à Bandeira, às Armas Nacionais, à criação do Montepio Militar, ao casamento civil, às Festas Nacionais, à secularização dos cemitérios, aos subsídios aos artistas, ao Regulamento da Escola Normal; inclusive a Reforma do Ensino Público, em 8 de novembro de 1890.

Em todo o seu trabalho, houve sempre muito de sonho e de otimismo. Mas, incontestavelmente, o Estado do Rio, que deu à nossa Pátria, em todos os tempos e em todas as esferas da atividade humana, varões insígnies que concorreram para sua glória crescente, se desvanece de contar, entre seus filhos, a pessoa — digna entre as mais dignas — de Benjamim Constant Botelho de Magalhães.

A cadeira n.º 11 da Classe de Letras da Academia Fluminense de Letras teve como 1.º ocupante a Ricardo Barbosa, que, após sua morte, foi substituído por Oscar Fontenele. Ocupa-a, atualmente, o ilustre fluminense Dayl de Almeida.

#### Cadeira n.º 12 — CARLOS DE LACERDA

O patrono da cadeira n.º 12, da Classe de Letras, da nossa Academia, é Carlos de Lacerda, homônimo do dinâmico primeiro governador do Estado da Guanabara.

Nascido em 1852, na terra Goitacá, foi Luiz Carlos de Lacerda um grande lutador das justas causas.

Homem de excessiva bondade, amigo da sua família, fiel cumpridor dos deveres como cidadão, polido, profundamente sensível aos sofrimentos alheios, provam-no as inflamadas lutas que travou em prol da liberdade dos escravos. Generoso, dotado de verdadeira nobreza moral, era o aristocrata do espírito e o valoroso político que professava sempre o melhor e jamais se conformou com a divisão dos homens em castas, de senhores e servos.

Geraldo Bezerra de Menezes, atual ocupante da cadeira n.º 12, diz ter encontrado em *A Campanha Abolicionista* (1879 — 1886), de Evaristo de Moraes, a notícia de um ato de inexcedível audácia, o primeiro, no gênero, praticado em Campos, narrado mais ou menos nestes termos:

A 26 de março de 1885, companheiros de Carlos de Lacerda foram a uma fazenda, na freguesia de São Gonçalo, cujo proprietário era tido por homem cruel. E dali retiraram, para levá-los à justiça, três escravos que haviam sido castigados a azorrague e postos depois no tronco. Os instrumentos de suplício acompanharam as vítimas ao Juri de Campos. E Carlos de Lacerda, orador extraordinário, lutou em favor dos negros, sem trégua, sem desfalecimento, noite e dia, na tribuna, nos teatros, nas ruas de Campos, expondo os instrumentos de suplício utilizados pelo “senhor” dos infelizes escravos.

Grande foi a repercussão do fato na Corte. E no Parlamento agitaram-se as discussões entre os abolicionistas e os não — abolicionistas, estes defensores do Império.

Nas colunas do jornal de sua propriedade, o *Vinte e Cinco de Março*, condenava Carlos de Lacerda todas as barbaridades dos senhores, incitando contra eles o povo, fomentando o movimento em prol da abolição.

José do Patrocínio, um dos maiores baluartes contra a escravidão em nossa terra, disse um dia: “Carlos de Lacerda apanhou a chama das fazendas, e com elas formou a aurora da liberdade no município de Campos”.



Mas Patrocínio tinha a simpatia da Casa Imperial. Era recebido e falava na Corte. Ao passo que Carlos de Lacerda se batia sozinho, sem nenhum amparo político. Ainda mais: era rodeado de ferrenhos inimigos, justamente num dos maiores centros escravocratas do País. Isso, porém, nunca o intimidou. Corajoso, audacioso como todos os líderes fluminenses, soube levar avante o seu ideal de apagar do nosso mapa a mancha negra da escravidão.

A vida de Carlos de Lacerda foi um exemplo. Ele deixou um rastro de luz que desde a sua morte, em 1897, parece ainda brilhar guiando todos os que sabem para que vivem e porque não podem morrer.

Seu nome está ligado à cadeira n.º 12, primeiro ocupada por Tomé Guimarães, e hoje pelo acadêmico Geraldo Bezerra de Menezes, atual Presidente da Academia Fluminense de Letras, e que muito tem trabalhado pela cultura fluminense.

Cadeira n.º 13 — CASIMIRO DE ABREU

Do poeta dos *Meus Oito Anos*, composição literária das mais belas pela singeleza e pureza do seu autor, começaremos estampando uma das menos conhecidas cartas de Casimiro de Abreu:

Ilmo. Sr. A. Fernando Camacho Falcão.  
Indaiassu, 21 de abril de 1860.

Espero que o meu amigo não se esqueça do pedido que lhe fiz de mandar-me a roupa e o papel, envelopes, obreias, peito de luto; e me enviará a conta de tudo.

Pedia ao meu amigo o favor de mandar entregar a carta inclusa em S. Domingos, pois o correio para lá é sempre muito demorado.

Escrevo-lhe à meia-noite e tendo o correio de sair da Barra, de manhã, não há tempo a perder.

Recomenda-me a meus primos e amigos e creia-me.

Seu amigo obr.º e Cr.º

a) Casimiro J. M. de Abreu

O rapaz ia pôr luto pela morte do pai. Pede ao amigo que lhe envie o indispensável nessas ocasiões. E, ainda mais, que entregue uma carta em S. Domingos, talvez à sua noiva, D. Joaquina Peixoto.

Mas os seus dias estavam contados. E, como que adivinhando algo, sente-se muito triste, muito desgostoso:

Eu sinto que esta vida já me foge  
Qual d'arpa o som final,

E não tenho, como o naufrago das ondas  
Nas trevas um fanal!

Eu soffro e esta dor que me atormenta  
É um suplício atroz!

E pra contá-la faltam à lira cordas  
E aos lábios meus a voz!

A saúde baqueia. E aquele que nascera a 4 de janeiro de 1839, na freguesia do Rio São João, província do Rio de Janeiro, em Indaiassu, agora com 21 anos de idade, ia ficando...



Os primeiros acordes da Ave Maria convidavam todos, lá do alto da Igrejinha, a orar sob aquele céu inteiramente azul e naquele ambiente impregnado do perfume das flores silvestres de Barra de São João.

Duas mulheres, uma mais velha, outra ainda jovem, acompanham o desdobrar do negro manto da morte que vai caindo sobre o jovem enfermo.

As dezessete horas e vinte e cinco minutos de 18 de outubro de 1860, extingue-se a luz que alimentara por tão pouco tempo aquele corpo frágil e aquele cérebro tão cheio de tristezas da vida — da vida que lhe não negara, afinal, tanto assim —, e tão repleto de saudade que ele mesmo não sabia muito bem de quê.

A notícia da morte do poeta CASIMIRO DE ABREU chega logo à família Cabral, onde passara o moço uma grande parte da sua vida, como empregado da firma comercial do chefe da casa.

Alguém vai levar a notícia a D. Joaquina Peixoto, em S. Domingos, nesta cidade de Niterói.

A moça sente uma tristeza infinda. E, voluntariamente, entrega-se a terrível isolamento, em sua própria casa, durante três meses.

Barra de São João chora a perda do seu dileto filho. Chora-o o Estado do Rio todo. Chora-o também o Brasil que em Casimiro de Abreu teve um dos mais suaves poetas românticos, dos mais sensíveis e delicados poetas de todos os tempos:

#### ÚLTIMA FOLHA

Meu Deus! Meu Pai! Se o filho da desgraça  
Tem jus um dia ao galardão remoto,  
Ouve estas preces e me cumpre o voto  
— A mim que bebo do absinto a taça!

“Feliz serás se como eu sofreres;  
“Dar-te-ei o céu em recompensa ao pranto” —  
Vós o dissestes — E eu padeço tanto!...  
Que novos transes preparar me queres?

Tudo me roubam meus cruéis tiranos:  
Amor, família, felicidade, tudo!...  
Palmas da glória, meus lauréis do estudo,  
Fogo do gênio, aspiração dos anos!...

Lá do alto do morro, no paupérrimo cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento, abandonado de todos, encontra-se, como “tributo de amor maternal”, o jazigo com o corpo do querido poeta fluminense. Mas sua alma, liberta, levando sonhos pelo mundo afora, canta, ao sol tropical de Barra de São João, em cada flor: E a flor pendida se erguerá mais viva, aos raios desse sol!

Em nossa Academia, Casimiro de Abreu tem merecido carinho especial. Provam-no à farta, tudo o que se tem escrito em sua *Revista* sobre ele. Assim, jamais morrerá ou deixará de ter o seu nome colocado nos píncaros da glória, aquele poeta-menino, tão cedo roubado à vida:

“Tanta glória ainda  
O esperava, meu Deus...”

O primeiro ocupante da cadeira n.º 13 foi Altino Pires. E o poeta Vilmar de Abreu Lassance é o atual ocupante.



A 15 de julho de 1918, dia imediato ao das eleições dos quarenta membros inaugurais da Academia Fluminense de Letras, publica-se no *Rio Jornal*, sob a legenda *Rio-Rindo*, o seguinte soneto, firmado com o pseudônimo *Rialto*.

“Mais um fato importante para a vida  
lá no Estado natal do Sr. Nilo.  
Ao ler essa notícia resumida,  
o elogio à notícia eu não repilo.

Dos escritores a classe é desunida,  
segundo a voz do proclamado estilo.  
Hoje vemos a coisa desmentida,  
e de escritores junta-se um pugilo.

Leio a lista dos nomes e sucede  
que alguns há lá que, pela sorte parca,  
podem opor à coisa estes senões:

— “Se é Niterói a sede,  
onde arranjar o dinheiro para a barca  
a fim de não faltar às reuniões?”

Segundo Lacerda Nogueira, *Rialto* não era senão CASTRO MENEZES, militante no jornalismo carioca, onde também militavam Agenor Rouse, Ildefonso Falcão, Joaquim Lacerda, Osório Dutra e até Belisário de Sousa, presidente efetivo da primeira Diretoria da novel Instituição.

Nem mesmo a escolha do Paraninfo da Academia deixou de ser feita entre os moradores do lado de lá. A outorga do paraninfo recaiu em RUY BARBOSA, o maior líder da democracia nacional. É que, não havendo fronteiras para a inteligência, natural seria (como ainda hoje ocorre na cidade do Rio de Janeiro) que na Capital da República se concentrassem as mais brilhantes culturas do País.

Só havia uma exigência no estatuto da Academia Fluminense de Letras, quanto à admissão de sócio efetivo (e nisso era irredutível): ser ele fluminense nato.

Dai, o furor de ilustres senhores da época que escreviam: “A nós, vai-nos o sangue às guelras quando vemos o Lacerdinha Nogueira, menino bacharel de 19 anos, imberbe, impúbere e glabro, menos na cabeça cheia de cabelos, inteligência e ilustração, seja um macete da Academia, e a nós, com quarenta anos de fluminensia permanente, se nos atira o osso de sócio correspondente como quem diz ao coro:

— Vai roê-lo e rosar longe, tinhosol!”

Sob tais investidas, nascia, do chamado “chambre rouge”, a saleta forrada de vermelho do Cartório Peixoto, numa casa assobradada na rua Visconde do Uruguai, a ACADEMIA FLUMINENSE DE LETRAS.

Ninguém acreditava nela. Nem mesmo aquele que passou depois a enfeixá-la em suas mãos como secretário perpétuo — NELSON DE LACERDA NOGUEIRA.

Em 12 de julho de 1917, estampava-se uma carta de Lacerda Nogueira com estas palavras:

“Nos desalinhavados artigos que escrevi a respeito do assunto, não tive o escopo de opor-me intransigentemente à fundação de tão alevantada quão meritosa instituição — achei somente que o nosso Estado talvez (na ocasião) não possuísse literatos já feitos em número suficiente para a instalação condigna de uma verdadeira Academia de Letras”.

No entanto, a instalação se procedeu a 11 de agosto de 1919 — data centenária da Vila Real da Praia Grande, no salão da nossa Escola Normal.

E, embora atacada por todos os lados e pelos insatisfeitos de todas as épocas, vai a Academia Fluminense de Letras cumprindo seu destino de exaltadora do passado, de coordenadora de valores.

ALVARO DE SA DE CASTRO MENEZES foi um dos quarenta inaugurais. E foi também o primeiro a ser chamado ao “estígio lago”, embora nem a morte tenha conseguido guardá-lo no lago maldito, completamente esquecido. Pois suas obras falam muito alto ainda, não obstante a curta vida que viveu (1883 a 1920).

CASTRO DE MENEZES era um paladino do trabalho intenso, como disse Humberto de Campos: “A vida desse lutador formidável aparecia, aos meus olhos, como uma árvore pletórica de energias vegetais, que, impedida pela fatalidade do clima, de dar frutos regulares e temporões, se consolava, numa loucura desordenada, em abrir-se em folhas, em ramos, em flores e em pomos de todo tamanho, para não morrer crestada pelas próprias forças anteriores”. (*Carvalhos e Ro-seiras*).

Castro Menezes, poeta e prosador admirável, foi o talentoso escritor de *Jardim de Heloisa*. E, como por “milagre



mental”, de repente se transformava em economista e financista, com uma rapidez de pasmar.

Era, além do mais, opulento no vocabulário, encantador no trato de todos os dias, “fulgurante, rico de imprevistos, de sentenças joviais, de imagens admiráveis, enfim, o perdulário do talento, a desbaratar uma fortuna pelos interstícios da palestra”.

Possuidor de farta imaginação, Castrúcio (como o chamavam seus amigos) era um apaixonado pela novidade, pelo imprevisto, pelo romance fantasioso.

Em virtude de reforma estatutária, CASTRO MENEZES passou a PATRONO da Academia, depois de ser um dos mais entusiastas dos seus fundadores.

CRESO BRAGA foi o primeiro ocupante.

E MARCOS ALMIR MADEIRA, dinâmico espírito sempre jovem, glória de nossa terra pelo seu valor cultural, é o atual ocupante da cadeira n.º 14.

#### Cadeira n.º 15 — DUQUE DE CAXIAS

D. PEDRO DE ALCÂNTARA, com apenas 15 anos de idade, consultado aos 23 de julho de 1840, se queria assumir as rédeas do Governo Brasileiro, respondera: “Quero já”.

Nesse mesmo dia, às 15 horas e 30 minutos, o Imperador — Menino prestava juramento.

Assim terminavam as regências, durante as quais se travaram sérias lutas entre os partidos — moderado, exaltado e restaurador ou caramuru.

O Imperador, a 22 de agosto, propõe anistia geral aos criminosos políticos. Mas nem todos os rebeldes a aceitaram, por se julgarem ainda muito fortemente armados.

Continuavam as lutas fratricidas, as guerras pela independência das Províncias, que desejavam o sistema republicano, conduzidas pelo impulso misterioso do nacionalismo.

Nesse momento, surge no cenário brasileiro a figura do soldado LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA (sucessivamente *barão, conde, marquês e duque de Caxias*).

Nascido próximo à Vila de Estrela, na Província Fluminense, zona da Baixada, em 1803, vai esse valoroso militar, a partir de 1840, ascendendo, ininterruptamente, no conceito e na estima dos seus patrícios, pelos serviços prestados ao exército.

Pacificou a Província do Maranhão, em 1840. Foi encarregado de sufocar as revoluções que estalaram em São Paulo e em Minas Gerais. Em fins de outubro de 1842, partiu para o Rio Grande do Sul, nomeado Comandante em chefe do Exército Brasileiro e Presidente da Província. No ano seguinte, 1843, dirigiu Caxias uma proclamação aos rebeldes: “Lembraí-vos de que a poucos passos de vós está o inimigo de nós todos, inimigo de raça e de tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos então nossas espadas e nosso sangue.

Vêde que esse estrangeiro exulta com esta triste guerra, com que nós mesmos nos estamos enfraquecendo e destruindo.

Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da pátria, que é a nossa mãe comum”.



Pouco valeram as sensatas palavras de Caxias, que teve de derrotar os revolucionários em combates sucessivos.

Dois anos após, realizava-se a profecia: estoura a guerra contra Oribe e Rosas. E pouco depois começa a preparar-se o governo brasileiro para enfrentar outra situação difícil — A GUERRA DO PARAGUAI, que teve início em 1864 e só terminou em 1874.

A 10 de outubro de 1866, o Marquês de Caxias é nomeado para o comando do Exército, a fim de combater os inimigos paraguaios.

Contava ele 63 anos. Mas, assim mesmo, lutava com todo o ardor da mocidade. E o sol, cedinho, já o encontrava a cavalo, estudando o meio de transpor Humaitá.

Quando, porém, depois de vários combates entra com seus soldados em Assunção, já se sentia enfermo.

Passa o comando das tropas, segue para Montevidéu, e depois vem para o Rio, onde é elevado à dignidade de Duque.

Luís Alves de Lima e Silva concentra em sua época a simpatia, a admiração de todos os brasileiros em torno de si.

Morto aos 77 anos, em 1880, vive ainda entretanto, como símbolo do exército brasileiro.

Jamais transigiu com revoltosos — assertiva muitas vezes comprovada com as atitudes que sempre tomou em relação aos vencidos. Sabia tratar com fidalguia e magnanimidade. Mas na guerra, conduzia-se com tato e energia, para chegar a bom termo em suas atribuições bélicas.

Por tudo que fez, seu nome se fixou em nossa história, como um dos nomes da Pátria.

Valente, sereno, enérgico, modelo de militar, o duque de Caxias mereceu ocupar a cadeira n.º 15, em homenagem aos seus esforços pelo bem comum.

Soares Filho, político idealista, defensor da cultura fluminense em vários momentos da sua vida, foi o único ocupante da cadeira.

Magricela, de fronte larga, arcadas zigomáticas, olhos brilhantes com revêrberos de incêndio, lá ia ele, de colete e casaco, não raro com uma das bandas não devidamente sotoposta à outra, o botão do colarinho a sair da casa, e a gravata tombada em laço frouxo.

Seu desleixo, porém, não dava para scandalizar quem-quer que fosse. Apenas alguns enganos de abotoação...

Tinha rígidos cabelos, fracos bigodes e gestos nervosos. Assim era, segundo os contemporâneos, o físico daquele cuja inteligência elaborou trabalhos jamais olvidados.

Dizem que o tradutor de sua obra máxima, *OS SERTÕES*, para o idioma inglês, teria feito a seguinte declaração: “A América tem dois grandes monumentos — a estátua da Liberdade e o livro *OS SERTÕES*”.

Euclides da Cunha foi escritor, artista, jornalista e, mais que tudo isso, patriota que amou a sua Terra com todo o amor de um bravo.

Nascido aos 20 dias do mês de janeiro do ano de 1866, em Santa Rita do Rio Negro, na Fazenda Saudade, Município de Cantagalo, da antiga Província do Rio de Janeiro, ficou órfão de mãe aos 3 anos.

Tal circunstância o levou a mudar por várias vezes de pouso. Foi para Teresópolis. Dois anos depois, com a morte da tia que o criava, passou-se a Ponte Nova. Com cinco anos, em 1871, já freqüentava escola em São Fidelis. No ano seguinte, está na Bahia, para matricular-se no Colégio Carneiro Ribeiro. Em 1876, cursa escolas no Rio de Janeiro. Na corte, termina o Curso de Humanidades. Aluno de Benjamim Constant, aprende com o preceptor a amar, acima de tudo, a liberdade.

No jornal infantil *O DEMOCRATA*, publica, entre outras composições, os primeiros versos, plenos de sonhos e de lamentos:

“Eu quero à doce luz dos vespertinos pálidos  
Lançar-me, apaixonado, entre as sombras das matas  
— Berços feitos de flor e de carvalhos cálidos  
Onde a Poesia dorme, aos cantos das cascatas”.

(8-11-1883)



Já se vislumbravam, nas primeiras páginas de *Ondas*, todo o seu ardor, toda a sua ânsia de Bem e de Perfeição. Em cada linha, em cada frase, jorra um caudal de idéias, de altos ímpetos cintilantes de cor, resplendentes de luz. Como o crestado solo tropical em que viveu, cada palavra de Euclides da Cunha traz o tom selvagem da rebeldia às peias que a sua alma simples não suportava.

Num dia de dezembro de 1888, pressentindo sintomas de borrasca próxima, o Ministro da Guerra, Tomás Coelho, tentou abafar a marcha dos acontecimentos políticos, indo visitar a Escola Militar do Rio de Janeiro, para demonstrar resquícios de força.

Em meio à cerimônia, comandantes, ajudantes de ordem, oficiais, pressurosos todos, cercaram o Ministro, para protegê-lo.

Algo muito grave estaria para acontecer.

Foi quando um jovem de 22 anos, considerando humilhante para os alunos aquela encenação da revista nas tropas da Escola, depois de tentar, em vão, quebrar nos joelhos a espada com que deveria prestar continência à autoridade, atira-a ao chão, aos pés do Ministro.

Trazia aquele jovem, no dolma de soldado, o galão de alferes, pelo seu valor como aluno.

Euclides da Cunha, pois não era outro o indisciplinado, baixou à enfermaria da escola, passou-se ao Hospital do Castelo e pouco depois era desligado da corporação com atestado de louco.

Fora da escola, para onde só voltou após a proclamação da República, por ato de Benjamin Constant, passou Euclides a escrever, sob o pseudônimo Proudhon, no *Jornal Província*, de São Paulo, uma série de artigos, primeiro sob o título *Questões Sociais*; mais tarde, com o título *Atos e Palavras*.

De novo na escola, como alferes-aluno, em 1890, é promovido a 2.º tenente de artilharia. E em 1892, a 1.º tenente do Estado Maior, de 1.ª classe. Passa, por escolha própria, a servir à Estrada de Ferro Central do Brasil. Incompatibilizando-se com Floriano Peixoto, retorna à vida Civil.

Antônio Conselheiro, há 22 anos, de 1874 a 1896, era famoso em todo o interior do Norte e mesmo nas cidades do

litoral do Brasil, onde chegavam, entretecidos de exageros, quase sempre lendários, os episódios mais interessantes de sua vida romanesca. Dia a dia ampliava o seu domínio sobre as gentes sertanejas. Vinha de uma peregrinação incomparável, de quase 1/4 de século, por todos os recantos do sertão, onde deixava, como enormes marcos, demarcando-lhe a passagem, as torres de dezenas de igrejas que construira. Fundara o arraial do Bom Jesus, quase cidade. De Chorrochó à Vila do Conte, de Itapicuru a Geremoabo, não havia uma só vila ou lugarejo obscuro onde não contasse com amigos ferrosos que lhe devessem a reconstrução de um cemitério, a posse de um templo, ou a dádiva de um açude.

Por outro lado, indivíduos fora da lei se juntavam frequentemente aos fanáticos de Antônio Conselheiro. E ao Governo Brasileiro competia impedir que aumentasse a farândula de indesejáveis que perambulavam pelo sertão. Pensou-se mesmo que se tratasse de elementos preparando-se para a contra-revolução dos monarquistas...

E envia-se a primeira tropa do Exército para rechaçá-los...

Na manhã de 21 de novembro de 1896, dá-se o primeiro encontro entre jagunços e legalistas.

Foi então que o escritor fluminense, Euclides da Cunha, designado correspondente de guerra pelo Diretor *d'O Estado de São Paulo*, Júlio Mesquita, teve oportunidade de realizar a sua maravilhosa epopéia cujo título inicial fora a *Nossa Vendéia*.

Sua obra prima, *Os Sertões*, nome com que foi publicado, em 1902, pela *Casa Laemmert*, por interesse de Lúcio de Mendonça, a quem fora Euclides apresentado por uma carta de Garcia Redondo, escreveu-a o Cantagalense, quase toda, em São José do Rio Pardo.

Para tal cidadezinha paulista, a primeira a proclamar a República no Brasil, fora Euclides designado, em 1898, a fim de reconstruir uma ponte. E aí, "nos intervalos da minha engenharia fatigante e obscura", trabalhou com tanto afincio, que pôde levar a cabo duas grandes obras — a ponte e *Os Sertões*, esta escrita num barracão de madeira ainda hoje conservado como relíquia, numa armação envidraçada.

Após a publicação da sua grande obra, passa Euclides a Membro do Instituto Histórico. E a Academia Brasileira de Letras o recebe em sessão solene, com brilhante discurso de Sílvio Romero.



Mas o homem não pára. Sua luta continua. Faz o levantamento das cabeceiras do Rio Purus, num audacioso esforço de penetração da terra brasileira: "Eramos nove apenas: eu, um auxiliar dedicadíssimo, o Dr. Arnaldo da Cunha, um sargento, um soldado e cinco representantes de todas as cores reunidas".

*Escreve Peru versus Bolívia* em um mês apenas. Faz belíssima conferência sobre *Castro Alves e seu tempo*. Publica *Contrastes e Confronto* e *A Margem da História*.

Em 1908, inscrito em concurso de Lógica, para a cátedra do Colégio Pedro II, obtém a 2.<sup>a</sup> classificação.

Nomeado, algum tempo depois, para o colégio Padrão da República, só pôde dar, entretanto, 19 aulas. Pois, a 15 de agosto de 1909, na Estação da Piedade, Estrada Real de Santa Cruz, morria, numa sargeta, baleado por crime passional, numa explosão de desespero e ódio, sacrificando, assim, a estima e a admiração que lhe devotavam todos os seus amigos.

A Pátria inteira chorou.

Euclides foi, segundo João Ribeiro, "um espírito desordenado, intrépido, varonil; mas desconexo, destruído pelos seus próprios nervos".

Tudo quanto se possa escrever sobre inteligência tão esplêndida é ainda insignificante, para dar a conhecer homem tão versátil e de personalidade tão facetada, alma de gigante e físico de pigmeu.

A Academia Fluminense de Letras reservou a cadeira n.º 16 ao grande escritor fluminense EUCLIDES DA CUNHA, só comparável a Alberto Torres e Oliveira Viana, no campo da sociologia.

Seu ocupante, Cortes Júnior, fez o elogio do seu patrono em memorável discurso proferido na sessão de 30 de dezembro de 1920.

Atualmente, ocupa a cadeira 16 o fluminense (hoje Senador da República) João Baptista Vasconcelos Torres.

#### Cadeira n.º 17 — EZEQUIEL FREIRE

José Ezequiel Freire nasceu em Resende, a 10 de abril de 1850, na fazenda Boa Vista, em Santa Ana dos Tocos, e faleceu em 1890, a 14 de novembro, em Caçapava.

Com 19 anos, colabora no ASTRO RESENDENSE, com poesias e crônicas. Na revista carioca o MOSQUITO, publica, de 1870 a 73, vários de seus poemas.

Publica seu primeiro livro de poesias, FLORES DO CAMPO, em 1874.

Passando a viver em São Paulo, faz parte da redação da TRIBUNA LIBERAL, folha política, literária e noticiosa da Província. Colabora também na redação do jornal acadêmico A CONSCIÊNCIA e é redator da GAZETA DO POVO (1879). Funda o seminário O ENTR'ATO e é redator literário do CORREIO PAULISTANO, onde publica folhetins e reportagens, na seção DE OMNIBUS REBUS. Em 1844, ainda em São Paulo, encontramos-lo como redator e colaborador do DIÁRIO MERCANTIL.

Trabalha assiduamente em A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO onde publica folhetins, contos, crônicas, crítica literária e teatral.

No Rio de Janeiro, é correspondente, em 1887, da GAZETA DE NOTÍCIAS.

Depois de ter sido cadete militar e aluno da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde, numa república de estudantes, no Largo da Glória, foi companheiro de Lúcio de Mendonça, matricula-se, em 1876, com 26 anos, na Faculdade de Direito de São Paulo, de onde saiu bacharel aos 30 anos.

Em 1884, é Juiz Municipal de Araras; quatro anos depois é nomeado, por concurso, lente de Retórica do CURSO ANEXO da Faculdade de Direito de São Paulo. Nascido na velha província fluminense, passou Ezequiel Freire a viver em São Paulo onde se casou em maio de 1875. Foi integrante ao lado de tantos outros vultos fluminenses, de precioso contingente intelectual de sua época. Ezequiel era um original: não se confundia com pessoa alguma. Sua poesia é plena do idílio romântico do fim dessa fase de transição entre as pieguices subjetivas e a entumescência condoreira prestes a ceder o passo ao objetivismo parnasiano.



Seu coração sempre jovem era bafejado, não raro, pelas magnificências da natureza sertaneja: era a vez do sabiá, eram as flores, o sussurro da brisa, o murmúrio dos rios, o azul limpo do céu de primavera...

Essa roça, eram as roceiras!

“ai! sorrisos do céu — das roceiras!”

Ou o cotidiano:

“Fugiu-me um gato preto, vivo, asmático,  
mariola — cotó — uma tetéia!

Come torresmos fritos com farinha  
e chama-se — JOSÉ DE ARIMATEIA!”

Ou a irreverência:

### O SACI

“Conta a legenda que o saci nascera  
dos amores de um sapo e de uma freira;  
teve um irmão mais velho — o lobisomem  
e casou-se ao depois co’a pisadeira”.

Sua prosa, elogiada por Ramalho Ortigão, é simples, mas vigorosa e original.

Dentre outras obras, destaca-se, de Ezequiel Freire, PEDRO GOBÁ, episódio da vida real, em que extravasa todo o seu repúdio, o seu horror à vida dos escravos. É a estória de um negro vindo de Olinda, moço atlético, retinto, forte, dócil, capaz de produzir além da tarefa diária: — “O que faltar para dez, uma dúzia de relho por alqueire!” — diziam-lhe.

“PEDRO GOBÁ tinha por mulher a mulata mais bonita da fazenda, de 13 anos apenas, mas borbulhante de ardente sangue mestiço: era a escrava Tecla.

Tecla, confiada no esforço dedicado do marido, acompanhava-o entre os arruados do caféiro, toda atenta a resguardar dos galhos secos o seu vestido de chita, por que se não rasgasse...

Mas uma noite, na hora das contas à família dos brancos, sentada no alpendre da Casa Grande, Tecla só apresentou 8 chapas de Flandres, resultado do seu trabalho de cada baiaio de café levado ao monte.

— Tecla fora de forma!

Foi então que Pedro Gobá, negro valente como ninguém, humilde, se ajoelha medrosamente:

— Sinhô, eu quero apanhá por minha mulhé!

A voz, porém, de: “Maurício, amarra este diabo!”, antes que alguém tivesse tempo de mover-se, dominados todos pela surpresa daquela cena, Gobá, o pernambucano de raça, altivo e nobre no íntimo de sua alma admirável, debalde abafada desde o berço pela dominação dos senhores, Gobá, a flor da escravidão, manso e bom, subitamente transformado em homem pelo irresistível impulso da nobreza inata, arranca a faca e crava-a no coração da mulher.

Depois, enquanto ela tomba inanimada, ele, placidamente, crava a faca ainda rubra e quente no seu próprio coração, depois de fitar com ar de asco a família dos brancos”.

Isso era escrito um ano antes da libertação da escravidão no Brasil, isto é, em 1887.

E, conquanto reproduza muito do romantismo de que estava imbuído o espírito brasileiro da época, é o reflexo da alma de todos os que, como Ezequiel Freire, se rebelavam contra o tratamento dado aos pobres negros brasileiros, sofrendores e geralmente bondosos, que trabalhavam a terra até vê-la cobrir-se de café, cana, milho ou outra qualquer lavoura.

A Academia Fluminense de Letras tem como patrono da cadeira n.º 17 a esse espírito ilustre que amou o Brasil com todo o seu carinho. O primeiro ocupante foi o acadêmico Elói Pontes.



Luís Nicolau Fagundes Varela (1841 — 1875) nasceu em Rio Claro.

Viu passarem-se os primeiros dez anos de sua vida entre o sítio de seu pai, em São João Marcos, e a fazenda Santa Rita, onde nascera, a grande fazenda de seus avós maternos, às margens do Pirai, em meio de sombria floresta.

Veza por outra, ia ao povoado em companhia do pai, magistrado na antiga vila de São João Marcos.

Aí, sentir-se-ia deslumbrado o menininho louro, de olhos azuis, com o casario baixo, em fila, até a praça para onde acorriam os devotos ao chamado do sino, a bimbalar:

“Ave Maria — No céu e na terra  
Bendita sejas — Ave Maria”.

Em 1851, deveria o menino partir para o longínquo Goiás, ao ser o pai nomeado Juiz de Direito em Catalão.

Essa viagem exigia muita resistência física. E uma criança de 11 anos a custo suportaria tantos sacrifícios que lhe marcaram profundamente a alma.

Ao voltar, já não era aquele que deixara o lar, irradiante de alegria; mas um jovem amadurecido, melancólico, nervoso, inquieto. Passava horas trancado em seu quarto, a ler sem parar; ou andava pelos campos, sozinho, por horas e horas, sem destino, não raro, agora, com o álcool a subir-lhe o cérebro, na embriaguês triste a que se entregava.

Nos momentos dolorosos de sua vida — resultantes do sentimento que o levava, não à grandeza, mas à humilhação, à desgraça que ele buscava, ao mesmo tempo que a abominava — era no contacto com a natureza que encontrava um pouco de lenitivo. Percorria montes, atravessava rios e viajava a pé, de leste a oeste, da Bahia ao Recife...

Caminhava, andava a pé qual nômade na fuga de si mesmo, no seu escape, na busca nem sabia ele bem de quê. E essa ânsia transborda ele em toda a sua obra.

Era triste em sua embriaguês tão recriminada pelas exortações, sentidas, da mãe amantíssima. Mas às vezes, numa sórdida taverna, podia fazer chiste...

Foi em estado de fugaz euforia, talvez, que, nas costas de uma cédula de 10\$000, escrevera:

“Cantemos o amor e o vinho,  
As mulheres, o prazer;  
A vida é sonho ligeiro.  
Gozemos até morrer”.

Varela fazia versos, Varela bebia, mas Varela estudava também. E em 1862, matriculou-se no primeiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo.

Foi com grande entusiasmo recebido entre os acadêmicos: A harpa que se quebrara nas mãos de Álvares de Azevedo achara enfim um digno sucessor.

Nas repúblicas, na boêmia da Escola Paulista do romantismo inspirado no exotismo de Byron, escreveu ele seus melhores poemas.

A morte do filho, revelou-se extraordinário no *Cântico do Calvário*, a mais bela nênia da nossa literatura, pelos tons de sofrimento, pela angústia do pai desesperado que, no filho, perdia a esperança de tudo. Mas, como bom cristão, soube resignar-se o poeta ao dizer:

Tu me contempas lá do céu, quem sabe  
No vulto solitário de uma estrêla.  
E são teus raios que meu estro aquecem,  
Pois bem mostram-me as voltas do caminho.

Brilha e fulgura no azulado manto  
Mas não te arrojés, lágrima da noite,  
Nas ondas nebulosas do ocidente.

Brilha e fulgura quando a morte fria  
Sobre mim sacudir o pó das asas.  
Escada de Jacó serão teus raios  
Por onde azinha subirá minh'alma.

Após esse desastre, o pai do poeta conseguiu que o filho se dirigisse ao Recife, a matricular-se no 3.º ano de Direito.

Aí, porém, sua vida não mudou: eram dissipações e noitadas animadas pelos moços da Escola Literária do Romantismo inspirado em Vitor Hugo, e que nos deu o condoreiro extraordinário que foi Castro Alves.

Morre-lhe a esposa, em Rio Claro, Estado do Rio, vítima da tuberculose.



Fagundes Varela volta ao Rio de Janeiro. Mas, quando foi passar algum tempo em Santa Rita, com os pais, viam-no a errar pelas florestas, inquieto, saudoso da esposa e do filho.

Por alvitre materno, concorda em casar-se novamente.

Mas seus desregramentos são os mesmos; e seus sofrimentos o fazem buscar esquecer numa taça...

Escravo, enche essa taça,  
Enche-a depressa, e canta  
Quero espancar a nuvem da desgraça.

Em 1871, passa Varela a Niterói, onde conclui sua obra *ANCHIETA OU O EVANGELHO DAS SELVAS* e frequenta rodas de jovens poetas, entre elas a dos Marianos, da família de Alberto de Oliveira.

Nesta cidade, em São Domingos, em casa de amigos, numa festa de aniversário, recitaria os seus últimos versos.

Imprudently, sai do banquete alcoolizado e sob tremendo temporal. É acometido de "congestão". Levado para casa dos pais, após algumas melhoras, é novamente acometido do mal que o levaria ao fim, a 28 de fevereiro de 1875.

Sua obra escreveu-a Fagundes Varela, que assinava de preferência, nos documentos, Luís Varela ou Luís Nicolau Fagundes Varela, descuidadamente, aqui e ali.

Mas pôde, em vida, conhecer a glória, com *NOTURNAS, ESTANDARTE AURIVERDE, VOZES DA AMÉRICA, CANTOS E FANTASIAS, CANTOS MERIDIONAIS, CANTOS DO ERMO E DA CIDADE*.

Vieram à luz após a sua morte: *Anchieta ou o Evangelho das Selvas, Cantos Religiosos e o Diário de Lázaro*.

Diz-se que este último foi composto pouco antes de sua morte em casa de um negociante (Carvalho) estabelecido na rua de Sant'Ana, em Niterói, e ali ficou o manuscrito à mercê do acaso, pode-se dizer, graças ao descuido com que o glorioso poeta tratava as produções de seu formoso talento.

Carvalho, porém, teve a feliz idéia de passar o manuscrito às mãos de D. Maria Filadélfia de Bustamante Sá, inteligente professora pública no Estado do Rio. E esta, por sua vez, co-

nhecendo o valor do sagrado depósito, o confiou ao nosso poeta Alberto de Oliveira, o qual se deu pressa em promover a sua publicação na *Revista Brasileira*, por intermédio de Artur Barreiros, dela assíduo colaborador.

Na Academia Brasileira de Letras, o primeiro ocupante da cadeira cujo patrono é Fagundes Varela foi Lúcio de Mendonça.

A Academia Fluminense de Letras escolheu-o para patrono da cadeira n.º 18 e o seu primeiro ocupante foi Emílio Kemp.



Falar em Felisberto de Carvalho é recuar no tempo. É voltar aos primeiros dias de escola, quando nós, os velhos de hoje, ganhávamos um grande e belo livro encadernado, com figuras na capa, vermelhas, verdes, amarelas... É rever os desenhos e as letras de imprensa ou manuscritas de um P...A, — PÁ, de um P...É — PÉ. É mais ainda: é saber que, naqueles tempos remotos, se aprendia a ler pelos moderníssimos métodos áudio-visuais — *é vendo o desenho que se aprende o nome do objeto*. É poder confirmar que a gravura colorida atrai, diverte, ensina. É ter a certeza de que se deve começar a ensinar a ler pelos fonemas *mais vistos* ou sejam, pelos explosivos (ou oclusivos, como queiram) *p, b, m*. E daí partir para os outros.

Só ganhar um livro de Felisberto de Carvalho já era um prêmio para o alunozinho da escola primária, lá pelos idos de 1915: o 1.º, o 2.º, o 3.º, o 4.º ou o 5.º livros, todos eles bonitos, de cores vivas, atraentes.

Nas famílias de vários filhos, os livros de Felisberto de Carvalho passavam de um para o outro. E lá ficavam as cruces, as marcas vermelhas, pretas ou azuis, as datas indicando a lição dos seus possuidores: *daqui até aqui*.

A 3 de outubro de 1898, morria o grande professor que foi sepultado no cemitério do Maruí. A Prefeitura Municipal de Niterói mandou erigir-lhe um mansolêu. À inauguração, falou, pela comissão de homenagem, o Dr. Ataliba Lepage, um dos maiores professores que já passaram pela centenária Escola Normal de Niterói, mestre ímpar, de Química, que atingiu o mais alto saber, ao mesmo tempo que se distinguiu como excepcional nos métodos didáticos que utilizava em suas magníficas aulas. O Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva, a 8 de agosto de 1950, com fundamento no art. 40, item I, da Constituição Estadual, de 20 de junho de 1947, pelo transcurso do centenário de nascimento de Felisberto de Carvalho, decretou feriado escolar a 9 de agosto daquele ano. Merecia-o cabalmente pelas inestimáveis obras pedagógicas e didáticas, de linguística, matemática, história natural e instrução moral e cívica, com que enriqueceu o patrimônio cultural, tanto do Estado, quanto do Território Nacional, o eminente filho deste Estado do Rio de Janeiro.

Há uma escola primária fluminense com o nome de Felisberto de Carvalho. E o primeiro Ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, de que tive a honra

de ser uma das fundadoras e diretora, no Barreto, recebeu também o nome desse ilustre professor que dedicou toda a sua vida à causa do ensino.

A 9 de agosto de 1850, nascia, numa casa modesta da rua de São Lourenço, nesta cidade de Niterói, o primogênito do professor primário Honorato Ignácio de Carvalho e de sua esposa Adelaide Herculana da Cruz Pereira de Carvalho.

Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho foi o seu nome.

Nasceu educador — pois trouxe no coração a semente do amor e da compreensão exata de que a mais alta aspiração do professor deve ser a de consagrar-se inteiramente à criança.

Aos 13 anos, mantinha o menino Felisberto um curso noturno para crianças e adultos, na Ponta d'Areia. Nessas aulas, transmitia o mestrezinho os conhecimentos que ia adquirindo na escola que ele próprio freqüentava durante o dia.

Tinha vontade de ser médico. Mas era mais fácil cursar escola na localidade em que residia. E isso fê-lo matricular-se na Escola Normal de Niterói.

Formado professor laureado, recebeu uma escola pública no bairro em que nascera. Depois, passou-se à Escola de Aplicação, anexa à Escola Normal, onde, mais tarde, foi ensinar matemática.

Foi também Lente repetidor de Pedagogia na Escola Normal da antiga Côrte, depois Estado da Guanabara. E ensinou Português no Colégio Pedro II, em que era catedrático o eminente Fausto Barreto.

Felisberto de Carvalho foi Secretário do *Pedagogium* e ainda Diretor do Ensino Pedagógico do Pedro II.

Desempenhou por algum tempo o cargo de Diretor da Escola Normal de Niterói.

Casado com D. Gertrudes Mourão de Carvalho, tinha ele vários filhos com os quais organizou em casa uma orquestra. E cada filho tocava um instrumento.

Felisberto de Carvalho era, não só conhecedor da estilística, do vernáculo e de várias outras línguas, mas também cultivava o desenho e a música.

Tocava de preferência flauta, com extraordinária mestria.



O Imperador Pedro II, conhecedor do valor do ilustre mestre, nomeou-o para dirigir a escola masculina que a Corte mantinha no Paço da Quinta da Boa Vista. A esposa do jovem professor, também diplomada, iria reger a escola feminina. Mas o seu nobre espírito não lhe permitiu aceitar tal honraria, uma vez que, embora admirador do velho Pedro II, tinha convicções republicanas.

Só essa atitude seria suficiente para dar conhecimento da integridade de caráter daquele que sempre foi para seus alunos, entre eles Alberto de Oliveira, modelo de honestidade e impecável procedimento.

Deixou-nos várias obras, na sua maioria de cunho didático, além de trabalhos publicados na imprensa, de que muito se utilizou em sérias polémicas:

— *Dicionário Gramatical; Exercício de Redação; Exercício de Estilo; Árvore Gramatical; Gramática da Língua Portuguesa; Exercício de Gramática; Seleta de autores modernos.*

- *Aritmética Elementar.*
- *Corografia do Brasil.*
- *Instrução Moral e Cívica.*
- *Tratamento da Metodologia.*

— *Monografia sobre instrução pública no Brasil*, para figurar na exposição de Chicago, onde os seus trabalhos lograram diploma e medalhas de mérito.

Felisberto de Carvalho é o patrono da cadeira n.º 19, da Classe de Letras da Academia Fluminense de Letras. O primeiro ocupante foi Quaresma Junior. Atualmente é a cadeira ocupada pelo único elemento feminino da Classe de Letras, a Professora Albertina Fortuna.

Firmino Rodrigues Silva nasceu em Niterói, a 23 de outubro de 1816, e faleceu em Paris, a 4 de julho de 1879.

Em São Paulo, estudou na Faculdade de Direito, onde se graduou, em 1837.

Foi poeta, jornalista, político, magistrado.

Como poeta, escreveu uma Nênia ao seu mestre e amigo, Dr. Francisco Bernardino Ribeiro, que mereceu de Sílvio Romero a seguinte crítica: “Esta poesia é uma das mais autênticas manifestações do gênio brasileiro”.

José de Alencar assim escreveu: “Há também uma pequena nênia americana, uma flor que uma pena de escritor político fez desabrochar nos seus primeiros ensaios, e para mim ficou como verdadeiro tipo da poesia nacional: há aí o encanto da originalidade, e como um eco das vozes misteriosas das nossas florestas”.

Firmino Silva escreveu ainda as poesias: *Conselho, As Lágrimas, a Saudade, Ode ao Dr. José Maria do Amaral, A Coroação, Apolo, Os Dois Lírios*, e outras.

Conta o jornalista Cipriano Lage, neto do poeta, que Firmino teria farto volume de poesias manuscritas. Um amigo pediu-lhas emprestado e criminosamente perdeu-as.

Como jornalista, durante trinta anos de lutas, defendeu pelas colunas dos jornais, em Minas ou no Rio, seus amigos e seu partido — o conservador. Em 1865, quando o Governo exonerou, por tricas políticas, o Visconde do Rio Branco, Firmino, transbordando em seu senso de justiça, pelas colunas do *Correio Mercantil*, ao lado de outros grandes jornalistas da época, cerrou fileira contra tal ato. E procurou, por todos os meios, esclarecer a opinião pública acerca dos intuitos altamente patrióticos do Visconde no ajuste de paz com o Uruguai. Ao chegar ao Rio de Janeiro, o Visconde do Rio Branco recebeu do povo brasileiro as mais efusivas manifestações de carinho. Extraordinário prosador, legou-nos Firmino inúmeros trabalhos, principalmente nos periódicos: *O Cronista, O Constitucional, O Brasil* e o *Correio Mercantil*.

Bastariam entretanto os dois panfletos políticos — *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio*, Rio, 1847, e o *Bom Senso*, Rio, 1849, para atestar o valor estilístico, a elegância e a veemência dos seus empolgantes artigos. Como político,



a Província de Minas Gerais dera-lhe assento na Câmara dos Deputados, na legislatura de 1843. Duas vezes a mesma Província de Minas o apresentou para senador à escolha da Coroa; e em 1861, mereceu ser escolhido e nomeado. Amou a política no que esta tem de belo, de grandioso e de nobre; nunca desceu ao terreno das transações inconfessáveis e das vinditas ignóbeis. Filiado desde a juventude à escola conservadora, ambicionava a vitória de suas idéias, sem cortejar nunca o poder; e na hora da adversidade para seu partido, a sua pena primorosa estava ao serviço dos amigos vitimados.

Como Magistrado, exerceu o cargo de Juiz de Direito desde 1842, em diversas comarcas mineiras.

Exerceu a judicatura na vara do comércio do Rio de Janeiro e em seguida teve assento no Superior Tribunal de Relação da Corte.

Quando Juiz de Direito da Comarca de Ouro Preto, prestou bons serviços à causa da legalidade na Revolução Mineira de 1842.

Foi também Juiz Municipal em Valença, Estado do Rio, no início da sua carreira. Firmino deixou um trabalho de crítica sobre os *Primeiros Cantos*, de Gonçalves Dias, nas colunas do *Jornal do Comércio*. É essa apreciação uma verdadeira jóia de crítica literária.

O Senador Firmino Rodrigues Silva foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. E o ilustre homem público do Império, o Dr. Joaquim Manuel de Macedo, romancista admirável, proferiu brilhante e memorável discurso enaltecendo-lhe o valor, por ocasião da sua posse.

Depois de possuir tão lúcida inteligência, pelos anos de 1876/1877, Firmino começa a inquietar a família e os amigos. Como dizer a este homem que uma nuvem teimosa ia toldando-lhe a fulgurante inteligência e arrebatando-lhe a incrível memória?

Por fim, o ilustre homem nem sabia mais o caminho do Senado...

A família leva-o a Paris, na esperança de obter-lhe alívio.

Tudo em vão. Na sessão de 16 de julho de 1879, o Visconde de Araguaia, presidente do Senado, comunica à Casa o falecimento do SENADOR Firmino: "Senhor Presidente. Cumpro o doloroso dever de dar conhecimento ao Senado de que, por telegrama expedido pela Legação Imperial ao

Sr. Presidente do Conselho de Ministro e por ele comunicado à Mesa do Senado, consta haver falecido no dia 4 do corrente mês em Paris, o nosso ilustre colega Sr. Firmino Rodrigues Silva, senador pela Província de Minas Gerais". Desaparecia mais um vulto do Império Brasileiro; desaparecia, com grande tristeza mais um cérebro que trabalhava sem cessar pelo bem-estar dos demais. Mas, como *Nous ne sommes pas au monde*, Firmino Silva teria ido, como disse *Rimbaud — Par l'esprit, à Dieu*.

Eugênio Cordeiro é o primeiro ocupante da cadeira cujo patrono é Firmino Silva.



Quando o grande marquês de Pombal pretendeu, em 1772, reformar a Universidade de Coimbra, teve como colaborador e executor do seu pensamento ao brasileiro, fluminense de Nova Iguaçu, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735 — 1822), mais tarde sucessor do Bispado de Coimbra.

A oposição dos sectários da escolástica medieval não se fez esperar.

As Novas Doutrinas eram consideradas perigosas e hostis ao espírito religioso da juventude. E só a vontade férrea e inquebrantável do Ministro de D. José conseguiria, tolhendo os movimentos dos reacionários, levar avante tão alto empreendimento.

Durante cinco anos, Francisco de Lemos promoveu as reformas básicas indispensáveis à Universidade.

Com a morte do rei D. José, em 1777, e o conseqüente desprestígio do Marquês plenipotenciário, o antipombalismo passou a hostilizar a Universidade, no intuito de, por todos os meios, apagar a lembrança do grande estadista português, o que a posteridade não confirmou.

Os estudantes, com a Reforma, eram acusados de pensar tão livremente, que ameaçavam abalar os alicerces da sociedade, com a irreligiosidade implantada. E os intolerantes de 72 a 77 opõem-se, tenazmente, às novidades pedagógicas.

Ao ser reconduzido ao cargo de Reitor e Reformador por mais três anos, por aviso régio de 2 de outubro de 1775, D. Francisco de Lemos vai a Lisboa para assistir à coroação da rainha D. Maria I.

Na capital portuguesa, toma conhecimento da guerra surda que se fazia em torno da sua obra gigantesca e mal compreendida.

Apressa-se a escrever uma *Relação* do estado da Universidade desde o princípio da Reforma, em 1772, até setembro de 1777. Trabalha sem parar e com muito carinho, durante seis meses; e, por fim, apresenta o quadro de tudo o que havia feito para o avanço dos métodos pedagógicos em Portugal. Segundo Teófilo Braga, esse documento, encadernado de pergaminho vermelho, teria sido entregue ao Ministro e

Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Visconde de Vila Nova de Cerqueira, e se perdeu entre a papelada das Secretarias...

O bispo D. Francisco foi exonerado do cargo de Reitor em outubro de 1779; mas a importância da reforma se manteve em sua estabilidade, conquanto o citado relatório nunca fosse levado a Coimbra.

Chegou-se mesmo a duvidar da sua existência, depois de sérias pesquisas, inclusive no Rio de Janeiro, até que um exemplar do 1.º volume da *História da Universidade de Coimbra*, de Teófilo Braga, foi apresentado na exposição dos livros jurídicos no quinquagenário da instituição da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro. O português Francisco Ramos Paz, residente no Rio de Janeiro, se lembrou de que possuía um livro manuscrito, que comprara em uma livraria, ao passar em viagem por Lisboa, referente à Universidade de Coimbra. O livro, de 310 páginas, na letra que então se chamava de secretário, era o relatório perdido, de Francisco de Lemos. Lá vinha todo o trabalho elaborado na Universidade de Coimbra no decorrer de cinco anos de reforma, com a narração do que se fez, do que não se pôde fazer e do que não se pode ou não se deve fazer em matéria de pedagogia.

Pena é que a História muito pouco ou quase nada ensine à Humanidade. Se nos valêssemos sempre das boas experiências de nossos ancestrais, talvez fôssemos mais felizes em certos setores.

O Relatório de Francisco de Lemos poderia ser um espelho para os nossos dias, pela condenação de muito do que ainda hoje se faz.

Algumas considerações apenas:  
*Frequência às aulas.*

O período escolar por causa dos dias de festa da Igreja, dos Préstitos e outras funções acadêmicas (a que poderíamos adicionar, em nossos dias, os de *greves*) se reduz a quase noventa dias letivos, ou três meses.

As férias longas dos estudantes davam tempo bastante para esquecerem o que aprendiam, consumindo os dias no ócio, na dissolução, nos divertimentos (nos vícios, nas *curras*, como diríamos hoje...).

*Atuação dos Estudantes nos Problemas Educacionais:*

A princípio, os professores eram escolhidos desta forma: cada um dos doutores, logo que se graduava, tinha o direito



de ser apresentado como membro da Faculdade, sem outro genero de prova. O processo de admissão tornava fácil a qualquer estudante, ainda ignorante, receber o grau de Doutor, pela relaxação que se introduziu nas escolas.

Em virtude do dito direito, se encheram as Faculdades de muitos doutores sem talento e ciência, os quais só serviram para entulhar as Faculdades, arruinar a reputação literária, etc.

Quanto ao sistema de concurso para a admissão de novos professores, dizia o Relatório de Francisco Lemos: “inventaram um meio de iludir as provas... que verdadeiramente mais serviram para demonstrar a incapacidade do Doutor, do que a sua aptidão para o magistério”.

E aponta o maior erro: os estudantes também votavam nos concursos de Opositores, e formavam-se partidos entre os concorrentes. Como os estudantes eram juizes sem discernimento para inteiramente distinguir o verdadeiro merecimento, do real e aparente, nasceu o célebre *Ato de Ostentação*, que acabou por arruinar os estudos. Nada se dizia de sólido, mas a ciência era medida pela maior duração de tempo de *Ostentação*.

Antes da reforma, vivia a Universidade de Coimbra sempre em arruaças, inclusive com a participação ativa do estudante crônico (tipo tão nosso conhecido ainda hoje, embora com mensagens um tanto diversas...)

As conclusões a que chegou o relatório quanto à atuação dos alunos da Universidade como juizes foram as seguintes: “que a dita forma serviu: 1.º — De arruinar os Estudos, 2.º — De arruinar o Sistema fundamental do Governo Acadêmico”.

Comparando os resultados de então com o que se passa em nossos dias, poder-se-á objetar: mas os tempos são outros...

Não. Os tempos são outros, mas a espécie humana é ainda a mesma com mais ou menos os mesmos impulsos, as mesmas qualidades e defeitos.

A alma da escola é o jovem. Sem a alegria, a imprevidência, o entusiasmo da juventude, sem a renovação do trabalho, não haverá progresso.

Aos jovens pertence o mundo: não se esqueçam disso os velhos. Mas a experiência da vida só é dada aos velhos — não se esqueçam disso os moços. Honestidade no trabalho, força moral para exigir: eis o que hão de possuir velhos e moços.

Quando as Universidades se desviam do reto caminho e dos exemplos maiores, abismam-se elas no caos de um saber semi-bárbaro, tosco, caviloso, ofuscado e obscurecido, presas a questões e matérias futilíssimas — dizia o grande iguaçuense, o homem de que se valeu Pombal para promover uma das maiores reformas do velho Portugal.

Sirva-nos o seu trabalho de lição, lição que precisamos aprender de cor, para fazer do Brasil o que ele merece ser: um grande país, de grandes homens, com Universidades modernas, de professores integrados nos problemas educacionais e que trabalhem em equipes capazes de compreender os jovens de nosso tempo...



NÉLSON DE LACERDA NOGUEIRA, estuda no seu livro “*A mais antiga Escola Normal de Niterói*”, a figura de GUILHERME CHRISTINO RAOUX BRIGGS (1854-1912), homem de físico “entre baixo e alto, gordo, nariz volumoso, cabeça irregular, cabelos retos e arrepiados, pequenos olhos azuis, bigode acompanhando os lábios e um andar de pernas abertas jogando os pés para os lados”, com estas palavras:

“Bastava lidar-se com o chefe de família, o educador, o político e o jornalista para possuir inteiro o conhecimento do indivíduo. Suas idéias sobre o mundo, suas opiniões sobre o governo, as regras inflexíveis da sua moral, os seus negócios, as suas relações, tudo isso se apresenta num todo rítmico”.

Descendente de família de educadores, do antigo *Colégio Briggs*, Guilherme (*Guégué*) foi exímio professor de noções de sintaxe e retórica (Rio, 1876). Por suas classes passaram ilustres homens, como Miguel Couto e Antônio Parreiras.

Nascido em Angra dos Reis, Guilherme Briggs faleceu em Niterói, a 28 de julho de 1912.

Ainda hoje, existem, entre membros da família Briggs, educadores que sabem honrar a memória daquele que dedicou toda a sua vida ao manuseio dos livros, ao trato das crianças, à causa do ensino.

O último ocupante da cadeira n.º 22 foi SYLVIO FIGUEIREDO.

O romance, no Brasil, foi inaugurado na primeira fase do século XIX, com o romantismo, pelo cabofriense ANTONIO GONÇALVES TEIXEIRA E SOUZA.

Antes dele, houve apenas contos, novelas, estórias.

TEIXEIRA E SOUSA procurou ser *nacional*. Embora em seus romances embrionários haja salteadores, assassinos, envenenadores, esconderijos, incêndios, toda trama do terror e do medo, há neles também descrições vivas, páginas de cenas do Rio de Janeiro e de aldeias fluminenses, seus *sambas* e seus festejos.

Com JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, o romance brasileiro toma, então, mais amplas proporções, com foros de estudo social.

Macedo revive folganças populares, como esta em voga no século XVIII, quando, dizia-se, “pelo correr da noite, se havia de *serrar* a mulher mais velha da cidade ou povoação”. Ouvi-a eu de uma preta afro-brasileira, desaparecida lá por volta de 1935, com pouco mais ou menos cem anos, e li-a na transcrição de Joaquim Macedo: é a *serração da velha*. Ei-la:

“Serra, serra, serra a velha  
Puxa a serra, serrador;  
Que esta velha deu na neta  
Por lhe ouvir falar de amor.

Serra — ai! — Oh! — Serra — ai!  
Puxa! — puxa, serrador!  
Serra a velha — ai! — viva a neta  
Que falou falas de amor.

Serra! — a pipa é rija;  
Serra! — a velha é má;  
Serra! — a neta é bela!  
Serra! — e serra já”.

Essa folgança inocente atormentava, entretanto, algumas velhinhas simplórias que, tremendo de medo, se escondiam, para livrar-se da *serração*...

A obra de JOAQUIM MANUEL DE MACEDO é muito vasta. Foi ele o mais operoso dos escritores brasileiros em sua época.



“Brincalhão, conversador, despretenso e simples, facilmente se tornou popular” o *Macedinho*. De 1844 a 1873, conseguiu, com suas peças, fazer o Rio de Janeiro rir. Mas em breve foi esquecido por aqueles mesmos que o liam com prazer, vítima da indiferença aos labores da inteligência.

De 1873 em diante, começou a produzir apenas obras de fancaria, obras encomendadas. E seus últimos dias foram amargurados por onerosa dívida.

Mesmo assim, com tais obras, demonstra o extraordinário polígrafo sua capacidade de trabalho e sua farta imaginação.

Legou-nos: **TEATRO DO DR. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO**, em 1863, em três volumes, com as peças: *Luxo e Vaidade*, *O primo da Califórnia*, *Amor e Pátria*, *A Torre em Concurso*, *O Cego*, *O Sacrifício de Isaac*, *Lusbela*, *O Novo Otelo* e *O Fantasma Branco*. Nessa última, pôde o autor criar um tipo do meio social da época: o *Capitão Tibério*, o grande fanfarrão.

Seu primeiro romance, *A Moreninha*, de 1844, agradou extraordinariamente, graças à imaginação do autor que soube dar às cenas o sabor da realidade, e o tom sentimental a que soube ele aliar a singeleza da linguagem.

Outros ROMANCES: *O Moço Loiro* (1845); *Rosa* (1849); *Vicentina* (1853); *Forasteiro* (1855); *As Vítimas Algozes*, *O Rio do Quarto*, *Nina* e *A luneta Mágica* (todos de 1869); *As Mulheres de Mantilha* (1870); *A Baronesa do Amor* (1876); *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878).

Macedo escreveu *Lições de História do Brasil*, *Noções de Coreografia do Brasil*, *Ejemerides da História do Brasil* e outras obras didáticas.

Deixou publicações no *Jornal do Comércio*, em *O Globo*, em *A Nação*, na *Marmota* e em outros periódicos e revistas.

E ainda discursos vários e poesias líricas de real valor, entre elas, o poema *NEBULOSA*, escrito em estilo exuberante.

**JOAQUIM MANUEL DE MACEDO** era formado em medicina, pela Faculdade do Rio de Janeiro. Fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi lente de História do Brasil no Colégio Pedro II. Foi deputado, pelo partido liberal, à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, reeleito em várias legislaturas.

A CADEIRA N.º 23 da nossa Academia de Letras tem como patrono a esse literato e político de escol. Ocupa atualmente **XAVIER PLACER**.

## Cadeira n.º 24 — JOSÉ DO PATROCÍNIO

Há criaturas que nascem, sofrem, perdem ou ganham renhidas lutas com a vida e, depois sem deixar nenhum traço da sua passagem, desaparecem.

Outras, porém, vêm ao mundo como um foco de luz a irradiar linhas divergentes em busca do infinito. Seus sofrimentos, suas lutas constantes vão repercutir longe, vão atirar, a grandes distâncias, sementes de algo que não morre.

Assim foi aquele que, nascido em Campos, Província do Rio de Janeiro, a 8 de outubro de 1854, recebeu na pia baptismal o nome de **JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO**. Era filho do padre vigário da paróquia, *João Carlos Monteiro*, orador sacro de grande fama na capela Imperial.

Sua mãe era quitandeira. E lá ia o menino acompanhando-a, pela manhã, de casa em casa, a vender verduras; à tarde, auxiliava-a na quitanda.

A infância do menino José foi bem marcada por ocorrências que jamais se apagaram da sua retina.

Conta-se que, certa vez, quando, na fazenda paterna, assistia a um castigo corporal infligido a certo escravo desobediente, se insurgiu o menino contra a violência e começou a gritar. O vigário, ao lado do filho, não lhe compreendia a revolta, e não lhe deu maior atenção. Em dado momento, o menino, desesperado, deixou-se cair do alto da escada onde se encontravam, e, rolando, foi dar lá em baixo com a cabeça ferida...

Aos quatorze anos, já na Corte, foi, sem nenhuma recomendação especial, à Santa Casa de Misericórdia, falar com o diretor, Dr. Cristóvão dos Santos. Foi pedir-lhe emprego, pois queria libertar-se de todos, viver por si.

Consegue trabalho. E, ao mesmo tempo, principia os estudos para o Curso de Farmácia. Granjeia amigos que o auxiliam nas horas difíceis. E vai ensinar as primeiras letras, em troca de parcas recompensas.

Ao receber o diploma de farmacêutico, sente-se mais desamparado ainda. Que iria fazer com aquele canudo?

Foi então que encontrou, em casa do capitão Emiliano Rosa Sena, uma solução: iria ser professor dos dois filhos e uma filha do capitão. E teria casa, comida e 100\$000 mensais, em troca dos seus serviços.

Na residência do capitão Sena, funcionava o Clube Republicano.



Aí, então, Patrocínio conheceu Quintino Bocaiúva, Lopes Trovão, Pardal Mallet e tantos outros homens de projeção, à época. E o coração, que não conhece diferença de raças, cor ou posição social, traiu-o: apaixonou-se pela Bibi, filha do capitão Sena. O pai da moça, a princípio, ficou furioso; mas depois, permitiu no casamento da discípula com o negro professor.

Patrocínio começa, então a intensificar a sua vida jornalística: publica "Ferrões", quinzenário que dirigiu com Dermeval da Fonseca, de 1.º de junho a 15 de outubro de 1875; ocupa, na *Gazeta de Notícias*, várias colunas, inclusive a da SEMANA PARLAMENTAR, sob o pseudônimo *Prudhomme*. Em 1874, inicia, em rodapés, a campanha da Abolição, sua maior luta. Compra, com o auxílio do sogro, em 1881, a *Gazeta da Tarde*. Funda a *Confederação Abolicionista* e adota a divisa: "A ESCRAVIDÃO É UM ROUBO".

Em 1882, vai ao Ceará, intensificar a campanha contra a escravidão.

Em 1884, em Paris, ao ter conhecimento de que no Ceará os escravos tinham sido libertados, dirige-se a Victor Hugo, para obter desse grande romancista uma página de louvor aos cearenses.

Em 1885, vemo-lo em Campos, recebido com muito carinho, onde fora buscar a velha mãe, já doente, para morrer, pouco depois, no Rio de Janeiro.

Em 1887 está ele dirigindo a "*Cidade do Rio*". Da tribuna desse jornal foi que saudou, a 13 de maio de 1888, o advento da Abolição.

Continua sua luta. É preso, é obrigado a refugiar-se, para livrar-se de perseguições políticas, escreve, discursa e... morre a 30 de janeiro de 1905. Ao filho e à viúva deixou-lhes apenas a quantia de 120\$000.

Patrocínio foi POETA de arrojadas imagens.

Foi PROSADOR de frase colorida e harmoniosa.

Foi ROMANCISTA de questões sociais: MOTA COQUEIRO, PEDRO ESPANHOL, OS RETIRANTES.

Foi JORNALISTA incomparável e marcou época. Durante 30 anos, na jornalística brasileira, não houve assunto importante de que não houvesse escrito um artigo de real valor

Surgindo do povo, era Patrocínio animado das mais ardentes paixões populares. Trazia, do seu ardente cérebro, de fortíssima imaginação, para a sua pena nervosa e agitada, os mais irrefutáveis argumentos contra a escravidão negra.

Foi exímio ORADOR o demagogo negro.

Dele, deixemos falar quem o conheceu de perto, o Professor José Oiticica, num momento de grande entusiasmo, em propaganda política, num teatro do Rio: "... Eis surge dos bastidores, encasacado, JOSÉ DO PATROCÍNIO. Nem uma palma. Vamos ter novo discurso. A fama do orador conteve as possíveis demonstrações de desagrado. Ele iniciou sua arenga visivelmente sem jeito, narrando uma história lida em Victor Hugo, tragédia horrenda, em cujo epílogo um sujeito mata outro com o cadáver não sei de quem, feito clava de Hércules. A narração vinha arrastada e prometia eternizar-se. A folhas tantas, ia Patrocínio prosseguir e disse:

— Nessa ocasião...

Aqui, alguém, do galinheiro, tossiu forte. Patrocínio sobreesteve um pouco e repetiu visivelmente irritado...

Nessa ocasião...

Daí avante, veio a narração acesa, movimentada, empolgante. Ninguém atinava com o fim almejado, nem poderia aplicar o conto à situação política ou, muito menos, à candidatura Luís Viana; mas ninguém ousou quebrar aquela fascinante narrativa.

Patrocínio foi num crescente magnífico até o desfecho da tragédia. Depois, veio o símile, a adequação do conto à realidade política. E, então, ele transformou-se; o seu acionado assumiu proporções que jamais vi: avultou-lhe o rosto, ele cresceu no palco, as barbas empinaram-se, agitava, fremente, o braço direito, o punho saiu da manga, sungou-se-lhe o colete, as abas da casaca piruetavam e uma brava torrente bradante de estupendas frases, escachoadas daquela boca infrene, sem a menor hesitação, foi avassalando-nos, suspendendo-nos, entusiasmando-nos, até que, fechando ele o último período, estávamos eu e muita gente em pé, a gritar, a bater palmas, esquecidos de ópera, do Viana, do mundo inteiro".

Por tudo isso, JOSÉ DO PATROCÍNIO vive na alma dos brasileiros, como um dos mais altos representantes desta terra maravilhosa que, para ser ímpar no mundo, só precisa de filhos inteligentes, honestos, ativos, capazes de elevá-la e de torná-la uma nação feliz, sem preconceitos e sem ódios, e cada vez maior.

O último ocupante da cadeira n.º 24 foi o Dr. LEVI CARNEIRO, recentemente falecido.



Para a limitada compreensão humana, como paradoxais se nos afiguram ou nos apresentam as coisas divinas! Deus humanado nascendo de uma mulher: O Rei do Universo vindo em socorro dos homens num estábulo, sob o bafejo dos animais. O Salvador deixando-se pregar a uma cruz entre ladrões. Mas, com isso, a Virgem tornou-se a Corredentora. O Presépio, a eterna lição de humildade. E a cruz, o caminho da salvação.

Júlio Maria, uma das mais fascinantes figuras do clero nacional, que devia com o seu verbo flamejante acordar a consciência entorpecida do país no seu período mais angustioso, viveu realmente apenas 14 anos, sete meses e alguns dias. Pois que antes só existia o Dr. Júlio César de Moraes Carneiro, advogado culto, preocupado com temas jurídico-mercantis, políticos, sociais, e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nasceu o ilustre causídico em Angra dos Reis, em 1850, onde fez o curso primário. Em Niterói tirou os preparatórios. E bacharelou-se em São Paulo. Ao defender tese, em 1874, tinha 24 anos. Dotado de decidida inclinação para as coisas do intelecto, já como estudante de humanidades escrevia para jornais de sua terra e em São Paulo continuou a militar na imprensa. Publicou *Questões Políticas e Pensamentos e Reflexões*, onde se nota já o seu espírito religioso.

Casando-se em Mar de Espanha, enviuvou um ano depois, tendo-lhe nascido desse curto matrimônio uma filhinha, mais tarde religiosa do Bom Pastor.

Contraiu segundas núpcias com Evangelina, prima da primeira esposa, e da qual houve três filhos. Em 1889, depois de cinco anos de felicidade conjugal, enviúva pela segunda vez.

As tempestades que lhe sacodem o frágil batel da existência no perdido oceano das dúvidas e angústias, mostram-lhe, entre os raios ofuscantes, o caminho real da vida, da vida eterna, da Vida, enfim: Deus!

Aos 41 anos de idade, morre para o mundo o brilhante Júlio César para — novo Paulo que encontrou a sua estrada de Damasco — mostrar ao Brasil, ao seu ardentemente amado país, o verdadeiro sentido do que somos, a trilha da felicidade que nos espera.

Para isso abandonou tudo: o remanso do lar, uma produtiva banca de advogado, que lhe garantia velhice tranqüila, e prerrogativas sociais e políticas.

Júlio Maria, não mais Júlio César! Júlio, sim, mas sob a égide da Mãe de Jesus — Maria! Júlio Maria! Desfralda a bandeira da reação que iria sacudir o Brasil de norte a sul, com sua voz quente e sua alma, com sua convicção que arrastava milhares para o Evangelho de Cristo. O gigante tem consciência da Verdade e da sua missão. “Eu estou convencido, diz. E a um homem convencido, o que se pode opor?”

Um homem convencido impressiona. É alvo de considerações. Arrasta. Foi o que fez Júlio Maria: arrastou o Brasil do abismo, na confusão criada pela política do fim do império influenciada pela maçonaria e o positivismo. Destemido, valente, convencido de que não podia passar a outrem o grave papel que a bondade divina lhe pusera nos ombros, profliga o comodismo religioso, as festas exteriores do culto, a ação inexpressiva de grande parte do clero brasileiro. E procura buscar o povo, incutir-lhe na alma o conhecimento de Deus, da graça, da eucaristia.

Lembrando a amorosidade de Frei Tomé de Jesus, a argumentação, a forte dialética de José Laburu, a firmeza e os arroubos de Montefeltro, prega em quase todos os Estados do Brasil. As igrejas e catedrais são pequenas para conter os fiéis e ouvintes de toda espécie: ateus, positivistas, agnósticos, cépticos! E quantos, quantos voltaram à crença abandonada!

É preciso catolizar o Brasil!, — era o seu “slogan”. Não há outro jeito.

Da sua impressionante convicção resultou a ação incansável. São célebres as suas páginas sobre o *homem marcado e o católico mudo*.

O espaço de que dispomos não nos permite dar nem de longe uma idéia do número das suas obras: *Ao Deus Desprezado, A Paixão, A Graça, Conferências da Assunção, As Virtudes, A Religião, Ordem Religiosa, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil*, são algumas das publicações em volumes ou revistas e jornais.

As questões ou problemas sociais que tanto agitam o mundo de hoje tem em Júlio Maria o seu primeiro paladino. É também o nosso primeiro redentorista e não se deve desconhecer as obras de Júlio Maria.



Vicente Licínio Cardoso declara: "Sem nenhuma ligação com o Cristianismo, eu não posso deixar de admirar a cruzada pregada com veemência por aquele padre valente dentro da minha pátria".

Quantos católicos em verdade conhecem Júlio Maria? Quantos religiosos lhe leram os escritos todos? Quantos estudiosos?

Obra meritória faria o Poder Público em reeditar todos os seus ensinamentos e... "deixar o povo pensar".

O último ocupante da cadeira n.º 25, da Academia Fluminense de Letras, foi o Professor Newton Perissé, falecido em 1973.

#### Cadeira n.º — 26 — LÚCIO DE MENDONÇA

O dinâmico Marcos Almir Madeira, no volume X da nossa REVISTA, escreveu um estudo sob o título: "Lúcio de Mendonça, um generoso inquieto", de quem diz ter sido, antes de tudo, "criatura humana da cabeça aos pés", "marcadamente um espontâneo, despreocupado e largado de si mesmo", que "não soube organizar a sua celebridade; não programou a sua fama".

Programada ou não, a fama de Lúcio de Mendonça atravessou o tempo, mesmo porque foi *tudo* na vida.

Ocupou diversos cargos públicos: foi Delegado da Inspeção Geral da Instrução Pública em Minas Gerais; superintendente do Ensino em Vassouras, Inspetor do Ensino Superior; Diretor Geral da Diretoria de Justiça e Negócios Interiores; Curador das Massas Falidas; Promotor em São Fidélis; e, por fim, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1895.

Além disso, LÚCIO EUGÊNIO DE MENEZES E VASCONCELOS DRUMOND FURTADO DE MENDONÇA (Piraí, 1854—1909) foi jornalista, político, advogado e poeta.

Aos 10 anos, já redigia e dirigia o jornalzinho colegial AURORA FLUMINENSE, em São Gonçalo de Sapucaí, Minas Gerais. Na Corte, lançou outro folhetim escolar: A TESOURA. Em São Paulo, colaborou em vários jornais, inclusive no IPIRANGA, de propriedade do seu irmão Salvador.

LÚCIO DE MENDONÇA colaborou ainda em UNIÃO, CRISÁLIDA, ÔNIBUS, BORBOLETA, este último, jornal feminino.

Ele mesmo, em alguns, redigia os artigos de fundo ou do repórter, caricaturando-os também.

Aos 18 anos, quando cursava, em 1871, o Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Paulo, solidarizou-se com os colegas na *Revolução Acadêmica*, contra a interpretação, por parte dos docentes, de determinado ato governamental sobre o ensino. Por isso, foi suspenso por dois anos e obrigado, pelas circunstâncias, a voltar ao Rio.

Na Corte, trabalhou em A REPÚBLICA, como redator. E, em 1877, era diretor desse jornal.



Trabalha sem parar: faz traduções do francês e do inglês; estuda latim, filosofia, geografia, matemática, geometria e... faz versos.

Foi nessa época que travou relações de amizade com Joaquim Serra, Nabuco, Otaviano, Machado de Assis, Alencar e tantos outros. Escrevendo como republicano em A REPÚBLICA, publica também o seu primeiro livro de versos — NÉVOAS MATUTINAS.

Machado de Assis, prefaciando-o, se confessa intrigado com o título da obra e pergunta: “Por que NÉVOAS?”. Mas, no dizer de Melo Moraes, “sagra uma criança”.

Toda a obra de Lúcio tem o mesmo acento melancólico, elegíaco, em seus títulos: ALVORADAS, VERGASTAS, CANÇÕES DE OUTONO, MURMÚRIOS, CLAMORES.

Aos cinco anos, começou ele a *entender* as coisas, a *sentir* a vida, em contacto com a natureza. Pois, levado por sua mãe, D. Amália Furtado de Mendonça, para a chácara de um tio, em São Gonçalo de Sapucaí, Minas, o menino passa a brincar, sozinho, órfão de pai, entre os cajazeiros e mangueiras imensas, ouvindo o trilar mavioso dos pássaros saltitantes. A poesia torna-se-lhe inseparável. E o menino, que nunca tivera professor primário, desenvolvia a sua imaginação na vida natural que passava, ao mesmo tempo que treinava a sua memória: se ouvia alguém ler uma carta, um jornal, aguçava os ouvidos e procurava ver os caracteres gráficos. Depois, unia os sons e, sem mestre, ia aprendendo a ler e a escrever. Seu melhor presente passou a ser “uma bonita caneta” e as gavetas começaram a encher-se dos instrumentos de trabalho que iria manusear, mais tarde, nas redações dos jornais, nas tipografias, na tribuna.

Fluminense convicto, LÚCIO DE MENDONÇA voitou à sua Província, como promotor de São Fidélis.

Mas sua paixão era o jornalismo. E, embora advogasse, menos por vocação que por necessidade, em Valença ou em São Gonçalo de Sapucaí, nas comarcas vizinhas, nos júris, pelos pretórios, sem livros e sem dinheiro, Lúcio lutava, através da imprensa, pela proclamação da República. A maior parte dos seus escritos em A SEMANA, do Rio, se encontra no livro HORAS DO BOM TEMPO, dessa época.

Foi então que, com Araripe, Capistrano, Rodrigo Otávio, João Ribeiro, Coelho Neto e outros, funda o “bonde” da *Semana*.

Esse *bonde* vai depois transformar-se no *Clube Rabelais*, desaparecido na época da luta entre custodistas e florianistas, para ressurgir com os mesmos ideais na REVISTA BRASILEIRA, de José Veríssimo, de que Lúcio era assíduo colaborador.

É quando nasce na alma do grande idealista Lúcio de Mendonça o anseio de fundar uma ACADEMIA que congregasse os intelectuais, unisse ou aproximasse moços e velhos na luta pelas mesmas aspirações — a evasão dos espíritos. Passa então o “Iniciador, o Infatigável, o Sonhador indormido do primeiro momento, do Sonho à Realização”.

Saem as primeiras notícias da criação de uma Academia Brasileira de Letras e chegam os primeiros canhões contra tal idéia.

Lúcio entra em cena, resolvido, lutador, provocante, defendendo o que ainda não existia senão dentro dele, como um impulso incontido. Provoca encontros entre jovens que, mal iniciados nas letras, consideravam tal propósito “velharias”. Queria ver concretizadas as suas aspirações com o surgimento da Academia no dia 15 de novembro de 1896. Mas o Ministro da Justiça receia “que a aristocracia da instituição vá chocar-se com a democracia do regime democrático recém-inaugurado”.

E o decreto não sai.

Isso não arrefece o ânimo do lutador incondicional que continua a pregar as vantagens dessa Instituição.

Por fim, a 20 de junho de 1897, nasce a ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, de que a nossa é uma decorrência.

A cadeira cujo patrono é LÚCIO DE MENDONÇA está hoje ocupada, em nossa ACADEMIA FLUMINENSE DE LETRAS, pela inteligência jovem de SÁVIO SOARES DE SOUSA, também advogado, promotor, jornalista e... poeta dos mais queridos em nossa terra.



No Volume VI, da REVISTA DA ACADEMIA FLUMINENSE DE LETRAS, há um trabalho do Professor Artur de Almeida Torres, intitulado “Poetas de Resende” — conferência proferida na sessão de 26 de novembro de 1948. Nesse trabalho, encontramos notícia valiosa sobre o patrono da cadeira n.º 27.

LUÍS PISTARINI, filho do maestro italiano do mesmo nome, trazia na alma a sensibilidade artística que eclodia nos seus harmoniosos versos, fruto da dor que lhe amargurou a vida.

Extraordinariamente romântico, o menino órfão e triste começou a escrever com a idade de 11 anos. Sua poesia era saída apenas do coração; pois que cursara 4 anos de escola primária... Mesmo assim, sabia traduzir com perfeição de forma toda a grandeza que possuía dentro de si.

Pistarini só declamava com a “dalila”. Tinha palestra agradável, gestos encantadores, voz galanteadora e maviosa.

Conta Almeida Torres que um dia, o poeta se achava num grupo de amigos, à porta de uma confeitaria. Interrompendo inopinadamente a palestra, dirigiu-se a um canto do salão, onde se pôs a escrever por alguns instantes.

Ao voltar, seus amigos, com certo ar de malícia, reclamaram-lhe a ausência inesperada: “Meus amigos — redarguiu ele sorrindo, as boas inspirações são caprichosas como as mulheres bonitas. Procura-nos quando bem entendem; e, se não são logo recebidas... raramente voltam...”

E, puxando o longo punho engomado, onde fixara o seu pensamento, leu alguns versos inspirados por alguma criatura que por ali passava no momento.

Lutou muito o pobre poeta que terminou seus dias na Santa Casa de Misericórdia, de Resende, em fevereiro de 1918.

Viveu de sua inteligência, escrevendo em jornais e revistas para poder alimentar-se e vestir-se. No entanto, “quem o visse na artificialidade que a vida exige, freqüentando os saraus em que a sua inteligência brilhava, ostentando quase sempre o mesmo terno, que cada vez parecia outro, tal o cuidado que lhe dispensava, ora o escovando, ora vincando a calça, ora aprumando a lapela; quem assim o visse, sorri-

dente e calmo, com o bigode afilado como bico de colibri, a vasta cabeleira dourada revolta com estudada negligência, sapatos por ele próprio lustrados, grande gravata borboleta, com a fisionomia serena e o olhar despreocupado; desempenado como um general e tranqüilo com um nababo; quem assim o visse, por certo, não poderia nem de longe supor que aquela aparência de aristocrata escondia um corpo subnutrido e uma alma sofredora de homem extremamente pobre...”

Tinha uma filhinha, herança da sua querida esposa Lais, que tanto amou e por quem tanto chorou. Nem essa criança aliviou-lhe o sofrimento. E o poeta saiu de Resende para esquecer tudo no Rio de Janeiro, mais amplo, mais movimentado, mais envolvente... em vão...

A dor perseguia-o sempre. E ele, poeta infeliz, continuava *jungido* àquela eterna dor.

Volta a Resende para, pouco depois, morrer em pobre leito da Santa Casa de Misericórdia. Seus amigos promoveram subscrição popular e ergueram-lhe um túmulo onde escreveram os títulos de suas obras: *Bandolim, De Luto, Sombrinhas e Postais*.

Sua obra póstuma foi editada ainda por iniciativa de amigos: *Agonias e ressurreições*. Prefaciou-a Luís Murat.

*Luís Pistarini*, poeta inspirado, deixou também páginas em prosa, vibrantes de entusiasmo e de sinceridade.

A cadeira n.º 27 é hoje ocupada pelo ilustre homem de letras, jornalista e político de alto gabarito, orador vibrante — *Alberto Francisco Torres*, Diretor do mais antigo jornal do Estado do Rio: *O Fluminense*.



O nome do *Conselheiro Macedo Soares* se inclui entre os patronos da Classe de Letras da nossa Academia Fluminense pelo seu valor excepcional como homem, como político, jurisconsulto e intelectual.

Como homem, *Antônio Joaquim de Macedo Soares*, no próprio lar, era muito amado pelo seu procedimento correto, bondoso, afável. Exímio flautista, reunia em sua casa vários amigos, em memoráveis serões de música e de poesia.

Homem público, “penetrou na sociedade do seu tempo como um raio de sol numa esterqueira, conservando a integridade privilegiada da luz. Nasceu, viveu e morreu sem ter perdido uma partícula da sua finalidade, que foi sempre igual à finalidade física da luz: desmanchar as trevas” — no dizer do velho Tomé Guimarães, um dos Presidentes da Academia e homem de alto saber.

Nascido em Bananal, vila de Maricá, em 14 de janeiro de 1838, Macedo Soares formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo e exerceu a magistratura com especial carinho e retidão.

Abolicionista convicto, foi o primeiro dos nossos juizes a dar sentenças favoráveis aos negros escravos.

Em 1826, o Brasil tomou um compromisso com a Inglaterra: abolir o tráfico africano, compromisso que foi ratificado pela lei de 7 de novembro de 1831.

Promulgada a lei, Macedo Soares proclamou a sua vigência “e nas sentenças de julgamento de partilhas em que as certidões de matrícula atestavam a existência de africanos importados depois daquela época, ele, sem dependência de ação regular, sem mais forma nem figura de juízo, imediatamente os mandava excluir do inventário, e os declarava livres”.

Essa atitude independente, segura, honesta, valeu-lhe o título de *Conselheiro*, dado pela Princesa Isabel.

Macedo Soares era dotado de forte envergadura moral e tinha a justiça como sacerdócio. Ao mesmo tempo, aproveitava seus momentos de lazer para conversar com a poesia: *Almas Errantes*, *A maldição do piaga*, *o Canto do Indígena* e outras.

Macedo Soares faleceu em 1906.

A cadeira de que esse ilustre fluminense é o patrono está ocupada pelo brilhante acadêmico Romeu Silva.

O nome de MANUEL CARNEIRO (1862—1892) é hoje quase esquecido nos meios culturais por dois motivos: 1.º, porque não consubstanciou ele suas atividades intelectuais em volumes que se enfileirassem nas prateleiras das bibliotecas; 2.º, porque faleceu muito jovem e não teve tempo para reunir seus próprios trabalhos na imprensa do Rio de Janeiro, dos Estados e até de Paris.

No entanto, como poeta, jornalista militante, novelista, cronista, romancista (escreveu, em colaboração com Gonzaga Duque, o romance *Os Peraltas*), contista ou panfletário, MANUEL CARNEIRO demonstrou, à farta, lá por volta de 1880, sua extraordinária capacidade polimorfa.

Nascido em Campos, a 1.º de novembro de 1862, iniciou seus estudos no Colégio São Salvador, para concluí-los no Colégio Abílio, no Rio de Janeiro.

Seu desejo era seguir a carreira de engenharia. E chegou mesmo a matricular-se na Escola Politécnica. Motivos imprevistos, entretanto, fizeram-no abandonar os estudos e voltar a Campos, no Estado do Rio.

Aos 20 anos, escrevia poesias no: *Monitor Campista*: “Num Album” e a “Noite de Núpcias” foram as primeiras.

Estreou como jornalista no *Sexto Distrito*, em Campos, com o artigo “A liberdade e a licença”. Já aí podemos aqui-latar do seu espírito emancipado e da plasticidade do seu talento que o conduzia às rinhas onde lutavam, inclusive, monarquistas contra republicanos ou abolicionistas contra ferrenhos escravocratas.

MANUEL CARNEIRO era republicano consciente e clamava, em todos os seus artigos políticos, a libertação dos escravos. Porque considerava infame a vida sem luz, sem ar, sem liberdade, sem trabalho livre. Ao mesmo tempo, porém, que lutava para que se apagasse das terras brasileiras a sombra negra da escravidão, pregava a emancipação gradual, metódica, a colonização orientada. Nesse sentido chegou até a publicar um opúsculo — *A lavoura (Extinção do elemento servil)*, onde falando como lavrador das terras goitacás, concitava os homens do Brasil a não abandonarem a luta pela emancipação do braço cativo, a fim de que se multiplicasse a força do trabalho nacional.



Na sua ânsia de vencer intelectualmente, Manuel Carneiro se dirige à Corte.

Aí, no DIÁRIO DE NOTÍCIAS, tem de mudar o nome por haver um outro jornalista carioca, conhecidíssimo, também Manuel Carneiro. E passa a ser — EMMANUEL KARNEIRO.

Começa a receber influências de literatos e jornalistas cariocas e até de escritores franceses, como Maupassant, de quem copiou o pior: o vício de embriagar-se com éter “e outras peçonhas congêneres, por espírito de imitação, sem dúvida”.

Quando percebeu que não necessitava de estímulo estranho para desenvolver a sua imaginação, já sua saúde estava comprometida.

Manuel Carneiro escreveu no *Diário de Notícias*, na *Gazeta de Notícias*, no *O País* e tantos outros jornais do Rio de Janeiro, numerosos artigos, novelas, fantasias várias que o levaram aos píncaros na crítica jornalística.

Comissionado, foi à Argentina. E de lá enviou “curiosas impressões de viagens e um estudo sobre os vícios e a corrupção que já naqueles tempos tornava Buenos Aires um dos maiores antros de perversão moral do mundo” — são palavras de Múcio da Paixão, o primeiro ocupante da cadeira n.º 29, da ACADEMIA.

Sentindo-se atacado dos pulmões, busca revigorar-se nos Campos do Jordão.

Melhorou, fixou residência em Pindamonhangaba, contraiu matrimônio e, quando menos esperava, foi novamente atacado pelo bacilo da peste branca que o levou para sempre do convívio dos seus.

Contava apenas 30 anos de idade.

A ACADEMIA FLUMINENSE DE LETRAS, no anseio de salvá-lo do Lago Styx, fê-lo patrono da cadeira n.º 29, atualmente ocupada por HAMILTON NOGUEIRA.

#### Cadeira n.º 30 — MARTINS TEIXEIRA

JOÃO MARTINS TEIXEIRA nasceu em São Pedro d'Aldeia em 1858.

Dotado de brilhante inteligência, fez o curso de Preparatórios muito cedo e doutorou-se em Medicina no ano de 1872.

Clinicou apenas quatro anos e pouco, depois ingressou na docência da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Amigo dos seus discípulos, jamais deixou de dar a cada um que dele se aproximasse, não só o conforto espiritual de que carecesse, mas também auxílio material.

Sua benevolência, seu amor à humanidade eram o seu maior patrimônio, talvez mesmo o único; pois Martins Teixeira, embora trabalhasse muito durante toda a vida, morreu extremamente pobre.

Professor de alto gabarito, demonstrou extraordinária capacidade de trabalho. Daí, merecer a confiança do Imperador que o encarregou de adquirir, na Europa, os mais modernos aparelhos de física, para maior eficiência do ensino dessa disciplina na Corte.

O ilustre fluminense aproveitou, então, a oportunidade para entrar em contacto com grandes autoridades européias e tornou-se realmente um sábio.

De volta ao Rio, suas aulas passaram a ter notoriedade excepcional e assistência numerosa, inclusive, não raro, com a presença do próprio Imperador, ávido sempre de saber.

MARTINS TEIXEIRA era homem comedido, equilibrado. Por isso, era sempre ouvido, como conselheiro e conciliador, ao choque de opiniões contrárias, que surgissem na Congregação da Faculdade.

Foi grande orador o professor-sábio. E, além do mais, sincero, franco.

Republicano convicto, negava-se ao beija-mão, quando o velho Pedro II visitava a Escola.

Eleito Deputado Federal, defendeu o conhecido professor Chapot-Prevot, no rumoroso caso das irmãs xifópagas, levado principalmente pelo coração e ajudado pelo seu poder de persuasão.

Com 58 anos, em 1906, falecia, rodeado dos seus, que oravam, a seu pedido, pela sua bondosa alma, o fluminense ilustre que, por seus atos de bondade e pela cultura de espírito, mereceu ocupar uma cadeira como patrono, na ACADEMIA FLUMINENSE DE LETRAS.

LUIZ LAMEGO foi ocupante da cadeira n.º 30, da Classe de Letras.



Cadeira n.º 31

O patrono da Cadeira n.º 31 é o niteroiense PAULO DA SILVA ARAÚJO, nascido em 1883 e falecido aos 22 de outubro de 1918.

Sadio de corpo e mente, era capaz de trabalhar horas a fio, sem descanso, pelo bem e pelas belezas da vida.

Não obstante, jamais se descurou da família, a que devotava muito carinho e com a qual repartia os primores da sua lúcida inteligência.

A preocupação científica era-lhe constante. E escreveu vários trabalhos de medicina.

— DA FACE NAS EMOÇÕES, tese de doutorando, apresentada à Associação de Medicina e Cirurgia, em 1906, no Rio de Janeiro.

— SÍFILIS — TUBERCULOSE, publicado em 1911.

— VACINOTERAPIA DA ASMA BRÔNQUICA, 1915.

— O PARTO SEM DOR E VACINOTERAPIA INTESTINAL, duas comunicações à Associação Médica.

Num dos números do “Boletim Farmacêutico” de Silva Araújo & Cia., publicou ele substancial trabalho sobre VACINA GONOCÓCICA.

Muitos outros foram publicados em jornais e revistas da época, inclusive um CATÁLOGO DO LABORATÓRIO CLÍNICO, de alto valor.

Seu último trabalho científico data de outubro de 1918: foi o RELATÓRIO DA COMISSÃO DE PROFILAXIA DA LEPROA, apresentado no 1.º Congresso Sul-Americano de Dermatologia e Sifilografia, no Rio.

Não escreveu somente obra científica. Sua vida artística foi intensa. Exímio orador, empolgava o auditório sempre que subia à tribuna. Dois fatos, porém, são interessantes: em 1900, escolhido para orador dos Bacharelados em Letras, preparou bela peça oratória que, entretanto, não pôde ler por haver morrido o Diretor do Ginásio, D. José da Silveira. O fato repete-se seis anos mais tarde, quando, escolhido para falar em nome dos Doutorandos de Medicina, não pôde cumprir sua missão de orador, por ter falecido o paraninfo da turma, Dr. Chapot Prévot.

Silva Araújo foi também poeta e recebeu influência de Casimiro de Abreu, João de Deus, Antônio Nobre e até de Cruz e Sousa.

Suas principais produções foram: MÊS DE MARIA (1915); EM ALTO MAR (1915); CORDILHEIRA DE SONHOS; NOSSO AMOR; A DESFILADA DOS MORTOS (tragédia em versos com música de Chiquinha Gonzaga); SEGUNDAS NÚPCIAS; CORAÇÃO DE JESUS; ALMAS DAS CORES.

Traduziu em versos livres o poema CHANTECLER, de Rostand, e que ficou incompleto.

Sua vida espiritual foi também bastante intensa. Era uma alma boa e deixou-se encantar pela filosofia Rosa-Cruz.

Nas suas poesias místicas, sente-se a imensa preocupação que enchia a sua alma sensível. E a ânsia incontida de alcançar, pela prece e pelo amor, a Perfeição: era a busca do incognoscível, do EU SOU, tantas vezes repetido pelo Mestre Jesus.

Em seu discurso de recepção, na solenidade de 25 de julho de 1923, nesta Academia (REVISTA I), lemos as seguintes palavras de Júlio Eduardo da Silva Araújo:

“No seu espiritualismo elevado, esses são os sentimentos das derradeiras poesias de Paulo Araújo, que não anseiam pelo milagre ao alcance da trivialidade, sinal certo da triste decadência religiosa que nos empolga, para nos reconduzir à triste barbaria de que nos guindou a evangelização dos apóstolos do Cristianismo”.

VIDA MORAL — Esta, viveu-a ele nos moldes exemplares de sua avó, D. Júlia Palmar, mulher de extraordinário valor moral e inteligência brilhante. Neto amoroso de D. Júlia, que o criou com todo carinho, foi ele o reflexo da veneranda senhora que o ensinou a amar a Deus com todas as forças, a amar à família, à sociedade, à Pátria.

SILVA ARAÚJO foi exemplo. Sua vida político-social se concretizou no desejo de tudo fazer pelo bem dos outros. Trabalhou como se nunca tivesse de morrer. Carregou a cruz das suas obrigações como se levasse o peso de toda a humanidade em seus frágeis ombros.

Mas aqui mesmo recebeu o galardão: homens públicos de alto valor assinam documentos comprovando sua capacidade. Entre esses documentos, há uma carta em que a



Princesa Isabel firma, com o próprio punho, elogios ao fluminense illustre. Flores e poesias de saudade foram lançadas ao espaço como prova do afeto que lhe dedicavam os seus amigos quando faleceu.

Sua morte fez vibrar o Congresso Nacional. A Imprensa de todo o País falou vários dias da personalidade de Silva Araújo. Vias públicas passaram a ostentar, em suas placas, o seu nome.

E a Academia Fluminense de Letras não poderia esquecer-lo. Reservou-lhe a cadeira n.º 31, em que se sucederam os Acadêmicos Castro Menezes, J. E. da Silva Araújo, Francisco Pimentel e Raul de Oliveira Rodrigues.

#### Cadeira n.º 32 — PEDRO LUÍZ

A 13 de agosto de 1839, nasceu em Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, Pedro Luís Pereira de Sousa, que iria ser, nas diretrizes da poesia brasileira, um precursor.

Levado pelo pai, Comendador Luís Pereira de Sousa, a matricular-se no Instituto Freese, em Nova Friburgo — dirigido pelo inglês João Henrique Freese — encontrou um amigo, Casimiro de Abreu, que profetizou: “Serás deputado. Caminharás para horizontes largos e a tua esteira será bordada de pérolas — como nas magnificências orientais”.

Na Faculdade de Direito de São Paulo, “o belo estudante, dado a fingir de otomano, com o gorro, o seu divã macio, a sua rede gostosa e sensual”; o estudante que “não tomava rapé, mas tinha o seu “fumoir”; que era muitas vezes visto “barbudo e cachimbando tranqüilamente, tal como um caapora civilizado”, reunia os colegas e amigos em serões literários na sua *república*, na rua da Glória.

Em 1860, sai da Faculdade, talvez com algumas distinções, e vai advogar no Rio, nas bancas de Teixeira de Freitas e de Francisco Otaviano. Advogou também em Barra Mansa.

A imprensa o seduz. E seu nome começa a aparecer em *Atualidade*, ao lado de Bernardo Guimarães, Lafayette, Rodrigues Pereira.

Sobre sua atuação na imprensa, assim se expressa Machado de Assis, em *A Ilustração*, número de 5 de outubro de 1884: “Conheci Pedro Luís na imprensa. Íamos ao Senado tomar nota dos debates, ele, Bernardo Guimarães e eu, cada qual para o seu jornal. Bernardo Guimarães era da geração anterior, companheiro de Álvares de Azevedo, mas realmente não tinha idade; não teve nunca. A nota juvenil era nele a expressão do humor e do talento “(apud Supl. Lit. de “A Manhã”, vol. V, de 5/9/943).

Atraído pela política, fez-se Pedro Luís deputado pelo Rio de Janeiro de 1864 a 1866 e de 1878 a 1881. Sua estréia na tribuna foi das mais ruidosas.

Mas a Província não o reelegeu. Então, passou Pedro Luís “algum tempo mergulhado na magnífica biblioteca com que enriqueceu a sua fazenda em Barra Mansa”.

Em 1880, volta às lides políticas e vai participar do Gabinete Saraiva, como Ministro das Relações Exteriores.

Em 1882, foi Presidente da Província da Bahia, que administrou com muito carinho.



Mas sentia-se enfraquecer aos poucos, definhar assustadoramente: “é que um fâmulô de confiança o envenenava com vidro moído”, como escreveu seu amigo Professor Escragnolle Dória.

Por fim, aos albores da quarta-feira de 16 de abril de 1884, extinguiu-se o ilustre fluminense na fazenda do “Resgate”, em Bananal, Província de São Paulo.

Pedro Luís contava 40 anos de idade ao morrer. Mas sua carreira foi das mais rápidas e felizes. Mancebo ainda, lutou na arena jornalística e, por ela, subiu à Assembléia Provincial. Foi Ministro da Coroa, Presidente de Província, poeta, crítico e, mais que tudo isso, foi homem íntegro, patriota e bom.

POETA, os versos de Pedro Luís têm raro vigor poético e são trabalhados com muita emoção.

Criou fama, até no exterior, a sua ode *Os voluntários da morte*, hino de forte inspiração democrática à Polônia, da qual disse o Visconde de Castilho: “*Os Voluntários da morte* valem por um rugido de leão!”

“O mundo inteiro ouviu aquele grito!  
E o mundo inteiro levantou-se em ânsias.  
Era um protesto ao céu arremessado!  
Blasfêmia horrível que se cospe à vida,  
Ameaça tremenda, — um som de guerra!

.....  
Cobarde é o meu silêncio. O mundo inteiro,  
Em face desse sangue, ardente ainda,  
De pasmo estremeceu, sorriu-se alegre,  
E disse radiante: “Bravo! Bravo!  
Eis a Polônia ainda no patíbulo!...  
E a terra toda retumbou de bravos”.

As impressões do combate de *Riachuelo* vêm no *Terribilis Dea*, poema vibrante de patriotismo:

“Quando ela apareceu no escuro do horizonte,  
O cabelo revoltô e a palidez na fronte...  
Aos ventos sacudindo o rubro pavilhão,  
  
Resplandente de sol, de sangue fumegante,  
O raio iluminou a terra... Nesse instante,  
Frenética e viril, ergueu-se uma nação!”

A sua capacidade de apostrofar é inigualável. O poeta traduz o entusiasmo da mocidade de sua época, época de reformas, de vozes a gritar bem alto para comover e para condenar a guerra. Pedro Luís celebra a sombra de *Tiraden-*

*tes*, o vulto de *Nunes Machado* ou de *Pedro Ivo* e outros defensores da Liberdade. Mas também é lírico como “uma quase música do silêncio (como diria Machado de Assis). Manso e bom como um arco-íris”.

Escreve, num lirismo encantador: *A palmeira e a lua; A onda e o rochedo; o Leque de marfim.*

As vezes é cômico ou epigramático, como em *Prisca Fides*. Não raro é contador de anedotas ou o “chistoso cronista”, e também sentimental que “chega ao ponto de chorar certa vez em Roma (conta Machado de Assis), só porque ouvira tocar um realejo”...

Pedro Luís, precursor do condoreirismo, do liberalismo literário, do romantismo político, foi também idealista interessado nos problemas sociais da sua época.

Em 1866, combate a abolição por achar que, levada a efeito de forma imediata e integral, iria trazer prejuízos enormes à pátria (no que não deixou de ter razão, como o provou o futuro). Mas, em 1867, começou, na sua fazenda em terras fluminenses, a substituir os escravos de suas lavouras por “camaradas a salário”.

Crítico literário de muita perspicácia, o ilustre homem assim se expressou corajosamente em relação a Pedro II: “vossos cortesãos asseveram que sois um sábio. Praza aos céus que assim seja. No dizer desses indivíduos, sois versado na literatura de todos os países; conheceis as línguas mortas, as línguas vivas; investigais os mistérios de todas as ciências e estais em dia com o progresso do século. Já houve mesmo quem dissesse que sois o primeiro médico do Império. Ao ouvi-los, sois a enciclopédia viva, de diadema e cetro. Hipérbolos cortesãos de que não tendes culpa, convenho, e que devem chamar aos vossos lábios certos sorrisos em que o prazer da vaidade humana fica sufocado pelo mais profundo desdém. Acredito que sois um homem de talento e de ilustração. Porém, ainda que vosso espírito adejasse no sétimo céu da sapiência, não me contentara, senhor; e pedira aos deuses que vos deixassem conhecer também o que o povo diz, o que o povo sente”.

A ACADEMIA FLUMINENSE DE LETRAS reservou a cadeira n.º 32 ao ilustre fluminense, já quase esquecido em nossos dias. Kleber de Sá Carvalho, falecido em junho de 1973, foi o último ocupante.



O único ocupante, até o presente, da cadeira n.º 33, da nossa velha Academia, foi o Doutor Alberto Fortes, dinâmico advogado, homem de letras e homem de negócios, político sincero e honesto no cumprimento dos seus deveres para com a pátria, vibrante orador e incansável batalhador desde os seus tempos de moço até o fim de sua vida.

A Academia Fluminense de Letras, fundada em 1917, adotara como critério só receber, em seus quadros, fluminenses natos.

Pedro II era do Município da Corte, território da Província do Rio de Janeiro: está explicada a razão de constar, da lista de patronos, o seu nome.

Quando nos lembramos do nosso imperador, vem-nos à mente a figura daquele homem de casaca preta, de olhos azuis, serenos, e barba longa, muito alva e bem cuidada.

A sua infância sem pais, a sua adolescência quase sem amor, tudo fica para trás. Só nos lembramos do imperador voltairiano, mas que soube perder a consciência do monarca para tornar-se semelhante aos seus amigos e seus concidadãos; o imperador que foi o primeiro abolicionista, o primeiro republicano, o primeiro *reformista* no Brasil.

Estabelecida a paz no interior do Brasil, lá por volta de 1848, Pedro II conseguiu realizar, em nossa pátria, rápido progresso, em pleno florescimento de todas as liberdades públicas e no esplendor da lei e da justiça.

Homem de caráter forte, modesto, generoso, democrata dotado de grandes virtudes sociais, conseguiu, não só impor-se em seu governo, mas também angariar a simpatia do povo.

Não era, entretanto, espírito muito evoluído, embora culto. Por isso mesmo, sofreu severas críticas de intelectuais e, não raro, desgostou políticos, estes, quase sempre, como em todas as épocas, mais impulsionados pelas ambições das parcialidades e pelo egoísmo nem sempre de acordo com os interesses nacionais.

O próprio José de Alencar, por motivos pessoais, foi-lhe hostil em certa época, ao lhe escrever esta carta:

“Senhor.

O penoso sacrifício está consumado. Muitas vezes arranquei a verdade do coração rebelde que a recusava; outras mais senti a mágoa de a ter proferido; porém ante a majestade não sou um homem; sou uma idéia, como ela é uma instituição.

Há uma força fatal e invencível que impede as idéias a prorromperem através de uma época, ainda quando o indivíduo que lhes serve de condutor deva ser despedaçado. É um projétil, que arrebenta; deixai-o; o canhão arremessará outros.

Não têm nome as idéias. A verdade é o único batismo, como a razão é o único foro, para os indivíduos que se fazem idéias, e se incorporam na massa de opinião.

Minha individualidade nunca foi estorvo à censura. Se alguma parte ela teve nos fatos que a razão a frio condene, a culpa lhe cabe, e mais grave que as outras. Não a defendi contra a própria consciência, não a defenderei agora de vossa justa severidade”.

Na época de Pedro II, houve pelo menos, liberdade de pensamento. E a liberdade é o primeiro passo para o progresso da nação e a felicidade do povo.

Talvez por isso mesmo, tivessem os republicanos sido magnânimos para com o velho imperador coagido a exilar-se da pátria pelas circunstâncias políticas do país.

Raul Pompéia descreve essa Noite Histórica com todo o detalhe:

“Nada mais triste. Um coche negro, puxado a passo por dois cavalos que se adiantavam de cabeça baixa, como se dormissem andando. À frente, duas senhoras de negro, a pé, cobertas de véus, como a buscar caminho para o triste veículo. Fechando a marcha, um grupo de cavaleiros, que a perspectiva noturna detalhava em negro perfil.

Divisavam-se vagamente, sobre o grupo, os penachos vermelhos das barretinas de cavalaria. O vagaroso comboio atravessou em linha reta, do paço em direção ao molhe do cais Pharoux. Ao



aproximar-se do cais, apresentaram-se alguns militares a cavalo, que formavam em caminho.

— É aqui o embarque? perguntou timidamente uma das senhoras de preto aos militares. O cavaleiro, que parecia oficial, respondeu com gesto largo de braço e uma atenciosa inclinação de corpo.

Por meio dos lampiões que ladeiam a entrada do molhe passaram as senhoras. Seguiu-se o coche fechado”.

Nesse dia, o Império cedeu o passo à República do Brasil.

A morte do Imperador Pedro II, nascido a 2 de dezembro de 1825, ocorreu em Paris, a 5 de dezembro de 1891. Com o falecimento do Dr. Alberto Fortes, o ilustre médico Magalhães Gomes foi eleito para ocupante da cadeira n.º 33, da Academia Fluminense de Letras.

#### Cadeira n.º 34 — PEREIRA DA SILVA

O *Pantheon Fluminense*, de Lery Santos, Rio de Janeiro, 1880, nos diz que o Conselheiro João Manuel Pereira da Silva, descendente de pais portugueses, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 30 de agosto de 1817.

Terminados os estudos elementares, seguiu ele para a Europa. Matriculou-se na Faculdade de Direito de Paris, onde defendeu tese, aos 20 anos. Em 1840, entrou para a Assembléa Provincial do Rio de Janeiro. Em 43, foi Suplente na Câmara Temporária. Reeleito na legislatura 1847-1850, foi um dos que mais advogaram a política do Visconde do Uruguai, as questões do Rio da Prata, as relações internacionais do Brasil com a Inglaterra e a França. Colaborou intensamente com o governo na tentativa de ajustar questões limitrofes com os países americanos e negociar tratados de navegação, comércio e extradição de criminosos. Advogado de alto gabarito, chegou a obter, com o seu trabalho, na defesa de várias causas célebres, razoável fortuna. Criminalista e grande orador forense, deu por finda sua carreira na advocacia, em 1850, com trinta e poucos anos de idade.

Pereira da Silva escreveu a *História da Fundação do Império Brasileiro*, (cujo primeiro volume saiu em 1864 e o último, em 1868), animado que foi pela apreciação favorável de jornais e transcrições, na imprensa italiana e alemã, do seu artigo *Le Brésil en 1858, sous l'empereur D. Pedro II*, publicado na *Revue des deux mondes* (15 de abril de 1858). Em 1871, vem à luz a obra *História do Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil*, muito contestada. Também recebeu desfavorável crítica a edição do *Plutarcho Brasileiro*, em 2 volumes, de 1847, publicado com o título *Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*, em 1861, a 2.ª ed., e em 1871, a 3.ª edição. Talvez porém seja essa a melhor obra de Pereira da Silva, que também apresenta ficção em prosa e em outros gêneros literários:

— *O aniversário de D. Miguel*, 1828, romance histórico, Rio, 1839.

— *Religião, Amor e Pátria*, rom., histórico, Rio, 1839.

— *Jerônimo Corte Real*, crônica portuguesa do século XVI, Rio, 1840.

— *Gonzaga*, poema em dez cantos, 1865.

— *Aspásia*, romance, 1873.

E outras obras, além da colaboração na imprensa do país e do estrangeiro. Destas, destacam-se *Le Siècle*, *Revue deux mondes*, *Revue Daily New*, *II Atheneo de Torino*.



Foi Pereira da Silva membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico e Geográfico da França, das sociedades de Geografia e dos Economistas de Paris. Recebeu do Imperador D. Pedro II a comenda da Ordem de Cristo, a dignitaria da Ordem da Rosa e o título de conselheiro. Foi cavaleiro da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa e comendador da Ordem de São Bento d'Ávila, de Portugal.

Na Academia Fluminense de Letras, a cadeira patronímica do Conselheiro Pereira da Silva teve como primeiro ocupante a Honório Silvestre. E como segundo ocupante, a Thiers Moreira, há pouco falecido.

*Cadeira n.º 35 — QUINTINO BOCAIUVA*

QUINTINO BOCAIUVA, nascido na cidade do Rio de Janeiro, a 4 de dezembro de 1836, e falecido na mesma cidade, a 11 de julho de 1912, foi homem notável pela cultura e inteligência. Jornalista, dramaturgo; Ministro do Exterior no Governo Provisório da República (1889—1891); crítico literário, dramaturgo. Político, tribuno, administrador, muito seria de esperar de sua experiência e capacidade, ao suceder o Dr. Alberto Seixas Torres, na presidência do Estado do Rio de Janeiro, no período de 1901 a 1903.

A economia fluminense, entretanto, passava, à época, por dificuldades tremendas — consequência da desorganização da lavoura, resultante da lei de 13 de maio de 1888, que desarticulava o trabalho braçal.

Tão precária se tornara a condição fluminense, que se chegou a alvitrar a redução do Estado a Território, a fim de que o administrasse a União. E, em todo o governo de Bocaiúva, que tudo fez para amenizar a situação, as coisas cada vez mais pioravam.

Entretanto, em relação ao País, a influência de Quintino foi decisiva, ao empregar todos os seus esforços na propaganda da abolição da escravatura e da proclamação da República, ao lado de Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca e tantos outros. No mesmo dia 15 de novembro, foi escolhido para compor o Governo Provisório da nova República, que teve como seu primeiro Presidente o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Quintino Bocaiúva foi ainda Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, até 1912, representou os fluminenses na Câmara Alta.

O primeiro ocupante da Cadeira da Classe de Letras, n.º 35, foi o ilustre jurista, político de rara habilidade e competência, e poeta encantador, que foi o Dr. Horácio Campos.

A cadeira é hoje ocupada pelo professor e advogado Dr. Artur de Almeida Torres.



O Dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia era filho do capitão-tenente Giocomo Raja Gabaglia. Nascido este quando da ocupação em 1826, de Montevidéu, pelas nossas tropas, optou, entretanto, pela nacionalidade brasileira.

Conhecedor profundo das ciências matemáticas, o Dr. Giocomo foi, na Escola Naval, professor emérito de Análise Infinitesimal.

Pelo lado materno, o ocupante da cadeira n.º 36 da nossa Academia Fluminense de Letras provinha da nobre família dos Barões de Sobral, do Ceará, filho de D. Maria Natividade de Barros Raja Gabaglia, de quem herdou a afeição, a retidão, o amor à justiça, ao trabalho, à luta leal.

Morto o pai, foi o menino para o Ceará, onde se destacou nos estudos, de tal forma, que essa província chegou a reclamar a glória de ter-lhe sido o berço de nascimento.

No Rio de Janeiro, estudou no Colégio de São Francisco de Paula, ao lado do extraordinário poeta Olavo Bilac. Num só ano, em 1880, prestou todos os exames de preparatórios no Colégio Pedro II, com segurança e destaque.

Matriculou-se na Escola Politécnica. E, em 1885, colou grau de Engenheiro Civil, Geógrafo e de Minas, de Bacharel em Ciências Matemáticas, e de Bacharel em Ciências Físicas e Naturais.

Nesse mesmo ano de 1885, concorreu à vaga de substituto da Cadeira de Matemática do Colégio Pedro II, apresentando a notável tese: *Séries: Desenvolvimento das funções em séries com o recurso da análise direta. Valores singulares das fórmulas algébricas.*

As suas primeiras aulas de Matemática deu-as Raja Gabaglia, gratuitamente, durante anos, no Liceu de Artes e Ofícios, conquistando, inclusive, a Medalha de Ouro raramente conferida a professor.

Foi professor de História Natural na Escola Normal do antigo Município Neutro; lente interino e depois catedrático de Astronomia da Escola Politécnica, e Diretor das Obras Cívicas da Marinha, nos últimos anos da Monarquia.

Verdadeiro humanista, dedicou-se esse grande batalhador intelectual, não só às Ciências exatas, ao cálculo, à mecânica, à astronomia, mas também à biologia, à história, às línguas vivas e mortas.

Tal era o seu valor que, ao proclamar-se a República, Benjamin Constant lhe entregou a cátedra de Geografia Geral do Pedro II.

Convidado por essa época a candidatar-se à representação do Ceará na Assembléia Constituinte, Raja Gabaglia preferiu conservar-se unicamente professor e pesquisador incansável.

Em 1893, escreveu o magistral estudo — *Funções de Nutrição na Série Animal*, com que concorreu, em renhido prélio, ao concurso para a cátedra de História Natural, na Escola Militar. Obtendo, mais uma vez, na classificação, o ótimo conceito por parte da Comissão Examinadora, não pôde, entretanto, comparecer às provas (achava-se em Minas Gerais e não lhe foi possível chegar ao Rio, dada a situação anormal do país, com a Revolta da Armada).

Concorreu ainda à vaga de Cálculo Infinitesimal, na Escola Naval.

E aí fez ressoarem, nas mesmas salas por onde passara seu velho pai, as magistrais palavras de insigne mestre.

Em 1897, desta vez na Escola Politécnica, demonstra sua erudição ao combater a escola de Malthus com a tese de concurso — *O Homem como capital.*

Nunca parou Raja Gabaglia de estudar e pesquisar. Escreveu: *Navegação interior*, a mais completa obra conhecida sobre o assunto;

— *Evolução do Conceito de Infinitésimo de Zenon a Cavallière;*

— *Papiro Rhind*, estudo do mais antigo documento matemático encontrado nos sepulcros dos reis do Egito;

— *História das Matemáticas; História dos Logarítimos.*

Traduziu e anotou todos os trabalhos didáticos da Coleção F.I.L. E, segundo Henrique de Araújo na *Revista da Academia Fluminense de Letras*, volume II, “a sua *Terra Ilustrada* é muito superior ao próprio original francês”.

Colaborou em diversas *Revistas* — da Escola Politécnica, do Clube de Engenharia, do Instituto Histórico.

Fundou o *Anuário* do Colégio Pedro II, cabendo-lhe a publicação, no n.º 1, de toda a história do velho e tradicional Colégio da Rua Larga.



Os planos da construção da cidade de Belo Horizonte surgiram dos cálculos e desenhos de Raja Gabaglia, em magistral trabalho de geodésia.

Fez parte de várias Comissões Examinadoras de Concursos de História Natural, História Universal e Lógica, sempre demonstrando inteligência privilegiada e cultura invulgar.

A Academia Fluminense de Letras não poderia esquecer o nome de Raja Gabaglia. E incluiu o ilustre fluminense na Classe de Letras, como patrono da cadeira n.º 36, ocupada, primeiro por Henrique de Araújo (*Revista I*) e depois por Everardo Backheuser. O atual ocupante é o Dr. Brígido Tinoco

#### Cadeira n.º 37 — RAUL POMPÉIA

“Raul de Ávila Pompéia nasceu em Jacuecanga, Município de Angra dos Reis, na Província do Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1863, e era filho do Dr. Antônio de Ávila Pompéia e D. Rosa Teixeira Pompéia. Seus avós eram de origem mineira, e haviam-se fixado na província fluminense, na produção do açúcar. Na linha de seus ascendentes contavam-se figuras de patriotas que estiveram empenhados na Inconfidência Mineira.

Transferindo-se sua família para a Corte, ele se encontra, aos 10 anos de idade, matriculado no Colégio Abílio, casa de instrução cuja crônica de saudades nos dará, mais tarde, em seu romance “O Ateneu”.

O Colégio Abílio achava-se a esse tempo, instalado no número 70 da rua Ipiranga, nas Laranjeiras. Ainda cursava o internato, e já Raul Pompéia começava a revelar seus extraordinários pendores para a literatura e para o desenho. É dessa época *O Archote*, jornalzinho manuscrito, por ele redigido e por ele ilustrado, e cujas páginas se enchiam de críticas irreverentes aos professores do estabelecimento. Ainda no colégio, inicia, no jornalzinho intitulado *Eco Literário*, “Uma Tragédia no Amazonas”. Nessas folhas infantis usa pseudônimos: na primeira, *Fabricius*; na segunda, *Procopius*.

Em 1879, tendo deixado o Colégio Abílio, encontra-se Raul Pompéia cursando o 6.º ano do Pedro II. Ali, juntamente com vários colegas, funda, em 1880, o *Grémio Literário Amor ao Progresso*. Desse Grémio sai, em 15 de novembro daquele ano, uma revista intitulada *As Letras*, na qual Pompéia publica artigos veementes e fantasias literárias, fantasias estas que já parecem anunciar a gestação das futuras *Canções sem metro*. Entrega-se sempre ao seu amor pelo desenho, ao seu amor pela música.

Já no Pedro II revelaria ele as linhas essenciais de seu caráter enérgico e voluntário. Abriu luta ali com vários mestres. Um deles, Rosendo Moniz, sofreu tanto com a sua campanha, que acabou pedindo a D. Pedro II o dispensasse das aulas em que ficava em contacto com Raul Pompéia. . . Outro professor com quem entrou em conflito, foi o mestre de grego, Teodoro Schieffer. Reprovado por Schieffer, no 7.º ano, fez o exame de grego quatro vezes, até obter distinção.

Em 1881, já com o seu nome tornado bem conhecido, pela publicação, no ano anterior, de “Uma Tragédia no Ama-



zonas", encontra-se em São Paulo, matriculado na Faculdade de Direito. Ali encontra um grupo de rapazes ardentes e inflamados, com convicções libertárias e republicanas iguais às suas, inbuídos, no terreno literário, dos mesmos pendores de renovação. Liga-se estreitamente a Luiz Gama, negro pelo qual sempre tivera uma admiração entusiástica, e mais a Valentim Magalhães, a Raimundo Correia, a Ezequiel Freire. Passa a ser, com esses amigos, um dos redatores de *O Boêmio*, delicioso jornal de irreverência e malícia. É ali o *Rapp*, que tão primorosas caricaturas publica. Sem demora, funda, juntamente com Xavier da Silveira, Alberto Torres e outros, o *Clube Acadêmico Nove de Setembro*, que passa a publicar um jornal — *O Nove de Setembro* — cujo redator-chefe é Raul Pompéia.

Em 82, vem passar as férias no Rio de Janeiro, e se põe em contacto com Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta de Notícias*. Ali publica versos, contos, e começa "As jóias da Coroa", um romance "a clef", onde põe em cena a família imperial.

Regressando a São Paulo para continuar os estudos, funda, em agosto de 82, com Alcides Lima, Ernesto Correia, Macedo Soares e Brasil Silvado, o *Ça Irã*, jornal de idéias livres, que faz, no meio tranqüilo e conservador da Paulicéia, um tremendo escândalo. Basta dizer que sua legenda, no primeiro número, eram estas palavras de Luiz Gama: "Perante o Direito, é justificável o crime de homicídio perpetrado pelo escravo na pessoa do senhor".

Morrendo o *Ça Irã*, funda Raul Pompéia novo jornal. Desta vez tem como companheiro o português Gaspar da Silva — o futuro Visconde de São Boaventura. A folha se intitula: — *Nono Distrito*. Com Gaspar da Silva funda ainda, pouco tempo depois, o *Jornal do Comércio de São Paulo*. É ali que dá a público um novo romance: "A Mão de Luiz Gama". E começa a publicação das "Canções sem metro".

Nos exames do 3.º ano, os professores resolvem fazer com ele um ajuste de contas. Reprovam-no, juntamente com Murat. O fato provocou o maior escândalo nos meios literários do Rio de Janeiro. E Raul Pompéia e Murat, em janeiro do ano seguinte, repetiam seus atos, passando para o 4.º ano.

Raul Pompéia, desgostoso com São Paulo, resolveu concluir o curso na Faculdade de Direito do Recife. Ali obtém o seu título em 85, pertencendo a uma turma em que se contam, entre outros, Alberto Torres, Borges de Medeiros,

Faelante da Câmara, Gumercindo Bessa, Ubaldino de Assis e Manoel Pedro Vilaboim. Durante esse tempo de estudo em Recife, Pompéia compõe uma nova obra — *Alma morta* — e imagina uma outra — *Cartas para o futuro*. É então que provavelmente começa a dar forma ao *Ateneu*.

Regressa ao Rio, formado, e passa a ser colaborador efetivo da *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio. É ali que, sob o pseudônimo de *Lauro*, publica o romance "Alma morta". Colabora, também, no *Provinciano de São Paulo*, na *Gazeta de Notícias* e na *Semana*, do Rio de Janeiro... É na *Gazeta de Notícias* que, a partir de abril de 87, publica *O Ateneu*.

No ano seguinte, na mesma folha, iniciou uma nova seção literária, intitulada "Pandora". Durante esse ano e no seguinte, escreveu novo romance, cujos originais se perderam — *Agonia*.

Em 89, encontra-se Pompéia, juntamente com Olavo Bilac e Luiz Murat, feito redator de *A Rua*, jornal que nesta Capital fundara seu amigo Pardal Mallet, e assina contos e crônicas com um simples sinal de interrogação — ? Desaparecendo *A Rua*, passa, a convite do Conselheiro Sousa Ferreira, a fazer parte do *Jornal do Comércio*. Redige as crônicas da seção semanal "Aos Domingos" e, mais tarde, as "Lembranças da Semana". Nesse ano, como no anterior, publica correspondências no *Diário de Minas*.

Decretada a Abolição, proclamada a República, Raul Pompéia via realizados dois dos seus mais belos sonhos. Nas lutas pela consolidação do novo regime, declara-se ferrenho florianista, e nesse terreno terça armas com antigos amigos, como Bilac. É no decorrer dessa polêmica que surge, em uma coluna de responsabilidade, de Bilac, na *Vida Fluminense*, uma acusação íntima e grave contra Raul Pompéia, — acusação que parece ter sido escrita pelo jornalista Oscar Rosas.

Ferido, como se sente, Pompéia revida ao desafio, em suas "Lembranças da Semana", e acusa Bilac de incestuoso. Resolveram bater-se em duelo os dois escritores, sendo testemunhas de Pompéia, Tomaz Delfino e o comandante Francisco de Matos, e de Bilac, o Capitão Jesuino de Albuquerque e o Capitão Miranda Carvalho. Conta-se que ao irem eles iniciar a luta, que seria à espada, o comandante Francisco de Matos lhes dirigiu um apelo para que desistissem de usar as armas. Atendendo a suas palavras, Bilac disse: "Fui eu o ofensor. Dou-me por satisfeito".



Findou assim o duelo, do qual foi redigida a competente ata, no Clube Naval.

Em 94, Floriano Peixoto assinou a sua nomeação para o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional.

Por ocasião da morte de Floriano, foi Raul Pompéia um dos oradores que traçaram, no cemitério, o panegírico do Marechal. Tal foi a veemência das suas palavras, que logo correu o boato de que Prudente de Moraes assinara a sua demissão da direção da Biblioteca.

Continuando sua luta veemente, ele aceita uma colaboração que lhe é oferecida — a de folhetinista da *A Notícia*. Iniciada essa colaboração, por qualquer motivo de economia interna do jornal, deixaram de ser publicadas algumas das suas crônicas. Aconteceu que, simultaneamente os mais vivos ataques surgiram em várias folhas, comentando o seu discurso no túmulo de Floriano. Esses dois motivos — diz-se — agravaram a crise de sensibilidade mórbida, que desde muito tempo se vinha repetindo no espírito de Raul Pompéia.

E no Natal de 1895, o escritor foi levado a procurar no suicídio, num tiro de revólver dado no peito, a paz para a sua alma atribulada e inquieta”. O primeiro e o atual ocupantes da cadeira n.º 37 são, respectivamente, Adelino Magalhães e Alípio Mendes.

SALDANHA DA GAMA (Luís Felipe de) nasceu em Campos, em 7 de abril de 1846. Sua personalidade foi, durante muitos anos, julgada apenas pelo heroísmo na luta contra o governo de Floriano Peixoto. Realmente a sua atitude de revolucionário no começo do regime republicano se revestiu de características dramáticas. E ele conquistou com isso tanto a estima de seus correligionários que o seguiram fanatizados, quanto o respeito dos adversários que lhe não recusaram méritos. Mas a revolta de 1893 foi um episódio triste da alvorada da República. Saldanha da Gama, nessa época, já se fizera notar por outras virtudes e por uma tradição de nobreza. Tradição que se iniciara na Escola Naval, continuara em todos os postos da carreira e culminara na direção da mocidade marinheira que nele via simultaneamente o mestre e o exemplo. Certo historiador sul-americano, ao tratar de determinada guerra em que se envolvera o seu país derrotado, escreveu: “a injustiça de uma guerra não exclui a glória do soldado”. Realmente do lado do vencedor, como do lado do vencido, o heroísmo tem a mesma significação. Nas lutas civis, terminado o embate armado, deixa de haver lugar para as evocações de atos de bravura, para só se buscar o caminho da fraternidade e tudo o que de uma e de outra parcialidade represente intenção benemérita com vista ao progresso da Nação.

Saldanha da Gama deverá ser lembrado aos escolares brasileiros como um soldado do mar, que honrou o seu ofício pela cultura do espírito, pelos seus dons de comando, pela fidalguia de suas maneiras e pelo desempenho que deu às altas missões de que foi incumbido. Percorreu os postos da Marinha até ao supremo de Almirante, com brilho invulgar. Formou, com o seu conselho sábio e a sua energia, várias gerações de oficiais ilustres. Com ele ocorreu fato idêntico ao que se deu com o Padre Diogo Antônio Feijó, na fase da nossa emancipação política. Feijó foi um disciplinador férreo na Regência, um braço forte que assegurou a unidade nacional na hora perigosa do fracasso do Primeiro Reinado. Ao seu patriotismo, à sua compreensão severa dos deveres de homem de Estado, deveu o Brasil o não-desmembramento nas carnificinas da guerra civil. Consolidada a situação interna, alguns anos decorreram, e eis que a política dos partidos o arrasta a uma posição de rebeldia que contrariava e mesmo se opunha ao seu passado. E o Feijó de 1831 foi obscurecido pelo Feijó de 1842. É esquecido por algum tempo o antigo Regente que sufocou as rebeliões, e garantiu a unidade da



Nação. O mesmo ocorre a Saldanha da Gama. Para o presente e para o futuro, porém, deve ser considerado o marinheiro admirável e disciplinador, o professor culto, o diplomata sagaz, o obreiro que a bordo dos navios da esquadra e nos cursos da Escola Naval forjava homens para a defesa do Brasil. O rebelde de 1893 pensaria que estava combatendo pelo bem da Pátria, e arrastara com o seu fascínio pessoal a mocidade que o venerava. É certo que, se não houvesse tombado no campo de batalha, teria compreendido, mais tarde, como sucedeu a quase todos aqueles que o acompanharam na revolta, que o momento em que se precipitou contra o poder constituído era o menos oportuno para um pronunciamento armado. Também ele, como os rebeldes vencidos, teria sido reincorporado aos Quadros da Marinha. E prestaria também muitos serviços à sua amada Pátria. Isso é comprovado pela consideração que, morto embora, Saldanha da Gama desfruta entre os seus compatriotas. O incidente cruento da rebelião não apagou o fulgor da personalidade daquele que é incluído no rol dos valores magníficos do Brasil.

A cadeira n.º 38 foi ocupada, até 1967, pelo grande fluminense Nelson de Lacerda Nogueira. Seu sucessor: Godofredo Tinoco, presidente da Academia Campista de Letras.

#### Cadeira n.º 39 — SALVADOR DE MENDONÇA

A 5 de dezembro de 1941, com 72 anos de idade, desaparecia Salvador de Menezes Drummond Furtado de Mendonça, escritor de esplêndida inteligência e positiva atuação na vida cultural e política do Brasil.

Jornalista ardoroso, promoveu fulgurantes campanhas no Rio e em São Paulo.

Nesta última Província, iniciou a propaganda republicana em nosso País, através do Jornal *Ipiranga*.

Foi, além de crítico político, também crítico literário e social, poeta e comediógrafo. Colaborou na *Revista Popular*, da Garnier, no *Jornal do Comércio*, no *Correio Mercantil*, no *Cruzeiro*, no *Diário do Rio de Janeiro*, no *Diário da Bahia*. E, com Quintino Bocaiúva, Miguel Vieira Ferreira, Aristides Lobo, Flávio Farnese, Lafayette e Pedro Meireles, fundou o jornal *República*, para o qual redigiu, após a fundação do Clube Republicano, o capítulo *A Verdade Democrática*, documento histórico hoje conhecido por *Manifesto de 70*.

Ao afastar-se, por algum tempo, do jornalismo, dedicou-se à tradução, para a Casa Garnier, de obras de Gautier, Musset, Vitor Hugo, Júlio Verne, e outros autores franceses.

Só em 1874 voltou ao jornalismo, indo trabalhar com Quintino Bocaiúva, no *Globo*.

Como professor, lecionou História Natural, Geografia, Retórica e Latim, chegando mesmo a reger a cadeira de Geografia e História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II, em substituição a Manuel de Macedo. Mas nunca deixou de colaborar nos jornais, principalmente como crítico literário.

Formado em Direito, em 1869, pela Faculdade de São Paulo, advogou no Rio, onde, convidado para candidatar-se a Deputado, se negou a entrar na carreira política.

Nomeado Cônsul Privativo do Império, em Baltimore, foi logo depois ocupar o consulado de New York.

Em 1876, passa a Cônsul Geral do Brasil nos Estados Unidos. Ai, representa nosso País na Exposição do Centenário de Filadélfia.

As vésperas da Proclamação da República, a 6 de julho de 1889, vai para os Estados Unidos como Enviado Extraor-



dinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial, e Delegado do Brasil à 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional Americana.

Pôde, então, exercer sua influência junto aos políticos e diplomatas norte-americanos, para obter mais rapidamente o reconhecimento do novo regime político do Brasil.

Lutou denodadamente na 1.<sup>a</sup> Conferência Panamericana, pelo arbitramento obrigatório e pela abolição do Direito de Conquista.

Em 1893, trabalhou ativamente nos Estados Unidos contra o reconhecimento do Direito de Beligerância aos revoltosos da Armada, o que, se ocorresse, iria trazer sérias complicações ao governo de Floriano.

Pela sua bondade, sua afabilidade, sua cultura, modéstia e sagacidade, gozou de muito prestígio na América do Norte.

Conhecia, de forma penetrante, o caráter nacional do povo amigo, chegando mesmo a casar-se, em segundas núpcias, com a escritora americana Mary Redman.

Nascido na então Vila de Itaboraí, Província Fluminense, em 21 de julho de 1841, descendente das famílias Furtado de Mendonça, pelo lado paterno, e dos Drummond, pelo materno, foi Salvador de Mendonça, agraciado, em 1898, com a Ordem da Rosa.

O Presidente Rodrigues Alves, seu discípulo no Pedro II, por intermédio de Rio Branco, concedeu ao velho batalhador injustiçado anteriormente com uma exoneração sumária do seu cargo diplomático em Lisboa, disponibilidade, a partir de 30 de setembro de 1889, permitindo-lhe continuar funcionário do quadro diplomático.

Enquanto, porém, os seus concidadãos, que a ele tanto deviam, se mantinham impassíveis ao vê-lo exonerado de Washington, jornalistas americanos, e o próprio Presidente Mac Kinley, teciam-lhe os maiores elogios, como "amigo da América e grande panamericano, homem de alto valor cultural e moral".

De uma lista bibliográfica de Salvador de Mendonça, publicada a 14/12/941 no *Suplemento Literário de A Manhã* (n.º 18), constam 128 trabalhos.

Dessa lista extraímos as seguintes:

*Teatro* — *O Globo*, drama em quatro atos e oito quadros, adaptação do romance do mesmo nome, de Alexandre Herculano.

*O Romance de Um Moço Rico* — (Rio, 1859), comédia em cinco atos e sete quadros, de 266 páginas.

*A Herança* — (Rio, 1861), comédia-drama representada em inglês, em New York com o título *Money*, em 1898.

*Poesia* — *Singairu*, lenda das margens do Piraí, publicada na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, de 30/7/1859.

*Apotese* — (Versos) — *Jornal do Comércio* de 17/7/904.

*Orfeu Triunfante* — Versos recitados quando da inauguração da estátua de Carlos Gomes, em Campinas, em 1/7/905, publicado no *Jornal do Comércio*, dois dias após.

*Sonetos* publicados na *Revista da Academia Brasileira* em janeiro de 1912.

*Romance* — *Marabá*, romance brasileiro, de 200 páginas prefaciado por José de Alencar — Rio, 1875.

Salvador de Mendonça proferiu vários discursos e conferências. Entre eles, o discurso na Academia Brasileira de Letras, ao receber Oliveira Viana, em 17/7/903, e o que proferiu à inauguração do Teatro João Caetano, de Niterói, em 1904.

Na Academia Brasileira de Letras, Salvador de Mendonça ocupou a cadeira n.º 20, patrono Joaquim Manuel de Macedo. Em nossa Academia Fluminense, patrocina ele a cadeira n.º 39, ocupada por Valfredo Martins.



Luís Antônio Pimentel escreveu: “(Antônio da) SILVA JARDIM, advogado, tribuno, jornalista, conferencista, professor e escritor, filho de Gabriel da Silva e D. Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim, nasceu em Capivari (hoje Silva Jardim), Estado do Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1860. Alfabetizou-se com o pai, que era professor, aos cinco anos de idade. Aos sete anos, substituiu-o, durante 8 dias, ministrando aulas para adultos com grande surpresa para o arraial. Aos 11 anos, substituiu o sacristão nas missas de Capivari. Dizia sempre que preferia ser padre a ser bacharel porque enquanto um é ministro do rei da terra, o outro é ministro do Rei do céu. A 23 de abril de 1873 veio para Niterói, aos cuidados de Honório e Felisberto de Carvalho. No mesmo ano matriculou-se no Colégio Silva Pontes. E, no ano seguinte, no Mosteiro de São Bento. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, passando a morar numa república com Raimundo Correia, Francisco Pessanha, Pedreira Franco e Libório Seabra. Nessa época, com Valentim Magalhães e Clóvis Bevilacqua, colaborou num jornal de Quiçamã — “A Nova Aurora”. Procurou empregar-se no comércio para custear seus estudos, mas em vão. O comércio daquela época só admitia empregados portugueses. Constante Jardim, seu primo, sabendo-o em grandes dificuldades financeiras, levou-o para sua casa em Santa Teresa. Foi quando conseguiu emprego no escritório de uma firma na rua Vde. de Inhaúma, onde trabalhou durante dois meses. Convidado por Mr. Jasper Harber, que o conhecia do Mosteiro de São Bento, começou a trabalhar numa obra sobre a língua inglesa. Passou a morar com Pessanha num quarto na rua da Quitanda, 187, — 2.º andar. Em 25 de outubro de 1877, vendo que não podia fazer exame de geometria na Corte, embarcou para São Paulo em companhia de Raimundo Correia, que estava nas mesmas condições. Cesário de Souza Mota arranhou-lhe um emprego de explicador de português. Matriculou-se, a 1.º de abril de 1879, depois de prestar exame de geometria, no Curso Anexo. E passou a residir numa pensão da rua de São José em companhia de Raimundo Correia. Tornou-se logo nome conhecido entre os estudantes. Transferiu-se para uma república da rua Santo Amaro, onde residiu por muito tempo. Ali escreveu *Idéias de Moço*, de colaboração com Valentim, época em que conheceu Ana Margarida, que viria mais tarde a ser sua esposa, Guida, como a chamavam, filha do Conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrade, lente de Direito Eclesiástico e seu professor na Academia. Apresentado por Teófilo Dias, foi acolhido com simpatia no solar dos Martim Francisco, sendo

ainda apresentado a Herculano Marcos Inglês de Souza que o colocou, como redator, na *Tribuna Liberal*, e mais tarde na Escola Normal, incumbido de reformá-la. Invejando-o, Teófilo Dias passou a difamá-lo, indo até o ataque físico, de forma traiçoeira, na calada da noite. Quando pretendia terminar seu curso em Pernambuco, seus amigos, Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Homero Batista, Pereira Costa, Antônio Mercado, Vitorino Monteiro e Alcides Lima, gaúchos que moravam numa república da rua da Palha n.º 7, e os fluminenses Magalhães Castro e Valentim Magalhães, dissuadiram-no da idéia. Em 1891, ingressou no Centro Positivista e ali firmou suas idéias republicanas com Inglês de Souza e Martim Francisco, monarquistas liberais dos mais exaltados. Em 1.º de dezembro de 1882, formou-se e foi visitar o pai em Capivari. Em 1.º de maio de 1883, casou-se e foi residir na rua 25 de março n.º 105, sobrado. Classificou-se em 1.º lugar num concurso para professor de Português na Escola Normal, para o qual se inscrevera também Júlio Ribeiro, que já era gramático famoso. Falecendo-lhe o sogro, Martim Francisco, seu cunhado, o convidou para sócio no escritório de Santos. Abandonou a Escola Normal e o colégio de João Kopke onde lecionava, e transferiu-se para aquela cidade. Em 28 de janeiro de 1888, realizou, no Teatro Guarani, um comício a convite de Francisco Lobo, radical republicano. Estava desencadeada a luta. Fez comícios em Santos e depois em Rio Claro. Desfazendo a sociedade recebeu 500 contos e disse: “COM ESTE DINHEIRO VOU DERRUBAR A MONARQUIA!” No dia 6 estava em São Carlos do Pinhal; em Campinas a 7; a 8, em São Paulo para conferenciar com amigos e descansar; a 9, em Jacareí; a 10, em Pindamonhangaba; a 13, em Lorena; a 14, em Resende (estando na Província no aniversário da Tomada da Bastilha); a 15, em Barra Mansa; a 16, em Piraí; a 17, em Vassouras; a 18, em Valença; a 19, em Paraíba do Sul; a 21, em Petrópolis; a 22 no Rio de Janeiro onde descansou alguns dias. Depois Friburgo, Cantagalo, São Fidélis, Campos, Macaé, Barra de São João, Capivari, Rio Bonito, Itaboraí e Niterói. Vinte e sete cidades foram visitadas em menos de um mês, em 1888, quando o trono ainda estava em plena lua de mel com a opinião pública em virtude da abolição. Paraíba do Sul e Vassouras acolheram-no de maneira hostil. As viagens foram todas feitas com seus próprios recursos. Em Minas Gerais, começou a campanha por Juiz de Fora, onde Constantino Paleta, João Ribeiro, Fonseca Hermes, Luís Detsi e João Penido o receberam calorosamente e conseguiram local para as conferências em Guarani, Cataguases, Ponte Nova. Em Ubá, apresentou um projeto para a bandeira da república. Em Mar de Espanha



atraiu a ira dos monarquistas. E em Angustura, sofreu atentado de um negro quando discursava. Então, disse: "ATIRE! MATE! PARA MIM, A MORTE É UM ACIDENTE DA VIDA!" Os atentados se repetiram em São José do Além Paraíba. Enfrentou ainda a cólera dos italianos e dos padres. Em São João d'El Rei, o povo, açulado pelos padres, ateou fogo à casa onde ele se hospedara. Rangel Pestana, em 1888, dizia: "COM DEZ SILVA JARDIM, A REPÚBLICA SE FARIA AMANHÃ". No salão da Sociedade Francesa de Ginástica, na travessa da Barreira, fez, a 12 de agosto de 1888, sua primeira conferência no Rio de Janeiro. Os estudantes das escolas de Medicina, engenharia e militar, bem como o povo em geral, cobriram-no de aplausos. Em setembro de 1888, transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro e começou a escrever diariamente em *O País*, na *Gazeta de Notícias*, no *Grito do Povo*, na *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Sentindo que o Rio, São Paulo e Minas já vibravam com os ideais republicanos, lembrou-se do Norte do país. E embarcou para lá em 12 de junho de 1889, pelo Alagoas, navio em que viajava o príncipe consorte. No cais de desembarque, houve choque de duas horas, de luta entre monarquistas e republicanos. Vencida a primeira refrega em Recife, rumou para o subúrbio do Estado, visitando Olinda, Nazaré, Timbaúba, Goiânia, Pau d'Alho, Iguaraçu, Palmares, Escala e Ipojuca. Mesmo depois do golpe de Deodoro, na manhã de 15 de novembro, Benjamim Constant, encontrando Aníbal Falcão, dizia-lhe: "AGITEM O POVO, A REPÚBLICA NÃO ESTÁ PROCLAMADA". Em setembro de 1888, Deodoro escrevia a Clodoaldo: "REPÚBLICA NO BRASIL É DESGRAÇA COMPLETA É A MESMA COISA". Em manifesto ao povo, datado de 6 de janeiro de 1890 Silva Jardim rompe definitivamente com Quintino Bocaiuva dizendo não reconhecê-lo como chefe do Partido Republicano Brasileiro, negando-lhe qualquer colaboração. Escreveu e pronunciou inúmeras conferências e discursos entre os quais podemos citar: *A Pátria em Perigo*; *Bragança e Orleans*; *A Salvação da Pátria*; *A República do Brasil*; *Pela República contra a Monarquia*; *Tradições Republicanas*; *Tiradentes*; *Discurso sobre a situação política atual* (servindo de manifesto à Bahia e depois às províncias do Norte); *Política Republicana Revolucionária*, *A situação Republicana*; *A Chegada do Imperador e a partida do Império*; *Objecções à República*; *A Organização da República*; *Carta à Província de Pernambuco e ao País*; *O Movimento Republicano, suas origens, sua justificação, sua Grandeza*; *O Exército e a Nação* etc. Em seu exílio voluntário na Europa, para onde partiu a 2 de outubro de 1890, escreveu em estilo rebuscado, e fez publicar *Memórias de Viagens*. A pedido de

seu cunhado, deixou no Brasil seus dois filhos mais novos — Danton e Beatriz. Em novembro, estava em Paris, onde alugou a casa de n.º 68 da Avenida Villiers, e recebeu a célebre representação do povo brasileiro, assinada por mais de três mil eleitores, rogando que ele regressasse à Pátria. Percorreu a Holanda, a Bélgica, e estudava na *Escola Livre de Ciências Políticas*. Quando pretendia regressar, ao visitar, em Nápoles, a cratera do Vesúvio, em companhia de Joaquim Carneiro de Mendonça, foi tragado por uma das muitas fendas disfarçadas pelas cinzas, desaparecendo para sempre. Eram 7 horas da noite do dia 1.º de julho de 1891. José do Patrocínio, seu adversário político, nos últimos dias, dizia assim em um de seus artigos: A SUA PALAVRA, COMO A DE JESUS, ASPIRAVA A UM DORSO DE MONTANHA, UMA TRIBUNA PARA A MULTIDÃO. EXTRAORDINÁRIO O DESTINO DO GRANDE BRASILEIRO, ATÉ PARA MORRER SE CONVERTEU EM LAVA. Obras Publicadas: *Idéias de Moço* (ensaio), em colaboração com Valentim Magalhães — Rio — 1878; *O General Osório*, Rio — 1879; *A Gente do Mosteiro*, — Rio — 1879; *Crítica de Escada Abaixo*, — Porto 1880; *Memórias e Viagens* (escrito na França e publicado no exílio), com prefácio de Oscar Araújo, Rio, 1891; *Campanha de um Propagandista*, Rio, 1891 e *A República e o Brasil* (relatório sobre o método de leitura de João de Deus) São Paulo — 1882.

FONTES: *Silva Jardim*, de João Dornas Filho, Comp. Editora Nacional — S. Paulo — 1936; *Biografias de Personalidades Célebres*, Carolina Renó Ribeiro de Oliveira; Editora do Mestre Ltda. São Paulo — s/data; *Dicionário de História do Brasil*, Antônio da Rocha Almeida, Editora Globo — Porto Alegre — 1969; *Silva Jardim*, João Paraguaçu — "Correio da Manhã" de 11 de junho de 1966, *Há 74 anos morria tragado pelo Vesúvio Silva Jardim* — "O Globo" de 4 de julho de 1966 — Pág. 9; *Apontamentos para a biografia de Silva Jardim* — (1895) — José Leão; *Vultos do Brasil* Eli Behar — Livraria Exposição do Livro — S. Paulo — 1967; *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Sacramento Blake — Conselho Nacional de Cultura — Rio de Janeiro — 1970".



Antônio Francisco da Silva Marques nasceu a 19 de outubro de 1868, em Santo Antônio de Capivari, Estado do Rio de Janeiro, e faleceu em setembro de 1922, no antigo Distrito Federal. Formou-se em Direito pela Universidade de Gand. Foi jornalista, tribuno, poeta, músico, compositor e professor catedrático de Direito Público e Constitucional, de 1915-1922.

*OBRAS: Elementos de Direito Público e Constitucional*, obra adotada em todas as Faculdades de Direito do Brasil, e que mereceu honrosas referências dos mais notáveis juristas brasileiros.

*Princípios de Sucessões* — obra organizada e publicada em 1915 com o desejo de facilitar aos seus discípulos a compreensão da matéria nele explorada.

*Instrução cívica* — repertório completo de todos os conhecimentos jurídicos indispensáveis à vida prática, adotado no Colégio Militar da Capital Federal, no Corpo de Marinheiros Nacionais e em outros estabelecimentos de ensino.

*Discursos políticos* (Verdadeira psicologia de uma época).

Escreveu outras obras das quais algumas ficaram em elaboração, como: *Princípios de Obrigações, Elementos de Economia Social, Elementos de Direito Público Internacional e Elementos de Direito Administrativo*.

Da *Coletânea de Sonetos Brasileiros* organizada por Laudelino Freire (F. Briguet) faz parte o seguinte soneto de Silva Marques:

#### A MORTE DE BRANCA

Quando Branca partiu, como se o dia  
Também partisse, estupefacto, mudo,  
Vi tudo escuro, tudo escuro, tudo!  
Repleto o mundo de melancolia...

A mão da morte bruscamente fria  
Arrebatou-me nesse fraco escudo  
Tudo que é belo imaginar-se, tudo  
Que de mais santo sobre a terra havia.

Choram de dor as pálidas estrelas  
Porque de Branca evaporou-se a imagem  
Talvez sonhada à semelhança delas,  
E eu maldigo a mão de Deus tirana  
Que arremessou de súbito à voragem  
A mais perfeita criatura humana.

José Antônio Soares de Souza Júnior nasceu a 7 de abril de 1851, no Município de Paraíba do Sul. E morreu em 1893.

Tomou parte no corpo de redação do Jornal *A Republicana*; e, na *Gazeta de Notícias*, sob o pseudônimo *Fanfreluches*, redigiu vários artigos. Fundou em Paraíba do Sul o Jornal *O Agricultor*, um dos primeiros semanários fluminenses dedicados à lavoura.

Integrou o *Partido Republicano* e ocupou vários cargos eletivos.

Em 1884, foi publicada uma coletânea de poesias de sua lavra, com o título *Alma Negra*. Publicou, além disso, em vários jornais, contos e poemas. Dramas e comédias de sua autoria foram à cena na Capital da República e no Estado do Rio de Janeiro.

Na Academia Fluminense de Letras — é o patrono da cadeira n.º 42, que foi ocupada por Martins Teixeira Júnior e hoje por Alberto Ribeiro Lamego.

Para avaliar seu primoroso estro, vale citar o seguinte soneto que se encontra em antologias:

#### OLHAR DE MINHA MAE

Aquele olhar que sinto em mim fitado,  
inquieto, indagador, tem tal ternura,  
que mais o vejo e mais se me afigura  
ver, dentro, nele, escrito o meu passado.

Nasceu quando eu nasci; foi a meu lado,  
naquela suavíssima doçura,  
como estrela a guiar-me em noite escura,  
e sempre o meu abrigo, eu, seu cuidado!

Olhar de minha mãe, tão casto e santo,  
se me foges às vezes, é que o pranto,  
quando sofro, ocultar-me tu desejas...

Então sorria, chorando... Uma tormenta  
à luz do sol... Olhar que me sustenta,  
olhar de minha mãe — bendito sejas!

Seu retrato foi estampado no volume n.º VII da *Revista da Academia Fluminense de Letras*.

Disse Luís Lamego, no trabalho *Poetas Fluminenses Esquecidos*, conferência proferida na sessão de 31 de janeiro de 1931, sobre o poeta:

“Sua poesia é sóbria, sem exageros de colorido e repassada de uma vaga melancolia; mostra-nos, não o artista obcecado pelo preciosismo da forma e, sim, o emotivo dominado pela delicadeza da idéia”.



1833 — Nasceu no Município de Campos, a 28 de agosto de 1833, filho de José Alexandre Teixeira de Melo e de D. Eugênia da Conceição Torres.

Em sua terra natal, faz seus estudos primários. Termina o Curso de Humanidades no Seminário Episcopal de São José, no Rio de Janeiro, aos 19 anos.

1858 — Publica o livro de versos *Sombras e sonhos*.

1859 — Diploma-se, em dezembro, em medicina, pela Faculdade de Medicina, obtendo o grau do Doutor, depois de ter defendido tese em novembro desse mesmo ano, logrando distinção, com o trabalho Hospício de expostos.

Foi, como estudante, membro efetivo da *Academia de Filosofia* e da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Foi o orador da turma, proferindo notável oração, publicada no *Correio Mercantil*.

1875 — Até este ano exerceu a medicina em sua cidade natal, dedicando-se, também, ao jornalismo.

1876 — Volta ao Rio de Janeiro nomeado Chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, em 24 de março.

1877 — Publica o livro de versos *Myosotis*, um dos mais mimosos da poesia brasileira — segundo Sílvio Romero.

1881 — Publica *Efemérides Nacionais*, precioso trabalho bibliográfico em três volumes.

1882 — Transferido para a seção de Impressos e Cartas Geográficas.

1883 — Edita *Limites do Brasil com a Confederação Argentina*, com documentos sobre o problema das Missões.

1895 — Publica *Subsídios para o Estudo da Questão de Limites com o Oiapoc*.

1895 — Neste ano foi nomeado Diretor da Biblioteca Nacional e publicou *Traços Biográficos de Literatos e Estadistas Chilenos*, além das biografias de Cláudio Manuel da Costa, Laurindo Rabelo e Joaquim Caetano da Silva.

Sílvio Romero achou-o, como poeta, superior a Casimiro e Luís Delfino.

Rio Branco respeitava-o como historiador e biógrafo, consultando-o inúmeras vezes sobre o litígio das Missões.

Ronald de Carvalho afirmou, que ele “versejou com sentimento à maneira de Casimiro de Abreu”.

A página 168, de *Sombras e Sonhos*, seu primeiro livro de versos, publicou os primeiros versos alexandrinos que surgiram no Brasil e que mereceram de Sílvio Romero a frase: “Não existem mais corretos em nossa língua”.

Artur Nunes da Silva, ao traçar o elogio acadêmico do patrono da cadeira número quarenta e três da “Academia Fluminense de Letras” disse de Teixeira de Melo:

“O primeiro desses livros (*Sombras e Sonhos*) por si só é suficiente para consagrar, como um grande poeta, seu ilustre autor. Entretanto, Teixeira de Melo não teve essa consagração porque era um simples”.

E acrescenta: “Três são as virtudes da obra poética do vate campista: o lirismo discreto e sem exageros, a simplicidade do estilo casada às imagens elevadas e, sobretudo, a impecável correção na frase, aliada a um metro seguro, que o coloca entre os precursores do parnasianismo brasileiro!!”.

Foi primeiro ocupante da cadeira patrocinada por Teixeira de Melo na Academia Fluminense de Letras, n.º 43 *Ernesto da Paixão*. O segundo ocupante foi Artur Nunes da Silva.

José Alexandre Teixeira de Melo faleceu em 10 de abril de 1904, com setenta e um anos, na antiga Capital Federal, depois Estado da Guanabara, hoje Estado do Rio.



Cadeira n.º 44 — ANTÔNIO GONÇALVES TEIXEIRA E SOUZA

1812 — Nasceu, a 28 de março, em Cabo Frio, Província do Rio de Janeiro. Primogênito do casal Manoel Gonçalves e D. Ana Teixeira de Jesus.

1822 — Aos dez anos, já cursava aulas de latim. Teve de abandonar porém os estudos quando o pai, comerciante, foi obrigado a liquidar as dívidas de credores portugueses que se retiraram do Brasil após o 7 de setembro.

1824 — Inicia-se no ofício de carpinteiro, aos 12 anos.

1825 — A 21 de março, o pai leva-o para a cidade do Rio de Janeiro, para aperfeiçoar-se no ofício.

1830 — Regressa à terra natal, enfraquecido por grave doença.

1832 — Depois de perder todos os parentes, vai aos vinte anos, continuar os estudos de Humanidades.

1840 — Volta ao Rio de Janeiro, onde conta com a proteção do livreiro Paula Brito. Publica a tragédia *Cornélia*, primeiro trabalho literário que compusera aos dezoito anos.

1841 — Publica a 1.<sup>a</sup> coleção de poesias do livro intitulado *Cantos Líricos*.

1842 — Publica a 2.<sup>a</sup> coleção de poesias, que dedicou ao Visconde de Araguaia, Domingos José Gonçalves de Magalhães.

Sobre essa obra, Fernandes Pinheiro, no *Curso Elementar de Literatura Nacional* (Paris, 1862, págs. 549 a 550), fez apreciável crítica.

1844 — É publicado o poema romântico *Três dias de um noivado*, composto em cinco cantos de versos endecassílabos soitos. Este trabalho mereceu encômios da crítica.

1847 — Surgiu, no Rio de Janeiro, sua epopéia *Independência do Brasil*, poema dedicado ao Imperador e às viúvas e filhos do herói do poema. Trabalho em doze cantos.

1855 — Sai o 1.<sup>o</sup> volume da *Epopéia da Independência*, cujo 2.<sup>o</sup> volume foi publicado trinta anos depois.

Nesse ano, o Imperador nomeia-o escrivão da 1.<sup>a</sup> Vara do Juízo do Comércio, da Corte. Antes, em 1849, fora nomeado Professor de Primeiras Letras.

Teixeira e Souza traduziu a tragédia *Lucrecia*, de Ponsaval, em cinco atos e escreveu os romances: *O Filho do Pescador*, *Fatalidade de dois jovens*, *Maria ou a Menina Roubada*, *Tardes de um pintor ou Intrigas de um Jesuíta* (Três Volumes).

Foi casado com D. Carolina Maria Teixeira (1846) e faleceu, aos 49 anos de idade, a 1.<sup>o</sup> de dezembro de 1861, deixando enorme família em extrema pobreza.

Suas obras, inclusive *Gonzaga* ou a *Conspiração de Tiradentes*, mereceram o interesse do público brasileiro como delineador, que foi, da nossa prosa.



A 13 de agosto de 1811, nasce, no Rio de Janeiro, Domingos José Gonçalves de Magalhães, futuro Visconde de Araguaia. Aí fez os cursos primário e secundário, passando à Escola de Medicina, onde se diplomou.

Em 1832, publicou o 1.º volume de *Poesias*, no Rio de Janeiro.

E, em 1836, ano em que foi nomeado adido à Legação Brasileira, em Paris, publicou *Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil* e o 1.º volume de *Suspiros Poéticos e Saudade*, obra que, de Fernandes Pinheiro, mereceu as seguintes palavras: “Neste livro, reúnem-se o sentimentalismo de Lamartine, a suave melancolia de Chateaubriand, o vigor de Byron ou Victor Hugo, as graves e profundas cogitações de Schiller e de Goethe”.

Para Lery Santos, a *Ode a Waterloo* era a melhor poesia da literatura brasileira até então publicada:

“Em todas as poesias (de *Suspiros Poéticos e Saudades*) há verdadeira inspiração superior, algumas vezes do mais alto valor”, como *O Canto do Cisne*, *o Cristianismo*, *Um Passeio às Tuileries*, *O Cárcere de Tasso*, *Uma Noite no Coliseu*, *As Ruínas de Roma*.

Em Paris, imprime, por volta de 1839, o *Antônio José ou o Poeta e a Inquisição*, *Olgiato* e *os Mistérios* (Cântico Fúnebre à memória dos seus três filhos).

Entra para a Diplomacia como Encarregado de Negócio nas Cortes de Turim e Nápoles, em 1839.

Em 1857, publica Domingos Gonçalves de Magalhães, em dez cantos, o poema épico *Confederação dos Tamoios*, mais americano, mais brasileiro, que os poemas de Basílio da Gama e de Santa Rita Durão.

O assunto da *Confederação dos Tamoios* é a guerra que esses gentios sustentaram contra os portugueses, a destruição quase completa dessa tribo, a imigração dos que restavam depois de ser derrotados, tanto estes como os franceses, seus aliados, e finalmente a fundação da Cidade do Rio de Janeiro. No Canto VI, há uma exaltação ao “golfo” de Niterói, à Baía de Guanabara, na parte fronteira ao Rio de nome da Baía de Guanabara, na parte fronteira ao Rio de

Janeiro: “Niterói! Niterói!, como és formosa!” Bastam essas poucas palavras para mostrar-se a superioridade do poema de Gonçalves de Magalhães, sob o ponto de vista americano, brasileiro e patriótico.

A 1.ª edição desse poema foi publicado em 1857, à expensa do Imperador. Há nele uma descrição que hoje pertence às antologias: a descrição do Rio Amazonas.

Publicou ainda: *Urânia* (poesias), *Cérebro e Coração*.

Gonçalves de Magalhães foi professor de Filosofia do Imperial Colégio Pedro II; Secretário dos Governos das Províncias do Maranhão e Rio Grande do Sul, e Deputado à Assembléia Geral.

Foi, em 1859, nomeado Ministro, residente em Viena d’Austria e, depois, enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Confederação Argentina e nos Estados Unidos da América do Norte. Ministro Plenipotenciário junto à Santa Sé em Roma, em 1880, colaborou na *Minerva Brasileira* e outros jornais e revistas da época. O Imperador nomeou-o, primeiro, Barão de Araguaia e, depois, Visconde de Araguaia.

Foi do Conselho do Imperador, Comendador das Ordens da Rosa e de Cristo, cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador das de Francisco I e Napolitana do Mérito da Itália e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

É patrono da cadeira n.º 45, da Academia Fluminense de Letras, ocupada, primeiro, por Joaquim Peixoto. Hoje, Prado Kelly é o seu ocupante.



Henrique de Beaurepaire Rohan, Visconde deste nome, nasceu a 12 de Maio de 1812, no sítio Sete Pontes, Freguesia de S. Gonçalo, Niterói, e faleceu a 10 de Julho de 1894, no Rio de Janeiro. Era filho dos Condes de Beaurepaire, que acompanharam ao Brasil, em 1807, a família real portuguesa. Iniciou no Rio o seu curso de preparatórios, interrompido por ter de seguir seu pai para a Bahia, em comissão de inspecção aos diferentes pontos do distrito militar sob o seu comando. Em 1837, terminou seus estudos matemáticos, que constituíam o curso de engenharia. Foi mandado praticar na Província do Rio de Janeiro sob a direção do Major Henrique de Bellegarde. Partindo em 1838 para a Bahia, o Marechal Calado, que havia vencido a revolta da capital, ordenou-lhe o levantamento da planta das posições ocupadas pelo exército, e que foi litografada no Arquivo Militar. Em 1839, durante a guerra civil do Rio Grande do Sul, esteve nessa Província em comissão ativa, quando levantou a planta do entrenchamento da cidade de Porto Alegre. Desempenhou depois várias comissões inerentes à sua profissão, tornando à corte, onde foi empregado como engenheiro e diretor das obras da Câmara Municipal. Dos seus serviços nesse departamento ressaltam, entre outros: a ampliação da área da cidade, o alargamento e novo traçado de ruas, o nivelamento para o escoamento das águas. Sobre o morro do Castello, já naquela época, o notável engenheiro se manifestava deste modo: "A base do morro do Castello ocupa uma parte mais extensa que a praça da Aclamação, o que inutiliza grande parte do terreno que poderia servir para edificações, além do que se destinasse para jardim"...

Foi: — Vice-presidente da Província do Paraná  
— Presidente da Província do Pará  
— Presidente da Província da Paraíba do Norte  
— Ministro da Guerra em 1864  
— Bacharel em Ciências Naturais e em Matemática  
— Delegado Geral da Sociedade Acadêmica Indo-Chinesa para o Império do Brasil.

Publicou:

- 1847 — *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro em 1846* — (São Paulo);  
1852 — *Conquista, catequese e civilização dos selvagens no Brasil* (São Paulo);

- 1852 — *Estudos morais; Os irmãos João Leme da Silva e Lourenço Leme da Silva* (São Paulo);  
1855 — *O Campo do Ipiranga*;  
1860 — *Considerações acerca dos melhoramentos que, em relação às secas, merecem algumas províncias do norte do Brasil*, (Rio de Janeiro, 1.ª edição, 1860; 2.ª edição, 1877);  
1864 — *Sinopse genealógica, Cronológica e Histórica dos reis de Portugal e dos Imperadores do Brasil* (Rio de Janeiro, 1864);  
1865 — *A Ilha de Fernando de Noronha*, Rio de Janeiro, 1865;  
1869 — *Breve Discussão Cronológica acerca do descobrimento do Brasil*, na Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1869;  
1877 — *As secas do Ceará*, (Rio de Janeiro);  
1877 — *Estudos acerca da organização da Carta Geral e da história física e política do Brasil* (Rio de Janeiro);  
1878 — *Relatório final da Comissão da Carta Geral do Brasil*, (Rio de Janeiro);  
1878 — *O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil*, (Rio de Janeiro).  
Colaborou na obra:

*O Império do Brasil. E na Exposição de Viena d'Austria. E na de Filadelfia.* Foi Comendador da Ordem da Rosa, d'Aviz e de Cristo.

A cadeira n.ª 46, da Academia Fluminense de Letras, o tem como seu Patrono. O primeiro ocupante foi o académico Antônio Figueira de Almeida. Sucederam-no Alves Cerqueira e Renato de Lacerda.



Cadeira n.º 47 — JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TORRES  
(Visconde de Itaboraí)

- 1802 — Nasceu, a 13 de Dezembro, em Porto das Caixas, Itaboraí. Filho de Manoel José Rodrigues Torres e D. Emerenciana Mathilde Torres.
- 1825 — Obteve o grau de Bacharel em matemática na Universidade de Coimbra, para onde fora depois de terminar os estudos no Seminário Episcopal de São José, no Rio de Janeiro. Em Coimbra, foi contemporâneo de Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai.
- 1826 — Nomeado lente substituto de Matemática da Academia Militar no Rio de Janeiro.
- 1827 — Viajou à Europa, ficando em Paris até 1829. De regresso ao Brasil, reassume a cadeira de Matemática, nela permanecendo até 1833, ano em que pediu demissão.
- 1831 — A 16 de julho, passa a Ministro da Marinha.
- 1832 — Em maio, é nomeado para a pasta da Fazenda, ocupando depois, a da Marinha, onde permaneceu até 30 de julho de 1834. Nesse mesmo ano, eleito pela 1.ª vez para a Câmara Geral, muito colaborou na Reforma da Constituição do Império e na instauração do Ato Adicional. Com a aprovação do Ato em 12 de agosto, separam-se a Província e a Corte do Rio de Janeiro. Foi o primeiro Presidente da Província do Rio de Janeiro, inaugurando assim o governo provincial, criando-lhe a administração pública.
- 1836 — Nesse ano, passa o Governo da Província do Rio de Janeiro a seu concunhado, Paulino José Soares de Sousa.
- 1837 — Passa a pertencer ao partido conservador, criado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Inicia, na Câmara, oposição ao Regente Feijó, que resignou da Regência do Império do Brasil em 18 de setembro deste ano.
- 1837 — Pela 3.ª vez, ocupa a Pasta da Marinha, em 19 de abril, onde ficou até 16 de abril de 1839.
- 1838 — Propõe, como Ministro, a criação do Conselho Naval — aprovado em 1856.
- 1840 — Tendo voltado, em 1839, à cadeira de Deputado Geral, entra novamente para o Ministério, na Pasta do Império e interinamente na da Marinha. A 22 de agosto, pede demissão, após ter-se sustentado na crise violenta por que passou o país.
- 1841 — Recebe o título de Conselheiro e a condecoração de Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro.
- 1843 — É nomeado, de novo, Ministro da Marinha.
- 1844 — Escolhido pelo Imperador a 24 de fevereiro deste ano para Senador. De 1834 a 1844, foi reeleito para deputado.
- 1845 a 1848 — Fez oposição aos ministérios liberais.
- 1849 — A 29 de setembro de 1849 é levado ao Ministério da Fazenda.
- 1852 — Foi solicitado pelo Imperador para constituir o Ministério — o que fez a 15 de maio deste ano, cabendo-lhe a presidência e a Pasta da Fazenda.
- 1854 — A 2 de dezembro de 1854, o Imperador agraciou-o com o título de Visconde de Itaboraí.
- 1859 a 1860 — Exerce o cargo de inspetor geral da instrução primária e secundária do município da Corte.
- 1864 a 1867 — É o chefe principal do partido conservador.
- 1867 — Vai à Europa para tratamento da saúde. Está com 65 anos, dos quais, 41, de serviços prestados à pátria, quer como professor, ministro, político e chefe de ministérios, verdadeiro estadista.
- 1868 — De volta da Europa, a 16 de julho de 1868, convidado pelo Imperador, organiza novo Gabinete, a que preside; exerce a presidência e o Ministério da Fazenda.
- 1870 — A 1 de março termina a guerra em que estava empenhado o Brasil, com a vitória de suas armas.
- 1870 — A 28 de setembro, o Visconde de Itaboraí retira-se do poder.
- 1871 — É contra o projeto de emancipação dos escravos pois entendia que a imediata realização daquelas idéias podia trazer consequências perigosas para o país, que, em seu modo de pensar, “ainda não se achava preparado para esse desideratum”.
- 1873 — A 8 de janeiro de 1873, falece na cidade do Rio de Janeiro aquele que fora um dos maiores estadistas do Império, nos diversos e altos postos que exercera durante quarenta e quatro anos.

O Visconde de Itaboraí é Patrono da cadeira n.º 47 da Academia Fluminense de Letras.



Nasceu na freguesia de Itaipu, município da Vila da Praia Grande, hoje Niterói, a 21 de julho de 1800.

Filiação — Cel. de engenheiros Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho e d. Francisca Flávia de Proença Coutinho.

Estudou preparatórios na Corte, no Seminário de São José e frequentou, durante dois anos, a Academia Militar. Concluiu os estudos, porém, em Portugal. El-rei D. João VI concedeu-lhe uma pensão, com a cláusula expressa de formar-se em ciências naturais. Como se inclinasse, entretanto, aos estudos das ciências sociais e jurídicas, matriculou-se no respectivo curso, na Universidade de Coimbra, preferindo perder o direito à pensão.

No Brasil, foi para São João d'El-rei e Ouro Preto, em Minas Gerais, como Juiz de Fora e Ouvidor da Câmara. E, de tal modo angariou a estima da população, que, ao ser eleito Deputado Geral, recebeu, em viagem para a Capital do Império, uma despedida por escrito de seus jurisdicionados, com 600 assinaturas, e que assim terminava: "...bem sabeis que vos chamais aqui — o juiz reto".

Oliveira Coutinho foi Presidente da Província de São Paulo. E, ao retirar-se, foram-lhe confiados cargos importantes — de juiz de órfãos na Corte, de intendente geral da polícia e de desembargador. De 1832 a 1836, ocupou as Pastas da Justiça, do Império, e de Estrangeiros.

Sempre zelou pela infância de Pedro II, mesmo quando ameaçado de morte pelos seus adversários. Recusou assumir a Regência do Império quando instado por Diogo Feijó, preferindo, na fase mais difícil do desprestígio das Regências, defender a maioria de D. Pedro.

Em 1840, fez parte do Ministério, na Pasta dos Negócios Estrangeiros. Procurou reformar e melhorar a Secretaria de Estado de que era ministro e realizar outros melhoramentos: criou o serviço de ônibus no Rio; a Casa da Correição; o Montepio; a Caixa Econômica. Pretendeu mudar para melhor local o Passeio Público, onde seria a Câmara dos Deputados, ficando no lugar desta a Academia de Medicina. Por ocasião da grande seca do Ceará, elaborou importante projeto para trazer, rompendo-se a serra de Borborema, um braço do rio São Francisco. Concorreu para o término honroso das Revoluções de 1842 e da guerra civil do Rio Grande do Sul. Tratou

do casamento de S. M. o Imperador. E manteve, com sua política justa e grave, a harmonia com as potências europeias, sem quebra dos brios nacionais, procurando sempre elevar o conceito do Brasil e assegurar-lhe a supremacia americana do sul.

Exonerado, a pedido, de Ministro de Estado, foi descansar e passou a dedicar-se ao cultivo do chá e à criação de abelhas. Instado pelos amigos, acabou aceitando a Presidência da Província do Rio de Janeiro, onde prestou relevantes serviços, promovendo grandes obras na capital e nas comarcas: construindo estradas; levantando chafarizes; mandando reparar edifícios públicos e assentando alicerces para novos edifícios. Criou um depósito de sal, estendeu a navegação fluvial e fundou a colônia de Petrópolis.

Demitiu-se da Presidência do Rio de Janeiro, em 1848. E passou a figurar nos conselhos do seu partido, o liberal, como senador, que ainda era, e chefe dos mais prestigiosos.

Como recompensa pelos relevantes serviços, foi, pelo Imperador, agraciado com o título de VISCONDE DE SEPETIBA. E durante toda a sua vida, recebeu outras tantas glórias para a imortalidade do seu nome.

A 25 de setembro de 1855, desaparecia o grande estadista, cujo corpo foi religiosamente sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Niterói.

O Visconde de Sepetiba é o patrono da cadeira n.º 48, da Academia Fluminense de Letras. Melquíades Picanço foi o primeiro ocupante. Hoje, ocupa-a o Dr. Macário Picanço, que tem sabido honrar dignamente o nome do seu pai e do seu patrono.



Composto e Impresso na  
EDITORA LA CAVA SANTOS  
Rua Zuleika Brasil Silva, 1  
Fonseca — Niterói - RJ.